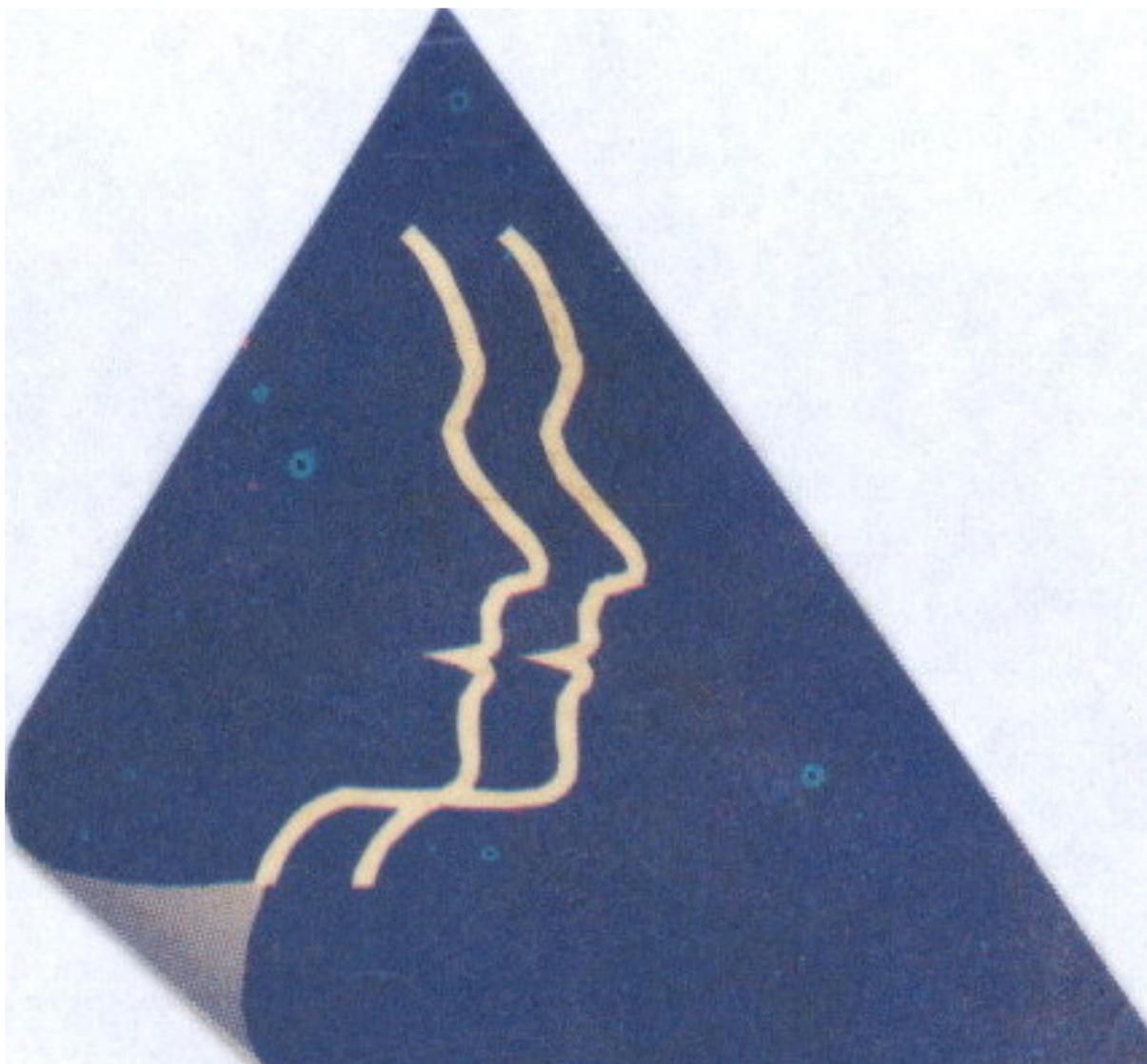


PAINEL ACADÊMICO

ISSN 1808-1282

Revista da Faculdade de Educação de Jaru
Ano 1 – Número 1 – out.-dez./2004



**UNIÃO CENTRO RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR - UNICENTRO
JARU - RONDÔNIA**



FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JARU

Mantida pela UNICENTRO - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
 Av. Vereador Otaviano Pereira Neto s/nº - Gl. 53-A - Jaru - RO
 Fone (69) 521-5084 - CGC(MF) 03.524.789/0001-78
unicentro@unicentroro.edu.br

EXPEDIENTE

Mantenedora

União Centro Rondoniense de Ensino Superior

Presidente

Juarez Américo do Prado

Faculdade de Educação de Jaru

Diretor Geral

Juarez Eduardo de Toledo Prado

Diretora Administrativa

Andréia Tamayose Rezende

Coordenador de Administração

Ysamu Paulo Nakahati

Coordenadora do curso de Letras

Gracilene Nunes da Silva

Coordenador do curso de Pedagogia

Teófilo Lourenço de Lima

Coordenador interino de C. Contábeis

Ysamu Paulo Nakahati

I - COMISSÃO EDITORIAL

Membros

Ms. Ysamu Paulo Nakahati

Esp. Teófilo Lourenço de Lima

Esp. Andréia Tamayose Rezende

II - CONSELHO EDITORIAL

Membros

Dr. Bráulio Otomar Caron

Ms. Aécio Alves Pereira

Ms. Dalva Felipe de Oliveira

Ms. Sirlei F. de Lima Gomes

Ms. César Licório

Esp. Genivaldo G. Pereira de Campos

Ms. Clarides H. de Barba

Esp. Teófilo Lourenço de Lima

Esp. Maria Emília do Rosário

Esp. Gracilene Nunes da Silva

Esp. Sandra Mara dos Santos

Capa

Adelmo Gonçalves Pereira

Revisão – língua portuguesa

Gracilene Nunes da Silva

Tradução e revisão – língua inglesa

Anterino do Carmo G. da Silva Filho

Revista Científica de divulgação acadêmica da Faculdade de Educação de Jaru, mantida da União Centro Rondoniense de Ensino Superior UNICENTRO. Publicação trimestral, destinada a divulgar resultados de estudos de natureza científico-acadêmica sobre temas diversos, que ainda não tenham sido publicados. Aquisição e/ou permuta, poderá ser feita através do seguinte endereço:

Faculdade de Educação de Jaru UNICENTRO
Av. Vereador Otaviano Pereira Neto s/nº Gleba 53-A

Jaru – Rondônia – Cep.78940-000

(xx69) 521-5084

E-mail: pedagogia@unicentroro.edu.br

Originais para análise e publicação, podem ser enviados para o e-mail/endereço acima, observando-se as normas editoriais contidas no final da revista.

Os conceitos, as idéias e opiniões adotados ou emitidos nos textos publicados são de responsabilidade dos respectivos autores.

ISSN 1808-1282

Painel Acadêmico. – v.1, n.1. (out/dez 2004)- Jaru: Unicentro Faculdade de Educação, 2004-

Trimestral

1. Educação – periódicos I. União Centro Rondoniense de Ensino Superior – UNICENTRO

CDD : 370.5

ISSN 1808-1282

Bibliotecária Responsável Luzimar Barbosa Chaves
 CRB 11-338

SUMÁRIO

A GESTÃO DA INDISCIPLINA NA ESCOLA RIO URUPÁ: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	
Marinete de Souza Couy , Maria Donalzeti da Silva, Rute Pereira Barbosa de Morais	4
UM BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO	
Sirlei Ferreira de Lima Gomes	13
OS MÉTODOS EDUCACIONAIS DE PAULO FREIRE	
Elenilson B. Moreira, Maria Emília do Rosário.....	21
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DA ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NO SUPERMERCADO RONDÔNIA	
Adelmo Gonçalves Pereira, Genivaldo Gonçalves Pereira de Campos	30
LEITURA: IMPORTÂNCIA E DIFICULDADES NAS SÉRIES INICIAIS	
Cláudia B..C. Goveia, Teófilo L. de Lima	40
DIMENSÃO POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA	
Vilson Klein	48
RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL	
Ysamu Paulo Nakahati	54
UMA CONTRIBUIÇÃO À PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DA CONTABILIDADE: O MÉTODO DO CASO	
Sílvio Cesar de Oliveira Lopes	62
MARKETING DE INCENTIVOS	
Suzimary Souza Guerra Cândido	78
O LÚDICO NA PRODUÇÃO DE TEXTOS NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Celestina A. Garcia Neves, Dayane Aline Garcia da Silva, Sandra S. de O. Silva Deyse Cristina G da S. Santos, Gracilene Nunes da Sila	84
NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À ANDRAGOGIA	
Weverson Munir Almeida de Souza	90

TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS:

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sorraïla Maria Abdo Faris Campos..... 103

EVASÃO ESCOLAR NOTURNO

Débora Messias da Silva, Adalgiza do Nascimento , Reni Lopes de Carvalho Mazioli 110

TERCEIRO SETOR: A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E PARCERIA INSTITUCIONAL NA GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS.

Luiz Ibanor Souza Nunes 117

NORMAS EDITORIAIS 123

EDITORIAL

A UNICENTRO vem apresentando expressivo crescimento ao longo dos anos, ampliando assim sua atuação numa sociedade que se apresenta carente de serviços e profissionais nas mais diversas áreas. Nesse contexto, implementar as ações educativas mediante a atualização do aparato didático-pedagógico é condição *sine qua non* para que possa cumprir o seu papel social.

Assim, imbuído em bem desempenhar o seu papel, tem buscado oferecer um ensino de qualidade, voltado as reais necessidades da sociedade de Jarú e adjacência. Para que isso ocorra, entende ser condição básica trabalhar o **ensino** associado à prática da **pesquisa** e da **extensão**, tríade que dá sustentação a um ensino plenamente integrado a realidade social na qual se insere.

Como parte desse processo, relacionado diretamente à prática do ensino e da pesquisa, apresenta-se a Revista Científica **Painel Acadêmico**, voltada a divulgar os resultados de ações de ensino e pesquisa daqueles que integram sua comunidade acadêmica e pesquisadores de outras instituições.

Sua concepção se deu nos primeiros semestres de funcionamento da UNICENTRO, quando as atividades de ensino tiveram início com ênfase à prática investigativa e extensionista, procurando integrar plenamente a Universidade à sociedade. Assim, o corpo discente foi chamado a participar desde a escolha do nome da revista, sua capa, até no encaminhamento de textos para que fossem publicados.

Seu corpo editorial é composto por profissionais com reconhecida vivência no ensino superior e na prática da pesquisa, o que faz com que o **Painel Acadêmico** já tenha em seu primeiro número a credibilidade necessária a um veículo de comunicação científica. Passará por um processo de avaliação e contínua adequação, à medida que for sendo consolidada sua periodicidade. Sua publicação salienta-se, é o cumprimento de uma das finalidades institucionais, previstas na sua criação e ratificadas nos projetos pedagógicos dos cursos. Caracteriza-se, indubitavelmente, um avanço institucional, uma vez que se mostra como um canal a mais para que seja difundido o conhecimento.

À comunidade acadêmica, aos pesquisadores, aos leitores, só nos resta chamar bem-vindos a usar este espaço de divulgação!

Juarez Eduardo de Toledo Prado
Diretor Geral

A GESTÃO DA INDISCIPLINA NA ESCOLA RIO URUPÁ: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Marinete de Souza Couy¹, Maria Donalzeti da Silva² e Rute Pereira Barbosa de Moraes³

“A finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de conhecimentos que aumenta a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos”. (Paulo Freire).

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o contexto da Indisciplina na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Urupá – Ji-Paraná. Como fontes de pesquisa, foram utilizadas a análise bibliográfica e a pesquisa descritiva por meio de entrevistas com professores, alunos, pais e gestores da Escola, com destaque dos seguintes resultados: 1) Cada profissional tem um conceito de indisciplina; 2) A prática pedagógica de alguns professores tem grande influência na indisciplina; 3) Há uma discrepância no papel social da Escola no combate à indisciplina e à falta de recursos humanos (orientador Escolar e psicólogo), para junto com gestores e pais minimizarem a indisciplina. Assim, a não existência de uma prática pedagógica concentrada na necessidade de uma maioria, as normas e sanções sem consulta participativa, a falta de diálogo da família e da Escola, vêm contribuindo para a proliferação de condutas consideradas incompatíveis e inaceitáveis na sala de aula.

Palavras-chave: Convivência, indisciplina, prática pedagógica, ética.

Abstract

This article has for objective to analyze the context of the Indiscipline in the State School of Basic Education and Average River Urupá - Ji-Paraná. As research sources, the bibliographical analysis and the descriptive research by means of interviews with professors, pupils, parents and managers of the School had been used, with prominence of the following results: 1) Each professional has an indiscipline concept; 2) practical the pedagogical one of some professors has great influence in the indiscipline; 3) It has a discrepancy in the social paper of the School in the combat to the indiscipline and the lack of human resources (orienting Pertaining to school and psychologist), for together with managers and parents to minimize the indiscipline. Thus, not the existence of intent pedagogical practical one in the necessity of a majority, the norms and sanctions without participator consultation, the lack of dialogue of the family and the School, comes contributing for the proliferation of incompatible and unacceptable behaviors considered in the classroom.

Key words: Sociability, indiscipline, practical pedagogical, ethical.

¹ Supervisora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Urupá. Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar pela UNIR. Professora no curso de Pedagogia da UNICENTRO/Jaru. marinete@unicentroro.edu.br

² Vice-Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Urupá. Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar pela UNIR.

³ Supervisora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Urupá. Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar pela Universidade Federal da Paraíba.

Introdução

A Indisciplina tem preocupado técnicos e professores da Escola. É desencadeada por vários fatores e apresentada como um fenômeno de rejeição às normas pré-estabelecidas no ambiente Escolar. Os comportamentos Indisciplinados são, geralmente, entendidos como ataque à Escola, patologia ou falta de educação da criança. A intervenção da Escola reforça o sentido da culpabilidade, castigo, moralização ou encaminhamento para especialistas.

Esta idéia negativa e individual sobre a indisciplina encontra respaldo numa leitura superficial da Psicanálise. Interpreta-se tudo, inclusive os problemas no processo de aprendizagem, como sintoma individual, fruto de problemas intra-psíquicos, emocionais ou desordem familiar. Com esse olhar, gestores, professores e psicólogos não conseguem avançar na reflexão sobre a participação das práticas Escolares na constituição e manutenção do fracasso e da indisciplina Escolar para poder intervir efetivamente. Consideramos que este enfoque não dá conta da complexidade do fenômeno da indisciplina Escolar, sustentando intervenções e alternativas equivocadas e pouco facilitadoras do desenvolvimento da criança, dando suporte e sustentando a tal prática.

Neste aspecto, este artigo pretende estudar a definição, o contexto e as causas que geram a indisciplina; conhecer os valores éticos e morais e avaliar o gerenciamento da indisciplina na Escola.

1. A indisciplina na escola

A questão da indisciplina nas Escolas brasileiras é um dos temas que atualmente mais mobilizam professores,

técnicos e pais (e, em poucos casos, até os alunos). A inquietação dos professores com relação ao tema é plenamente justificada e, muitas vezes, se confunde autoridade com autoritarismo. Quem deve estabelecer as normas de disciplina na Escola e como colocar limites ao comportamento dos alunos? Ainda são perguntas obscuras aos professores que ainda não encontraram uma formulação teórica suficientemente explícita, nem o caminho de solução através de sua prática educativa na sala de aula.

Faz-se necessário, contextualizar o conceito de indisciplina sob dois enfoques: a) criação na Escola, de um clima democrático, propício ao desenvolvimento harmonioso do ser humano e, b) a disciplina num contexto democrático, objetivando a formação de homens participantes e responsáveis por sua própria história.

Segundo o Dicionário Aurélio (2001 p. 239), o termo disciplina pode ser definido como “[...] regime de ordem imposta ou livremente concedida. Ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, Escolar, etc.)”. Neste aspecto, as relações de subordinação do aluno ou do instrutor podem ser de observância de preceitos, ou normas, submissão a um regulamento. E, disciplinar significa o ato de sujeitar ou submeter à disciplina: disciplinar uma tropa, fazer obedecer ou ceder, acomodar, sujeitar, corrigir, como por exemplo, o fato de disciplinar os instintos selvagens da criança.

Já o termo indisciplina, refere-se ao “[...] procedimento, ato ou dito contrário à disciplina: desobediência; desordem; rebelião”. Sendo assim, indisciplinado aquele que “se insurge

contra a disciplina” (FERREIRA, 2001 p. 384).

Estas definições podem ser interpretadas de diversas formas. É possível entender que disciplinável é aquele que se deixa submeter, se sujeita de modo passivo, ao conjunto de prescrições normativas, geralmente estabelecidas por outrem e relacionadas a necessidades externas a este. Disciplinado é aquele que obedece, que cede, sem questionar, às regras e preceitos vigentes em determinada organização. Nesta perspectiva, disciplinador é aquele que molda, modela, leva o indivíduo ou o conjunto de indivíduos à submissão, à obediência e à acomodação. O indisciplinado é o que se rebela, que não ataca e não se submete, nem tampouco se acomoda, e assim, provoca rupturas e questionamentos.

Neste contexto, o estudo da Psicopedagogia chega à conclusão de que tidos problemas ou distúrbios obcecamos de fato (e com razão) os espíritos pedagógicos. No entanto, ainda assistimos a uma convivência curiosa entre a clássica verborragia acerca da inocente imaturidade infantil, bem como da bondade professoral e um leque variado de decisões docentes arbitrárias e caprichosas. Sendo assim, a insuficiência do método de ensino especializado, bem como o estado imaturo das capacidades psicológicas das crianças, alternam-se em ocupar o banco dos réus, sendo possível concluir que o mal da educação atual não seria apenas um, mas dois, pois haveria de acrescentar a chamada indisciplina Escolar.

Os autores que dentro da psicanálise enfocam a prática pedagógica, partindo dos condicionamentos históricos sociais e entendem o sujeito como o efeito das causas que o produzem, ou ainda os que

buscam as causas só no indivíduo, buscando um recorte psicanalítico, articulando-o com o conceito de cultura popular.

Psicanalítico não no sentido dos objetos internos, de mecanismo intrapsíquicos, que excluem o contexto sócio-cultural-histórico, mas justamente no sentido de procurar olhar para o que acontece no intervalo entre o indivíduo e o ambiente. Indivíduo, com seu estilo, subjetivamente e tudo o que a psicanálise ajudou a entender. Ambiente, datado, situado, historicamente nas relações sociais, políticas e culturais e não abstrato como geralmente é tratado pela psicanálise.

No meio educacional esta visão é bastante difundida. Costuma-se compreender a indisciplina, manifestada por um indivíduo ou um grupo, como comportamento inadequado, sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na “falta de educação ou de respeito pelas autoridades”, na bagunça ou agitação motora. Como uma espécie de incapacidade do aluno (ou do grupo) em se ajustar às normas e padrões de comportamentos esperados. A indisciplina parece ser vista como obediência cega a um conjunto de prescrição e, principalmente, como um pré-requisito para o bom aproveitamento do que é oferecido na Escola.

Nessa visão, as regras são imprescindíveis ao desejo ordenado, ajustamento, controle e coerção de cada aluno e da classe como um todo. Nesta perspectiva, qualquer manifestação de inquietação, questionamento, discordância, conversa ou desatenção por parte dos alunos é entendida como Indisciplina. Winnicott (1986 p. 89) ao citar Wallon diz que

[...] a busca é obter tranquilidade, silêncio, docilidade, passividade das crianças de tal forma que não haja nada nelas nem

fora delas que as possa distrair dos exercícios passados pelo professor nem fazer sombra à sua palavra.

Uma outra tendência presente no campo da Educação é associar a disciplina à tirania. A conotação de opressão e enquadramento onde todas as normas existentes na Escola devem ser subvertidas, abolidas ou ignoradas. Desta forma, condutas indisciplinadas podem ser entendidas como uma virtude, já que pressupõe a “coragem de ousar”, desafiando os padrões vigentes, de se opor a ordem muitas vezes presente no cotidiano Escolar.

Vivemos num país com forte tradição autoritária e as Escolas têm o ranço autoritário o que impede o professor de incentivar os alunos, elaborar as normas de disciplina em sala de aula. Isso acontece porque a Escola hoje, toma a disciplina como regra e não como objetivo educacional, visto que, toda disciplina envolve autodisciplina, tornando-a eficaz quando temos uma meta a atingir, e a consideramos como agente necessário para a construção do saber, possibilitando maior autonomia do aluno!

Hoje, uma criança com uma linguagem não padronizada é considerada agressiva, rebelde, mal-criada, sem educação, sem modos e indisciplinada, em função da Escola não focar olhos para a cultura popular da maioria da sua clientela Escolar.

Neste aspecto, é importante dimensionar a Ética com um pressuposto necessário para possibilidade de “amenizar” a gestão da Indisciplina na Escola, visto aparecer como um movimento de criação de valores presentes em todas as ações humanas.

São os “valores” que estimulam a ação e determinam o sentido do uso que se vai fazer do conhecimento. Para tanto,

a ética fornece os valores que devem ser disciplinados e a disciplina ao praticá-los, verifica limites e possibilidades.

O caminho sugerido é análise das quatro dimensões da disciplina emocional, vital, intelectual e do trabalho (ou social) que na realidade, não dinamizam separadamente, mas numa fusão e combinação profunda, que juntas se organizam.

Na verdade, cada uma delas tem sua parcela de contribuição na formação do indivíduo e afirma que o afeto, a disciplina e a aprendizagem devem caminhar juntos, caso contrário, o clima emocional não estabelecido pelo professor em sala de aula, cria um ambiente inadequado, levando-o a um comportamento encharcado de autoritarismo que gera por si a indisciplina, pois a relação é uma “arte” trabalhada com reciprocidade.

Nesta lógica, a aprendizagem e a disciplina são um ato de amor e está sempre a serviço do encontro. O vínculo que leva ao encontro é disciplinador e facilitador da aprendizagem; para isso, o professor precisa ter momentos de total sintonia e motivação diante do seu grupo.

No entanto, na sala de aula, o professor é o soberano de uma relação assimétrica, professor-aluno e representa o lado mais antigo do saber: o conhecedor de normas que mantém a ordem e os princípios regentes da evolução na transmissão do conhecimento e na vivência do cotidiano.

Num outro prisma está o aluno, recheado de grande força de vida e pequena ponderação onde a necessidade de descoberta e afirmação é imperiosa. Cada um num mundo próprio e diverso com completa turbulência.

Portanto, se o professor tiver olhos para pedagogia da comunicação e buscar vencer o desamor e o anti-diálogo comprometido com o vínculo que gera crescimento, baseado no intercâmbio de sentimentos no qual o meu próximo é igual a mim mesmo; e entender que esse próximo não é mais um instrumento de condutas indisciplinadas, e sim um divisor de águas em um trabalho constante, contribuindo com os alunos na formação de um espírito comum, fraterno, voltado para o Criador, fazendo da sala de aula um local onde as relações são harmoniosas e prazerosas, não somente comprometido com a transmissão de conhecimento, mas preocupado com a formação do cidadão e com a preparação do indivíduo para o convívio social.

Refletir sobre disciplina num país que prima pela desorganização, pelo desrespeito a todo e qualquer tipo de ordem ou norma, que coloca interesses de pessoas e grupos minoritários poderosos, acima até de valores humanos de dignidade, respeito e solidariedade, não só uma proposta temerária, como um grande desafio.

Como educadores, observar nosso próprio processo, descobrir nossas forças para intervir com competência em nosso cotidiano Escolar e tornar nossa prática pedagógica realmente efetiva, é necessário compreender as necessidades dos nossos alunos e trabalhar no sentido de atendê-las, possibilitando um desenvolvimento segundo um alinhamento ético, em uma cultura de paz permeada por valores humanos.

2. Relato de Experiências na Escola Rio Urupá – Ji-Paraná, Rondônia.

A sobrevivência da Escola hoje, passa por uma mudança de perspectiva, que é sair da alternância euforia-depressão que supõe em ultrapassar os termos do problema da indisciplina, que ocorrerá quando a Escola se organizar para promover tanto o desenvolvimento como a aprendizagem dos seus alunos. Isso implica um compromisso dos membros da equipe Escolar com a clientela que freqüenta a Escola. É preciso que todos funcionem como uma orquestra em noite de estréia: todos afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta firme de um mestre que aponta como cada um participa para que o resultado seja harmônico.

Ou a Escola sonhada não existe mais ou não existe ainda, ou restam somente instituições onde pessoas se reúnem para trabalhar? Nesta mudança de perspectiva Freinet, a partir de 1920, considerava que para uma verdadeira revolução na valorização e aproximação da turma e dos problemas de aprendizagem era necessário estabelecer a intenção daqueles que quisessem trabalhar com uma nova gama de valores Escolares.

Neste sentido, conforme os relatos dos alunos na Escola Rio Urupá, percebeu-se que ocorre uma inversão de atitudes dos professores no âmbito escolar, pois os mesmos não conseguem organizar a sala de aula. Por vezes, percebemos que ao passar por salas de aula, havia uma gritaria constante do professor e dos alunos.

Outras vezes, os alunos gritavam: “Professora, acabei a lição! E agora, o que é que eu faço?” Tempo gasto em bobagem é tempo “roubado” da aprendizagem dos alunos. É válido

registrar relatos de alguns alunos entrevistados: .

A professora de Matemática diz que eu não aprendo porque sou babaca, e não sei a tabuada, eu chamo ela na minha carteira, ela manda esperar, aí eu converso mesmo, bate o sino, ela vai embora, e eu não fiz nada, em casa minha mãe e meu pai não sabem ler, volto para sala com a tarefa em branco é quase sempre assim.

Muitos destes alunos são rotulados como indisciplinados, mas se um determinado número de professores não ultrapassar o ensino livresco, conservador e autoritário que se restringe às aulas expositivas com a finalidade de reprodução do conhecimento, por uma metodologia que busque alicerçar-se nas diferentes formas de diálogo, e nessa comunicação dialógica, contemplar uma ação libertadora e democrática, continuará contribuindo para a perpetuação da indisciplina escolar.

Neste contexto, é necessário que o diálogo evite o autoritarismo e busque uma prática pedagógica transformadora, levando o professor a respeitar os alunos e acreditar que são capazes de construir suas próprias histórias, de fazer escolhas e trilhar caminhos reflexivos, críticos e criativos, caso contrário, não haverá mudanças comportamentais dos alunos.

Num outro relato, um aluno de 5ª série afirmou:

Em casa a gente fala palavrão, a mãe não liga. Na Escola a professora não fala palavrão, mas faz coisa pior, porque chama a atenção com grosseria na vista de todos, manda calar a boca, fala alto, fala coisa pesada e nada acontece com ela e nós vai para a supervisão, leva advertência e suspensão.

Partindo deste princípio, procuramos analisar em que medida, condutas indisciplinadas, como “não parar na carteira”, “conversar”, “não

prestar atenção”, “não obedecer”, “brincar” citadas por professores entrevistados, demonstram, com nitidez, que estes alunos comunicam a necessidade de interagir com a cultura da Escola, de forma pessoal e criativa, evidenciando traços de estilo pessoal e características da sua cultura de origem, sendo necessário ser reconhecido como um comportamento de singularidades e potencialidades e não de falhas e inadequações.

Neste contexto, é importante observar os relatos de alunos da 7ª série:

A indisciplina a gente só faz com professor chato e na aula chata. Professor que já chega com raiva, não conversa outros assuntos, nem dá um sorriso para ninguém xinga por qualquer coisa, senta e vai corrigir, deixa a gente fazendo a mesma coisa todo dia, aí cansa, é quando a gente faz besteira”. Outro aluno diz: “A diferença entre minha mãe e as professoras é que quando ficamos indisciplinados em casa a mãe conversa, explica as coisas que não podemos fazer, de vez em quando até dá castigos, pega no pé e não guarda raiva de nós. Com as professoras não tem conversa. Elas não escutam a gente, gritam, deixam a gente com vergonha na vista dos colegas, mandam para a supervisão ou para fora da sala.

Para análise desta vertente é necessário compreender que a grande parte de nossa maneira de ser e agir depende da forma que percebemos e interpretamos as ações daqueles que nos cercam. Sendo assim, a representação que o professor faz de seus alunos, influi sobre o que pensa e espera deles, levando-o a valorizar uns e menosprezar outros; a ser complacente com uns e rigoroso com outros; a se sentir motivado com uns e desanimados com outros. com isso, constroem-se imagens iniciais que acabam sendo reafirmadas no decorrer das atividades cotidianas.

A entrevista também demonstra que alguns professores tendem a comparar o aluno que está diante dele com a representação do aluno “ideal”, construída ao longo da sua trajetória profissional: se ele se enquadra nessa representação, é bem aceito, caso contrário, quando se afasta dessa imagem, é encarado de forma negativa, indisciplinada!

Crenças e expectativas tornam-se, com frequência, profecias que acabam por se confirmar, assim, se quisermos levar todos os nossos alunos a aprenderem e terem condutas disciplinadas, é importante que tenhamos acerca deles crenças, expectativas positivas, visto ter o professor o poder de “esculpir” seus alunos de acordo com seus desejos e expectativas.

Neste aspecto, o depoimento do Professor ressalta as dificuldades na prática educativa Escolar:

Hoje está difícil trabalhar, porque com a desestruturação da família, a Escola se vê com a fatia maior no tocante à educação. Entende-se que a família transferiu para a Escola sua responsabilidade e mesmo assim, está sendo mal gerenciada por falta de recursos humanos (orientador, psicólogo) e a CH excessiva do professor. A maioria dos alunos não querem nada com nada, não têm objetivos a serem alcançados, trazem consigo hábitos diferentes aos que esperamos e em contra-partida encontram professores com problemas de diversas ordens, cansados ou doentes e aí a indisciplinada se instala.

Já outro professor enfatiza que:

Acho que a Escola deveria tomar atitudes mais rígidas para com os alunos indisciplinados porque eles colaboram para a evasão, repetência, o stress do professor e contagia outros colegas. Se esses alunos fossem punidos (suspensão ou transferência) aí serviria de exemplo para os demais. Na maioria das vezes, é impossível dar aula porque os alunos não obedecem, não respeitam professor, são

cheios de direitos, não estudam, falam palavrões, cansam e desmotivam o professor. Sem contar que os pais quando são chamados à Escola, falam que não sabem mais o que fazer. Aí fica difícil.

Percebe-se o desânimo da professora ao relatar que os alunos não querem nada e que assim fica difícil de trabalhar, pois os mesmos não são punidos. Ora, seria correto puni-los? Como? Deste modo, a prática de punir nem sempre reflete a melhor saída para um educador que queira o desenvolvimento da aprendizagem na Escola.

Em outro relato, o professor afirmou que

A indisciplinada não é problema para professor resolver, eu entro na sala para dar minha matéria. Só dou se o aluno quiser. Não tem essa de mandar aluno sentar, calar a boca ou coisa parecida. Não quero me estressar. Se o ambiente não estiver do meu jeito eu prefiro que saiam ou então eu saio. Não consigo trabalhar em meio a muita bagunça, mesmo porque eu não sei o nome dos alunos (são tantos) para pedir que colaborem.

Neste relato, percebe-se que o professor acredita que a indisciplinada está generalizada, fugindo totalmente do controle dos pais e da Escola, causando evasão e repetência, isto porque tem pai que transfere toda responsabilidade à Escola, o mesmo que: “*toma que o filho é seu*”.

Os professores relatam que, quando chamados à Escola, os pais mostram-se incompetentes frente à situação e fazem questão de registrar algumas falas: “*Não dou conta do fulano, em casa é sempre assim*”; “*Não agüento mais, vou mandá-lo para morar com o pai (ou a mãe)*”; “*Fulano não tem jeito, não sei o que fazer*”.

Assim, esta condição de empurra-empurra é visível quando não ocorre o comprometimento dos pais e também da Escola. Neste caso, sempre a culpa é do outro, e o aluno se transforma num brinquedo, onde as responsabilidades não são assumidas. Contudo, ainda percebe-se que muitos professores querem que ocorram mudanças para o melhor, mas nem sempre isso acontece.

Já, na pesquisa realizada com os pais revela-se que eles não utilizam o vocabulário padrão (falam palavrões, falam alto, batem e colocam de castigo) não sabem dizer se a convivência familiar influencia na Escola, mas, se acham bons pais porque lutam pela sobrevivência dos filhos.

Nossa análise é de que mais do que reativos, mais do que um ataque (desestruturação familiar, transferência de culpa) revela-se um modo pessoal, de apropriação cultural. Neste sentido, nos perguntamos se podemos pensar a indisciplina enquanto uma das manifestações da cultura do povo? No entender de Chauí (1996-102), a cultura é a expressão da heterogeneidade, das necessidades, interesses e formas de sociabilidade e interpretação-criação de um mesmo material simbólico.

A indisciplina como parte da cultura popular pode ser pensada enquanto mecanismo de resistência, de manipulação criativa que revela formas singulares de expressão a partir de maneiras próprias de pensar, agir e interpretar o mundo, através da qual alunos se arriscam a ser vítimas de exclusão, pois resistem em participar da cultura Escolar, que não corresponde aos seus anseios e ansiedades.

Podemos inclusive visualizar a imagem proposta por Winnicott (1986:83), quando determinados comportamentos vitais do aluno, como se

movimentar e explorar o ambiente Escolar, não podem ser entendidos e são culpabilizados ou patologizados. Como consequência, o educando desenvolve comportamentos indisciplinados mais violentos e reativos como forma de demonstrar um ambiente Escolar inadequado, pedir socorro e chamar a Escola para olhar para ele e ajudá-lo a retomar o seu desenvolvimento.

Assim, quando o comportamento indisciplinado não é entendido pelo professor, o aluno tende a repetir o seu comportamento incômodo até ser escutado, isto é, com a auto-estima da criança baixa e sua identidade cada vez mais rotulada de bagunceira. Ela busca obter lucro com a indisciplina, como por exemplo, ser valorizada, por seus colegas, pela coragem e heroísmo, obter a atenção da professora etc.

Nossa hipótese é de que as condutas indisciplinadas são manifestações da cultura popular porque expressam uma necessidade, uma busca de interlocução, informam sobre o estilo, as referências culturais dos alunos, as relações que se estabelecem na Escola.

Reafirmamos ainda que a criança não necessite apenas de carinho, compreensão e acolhimento. Muitas vezes, necessita de interdição e limites. Ela não só necessita de ter seu repertório e hipótese reconhecida e valorizada, mas necessitam de informações, instruções, valores e normas transmitidos. Desta forma, entendemos que, tanto limites quanto conteúdos Escolares familiarizados com a realidade são fundamentais para o desenvolvimento da criança.

A criança necessita disso e pede isso. É preciso que saibamos ouvi-la e ir ao encontro de suas necessidades, informando e pondo limites quando ela precisa.

3. Alternativas de mudanças na Escola

Como ajudar a Escola no gerenciamento da Indisciplina Escolar?

Para discutir o gerenciamento da Indisciplina Escolar, faz-se necessário que gestores e professores revejam as práticas efetivas do cotidiano Escolar, buscando a reformulação do Regimento Interno como instrumento de Construção da convivência democrática, visto que, discutir o regimento, socializá-lo e, construir as suas normas de forma coletiva é uma estratégia utilizada com sucesso por outras Escolas, pois as propostas depois de discutidas e votadas por um Conselho de representantes dos pais, alunos, professores, gestores, comunidade local, dão origem ao Código de disciplina da Escola.

Nisto tira-se em parte a responsabilidade dos gestores e professores face ao problema, deixando de ser um instrumento usado somente para punir a indisciplina, mas um amparo democrático de referência para que as pessoas, na Escola, possam traçar caminhos que transformem a Educação num fio condutor da paz. É neste aspecto que concordamos com Yves de La Taille (*apud* Grosbaum e Davis 2001 p. 129) quando afirmam que

[...] certos atos de Indisciplina podem ser genuinamente morais: por exemplo, quando um aluno é humilhado, injustiçado, e se revolta contra as autoridades que o vitimizam. Portanto, tenhamos cuidado em considerar a Indisciplina sem ter examinado a razão de ser das normas impostas e dos comportamentos esperados [...].

Ele reverencia a necessidade de que em um relacionamento democrático, alunos, professores, gestores e pais exercitem seus direitos e deveres e que a Escola seja uma experiência criativa de conviver socialmente, formadora do cidadão, para além do que se ensina na

sala de aula, ou seja, no exercício dos direitos e deveres do dia-a-dia.

Outra alternativa relevante é construir e elaborar o Projeto Político Pedagógico, em regime de urgência, caso contrário, a Escola continuará sem a superação do paradigma técnico (ou tecnicista), e metodologias reprodutivas e conservadoras que mantêm a ação pedagógica centrada na repetição e na cópia, ou seja, uma prática docente que ultrapasse o “escute”, “leia”, “decore e repita”, proposta ainda hoje, por alguns professores aos alunos de turmas, vistas sempre como inadequada e ruim.

Partindo da idéia de que é a Escola agente direta e dinâmica de toda ação educativa, ela não pode agir em direção de certos objetivos, sem um planejamento curricular estruturado e organizado, a fim de atender às suas exigências locais e particulares, visto ser necessário uma visão ampla e profunda das reais necessidades dos alunos, definir objetivos com clareza, estabelecer metas a atingir, são questões que exigem profundas reflexões, isto por que: “[...] um sistema de ensino cujos objetivos são imprecisos e fragmentados é como um barco que navega sem destino”. (Grosbaum e Davis, 2001:102).

Além da necessidade do Projeto ser construído coletivamente com a participação de todos os segmentos é de fundamental importância ser entendido numa concepção pedagógica capaz de gerar um novo sistema ético respaldado por novos valores que promovam o diálogo e olhem para o aluno como sujeito do diálogo que aprende de acordo com as suas necessidades.

Outro foco é que o professor invista com seus alunos, na construção coletiva das regras de conduta, definindo direitos e deveres que permanecerão no cotidiano de sala de aula, enfatizando

sempre o comportamento desejado e não o discriminado; isto porque, disciplina não se impõe com gritos e ameaças, ela nasce de um “contrato” firmado entre ambas as partes, onde a abordagem principal é a motivação, resultando em mais disciplina e menos tempo perdido.

O professor que reserva alguns minutos para despertar a curiosidade e o entusiasmo dos alunos no início da aula, não perde tempo chamando a atenção da classe.

Neste sentido, a conduta Indisciplinada já é uma forma de comunicação usada pelo aluno para enfrentar seus problemas na Escola. Buscamos contribuir para que seja repensado o tratamento dado aos alunos com distúrbios comportamentais, evidenciando as alternativas sugeridas, não como forma de culpabilidade, mas como um mecanismo necessário para a prática social da Escola centrada no aluno (cliente maior) e, comprometida com o exercício pleno da cidadania.

4. Considerações finais

Podemos afirmar que a indisciplina sempre comunica aspectos importantes do estilo da criança e das suas referências culturais, tais como: ambiente inadequado para aprendizagem, o distanciamento do contexto sócio-cultural da criança com a Escola.

Há ausência de uma Ética humanista com valores alicerçados na pedagogia da comunicação, onde se educa para vida, com amor, respeito e diálogo, uma prática pedagógica comprometida com o além da “repetição” e da “cópia” que ultrapasse o “escute”, “leia”, “decore” e “repita” propostas por alguns professores aos alunos de turmas vistas sempre como inadequadas e ruins. Neste contexto, a proposta é ultrapassar

o processo pedagógico que reduz ao treinamento técnico e possibilite uma ação integrada, calcada no diálogo e no trabalho coletivo garantindo a riqueza do processo educativo e a manutenção de um diálogo permanente com os alunos considerados indisciplinados.

Para tanto se faz necessário recuperar a auto-estima evidenciando seus pontos fortes ao invés dos fracos, levando a recuperar a confiança em si e acreditar que são capazes de inter-relacionar a cultura popular do seu cotidiano com a cultura Escolar transmitida na Escola. Para minimizar o problema da indisciplina, urge a necessidade de repensar a prática pedagógica sendo necessário disponibilizar o Projeto Político Pedagógico, bem como um Regimento Interno reformulado nos princípios da convivência democrática. Deste modo, é válido citar Tyler (1974- p. 56), onde afirma que

É essencial identificar os princípios de organização graças aos quais todos os fios deverão ser entrelaçados num tecido coeso, visto que, facilita a unidade, continuidade, seqüência e integração de todo o processo de ensino e dos elementos que constituem o projeto como agente integrador e dinamizador da ação didática.

O autor se refere aos “fios” que não só unem, mas que formam um todo coeso e único para diminuir a questão da indisciplina na Escola, mas se isto não ocorrer, o processo será fracassado.

Outro ponto evidenciado na entrevista de pesquisa revela que os alunos considerados indisciplinados são de classe social baixa, e com um padrão de cultura padronizado na cultura popular e revela formas singulares de expressão, de atitudes e comportamentos não aceitos pelo professor que busca alicerçar sua prática numa linguagem padronizada com sua cultura, buscando

atingir o aluno ideal e não o real em sala de aula, contribuindo, assim, para a rejeição e desinteresse, reforçando a indisciplina.

Toda análise até aqui tecida permite ratificar que a indisciplina encontra suas raízes em cinco grandes níveis: sociedade, família, Escola, professor e aluno. E diante dos fatores geradores de indisciplina, conforme apontam depoimentos de alunos, professores, gestores e pais, alguns caminhos podem ajudar no processo de superação no cotidiano Escolar, visto que, os alunos testam os professores para ver sua autoridade acadêmica e o exercício do seu poder.

Inicialmente, podemos considerar que o educador precisa ter autoridade sem ser autoritário. Deve, ainda, praticar o diálogo sem ser populista, utilizar exemplos do cotidiano para introduzir análises filosóficas, políticas e sociológicas que dêem significado aos temas abordados.

Pode, também, adotar metodologias dinâmicas e participativas que conduzem o aluno à reflexão crítica, definindo normas na sala de aula de forma coletiva, e na medida do possível, introduzir de forma interdisciplinar os temas transversais no contexto da disciplina que leciona.

No que tange à Escola, urge a necessidade de reformular o Regimento Interno com base nas decisões coletivas que abrangem a comunidade educativa. Para isso, se faz necessário, construir e elaborar o Projeto Político Pedagógico, obedecendo todas as suas faces, para que o foco das ações seja voltado para as reais necessidades dos alunos.

Como instrumento de construção da convivência democrática, traçando caminhos para transformá-lo num fio condutor da paz e de convivência harmoniosa entre todos os participantes da comunidade Escolar.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COSTA, Wedjia Granja. Afeto, disciplina e aprendizagem. **Revista da Educação (AEC). Disciplina e liberdade**, ano 26, nº. 103, p. 109-117, abr./jun. de 1997.
- D'ANTOLA, Arlete (org.). **Disciplina na Escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa: escolar -século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GROSBAUM, Marta Wolak, DAVIS, Cláudia Leme Ferreira. **Progestão: Como Promover o Sucesso da Aprendizagem do aluno e a sua permanência na Escola- módulo IV. Progestão**. Brasília: CONSED, 2001.
- LIMA, Luciano Castro. Disciplina e ética: mudança e permanência frente às atuais transformações sociais. **Revista da Educação (AEC). Disciplina e liberdade**. ano 26, nº. 103, p. 41-64, abr./jun. de 1997.
- RODRIGUES, Luiz Carlos. Qualidade educativa e sistema de avaliação. **Caderno de Criação**. Porto Velho, ano VII. n. 23. p. 66-73. set. 2000.
- TYLER, Ralph W. **Princípios básicos do currículo e ensino**. Porto Alegre, Globo, 1974.
- WINNICOTT.D.W. **Obrincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago editora, 1986.

UM BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO

Sirlei Ferreira de Lima Gomes⁴

Resumo

O método pelo qual observamos e melhoramos alguma coisa é tido por avaliação. É através desse procedimento que ampliamos nosso conhecimento sobre o mundo. Portanto, a avaliação existiu desde o princípio da existência humana. No entanto, foi sendo aperfeiçoada e ampliada até se tornar uma ciência. Através de um breve histórico da avaliação, podemos conhecer como se deu esse fato e quem foram os estudiosos que influenciaram para se chegar à avaliação existente nos dias atuais.

Palavras-chave: aperfeiçoamento, ciência, avaliação.

Abstract

The method for which we observe and we improve some thing is had by evaluation. It is through this procedure that we extend our knowledge on the world. Therefore, the evaluation existed since the principle of the existence human being. However, she was being perfected and extended until if becoming a science. Through a historical briefing of the evaluation, we can know as if it gave this fact and who had been the scholars that they had influenced to arrive itself at the existing evaluation in the current days.

Key words: Method, improvement, science, evaluation.

Introdução

Partiremos do princípio de que a avaliação sempre existiu. Após a criação do mundo, o próprio Deus avaliou se seu trabalho se era bom ou não.

Popham (1983, p.2) diz que “[...] os seres humanos foram sempre colocados em situações em que era necessário determinar o valor das

coisas.” O mesmo autor cita o caso de Adão ter mordido a maçã e que, provavelmente, tenha avaliado as vantagens de correr o risco.

Portanto, sempre avaliamos as situações em que estamos e é por meio desta que encontramos as melhores soluções.

Dessa avaliação informal todos têm consciência, porém a existência de

⁴Licenciada em Pedagogia pelo CEUASP/SP- campus 1, Mestre em Educação pelo CEUASP/SP-campus2, Professora de Estrutura e Funcionamento de Ensino e Biologia da Educação, Coordenadora de TCC do curso de Pedagogia do CEULJI-RO. E-mail sirleilgomes@bol.com.br

uma avaliação formal mais antiga de que se tem notícia, segundo Popham, (1983, p.3) e Depresbiteris (In: Souza, 1997, p. 51) é de quatro mil anos atrás, na qual funcionários públicos chineses administravam exames para o serviço civil. Numa retrospectiva histórica, descobriu-se que o grande imperador Shun examinava seus oficiais com o fim de promovê-los ou demiti-los. Isso no ano 2.205 a.C. A avaliação já era usada como um instrumento de medida.

São citados por Popham, (1983, p.3) relatos de

Professores famosos na Grécia e Roma antigas que empregavam exames em seu trabalho. Nos Estados Unidos, o mérito da primeira avaliação educacional formal é geralmente dado ao estudo de 1897-1898 de Joseph Mayer Rice sobre o desempenho ortográfico de mais de trinta mil alunos em um sistema escolar metropolitano.

Depresbiteris (1989, p.6) complementa:

J. M. Rice desenvolveu os primeiros testes objetivos para uso em pesquisas de alcance escolar. Seus estudos eram basicamente relacionados: 1- à construção, ao uso e à correção de testes objetivos; 2- à construção, ao uso e à correção de testes dissertativos; e 3- à busca de diferenças entre esses dois tipos de testes, na função de medir, avaliar, predizer e classificar.

Depresbiteris (In: Souza, 1997, p.51) informa sobre Horace Mann que criou este sistema de testagem escolar nos Estados Unidos ainda no século XIX.

Diz a história que uma controvérsia entre Mann e os comitês das escolas americanas sobre a qualidade da educação fez com que ele propusesse a experimentação de um sistema uniforme de exames, em uma amostra selecionada de estudantes das escolas públicas de Boston.

Isso reforçou a opinião de Mann sobre a qualidade das escolas públicas e

fez com que surgisse um exame nas escolas públicas que fosse em larga escala, e que assim pudesse avaliar o sistema escolar e propor melhoras onde houvesse deficiências.

As principais sugestões de Mann foram: a) substituir os exames orais pelos escritos; b) utilizar, ao invés de poucas questões gerais, uma quantidade maior de questões específicas; e c) buscar padrões mais objetivos do alcance escolar (Depresbiteris, 1989, p.6).

As sugestões colocadas por Mann deixam claro que a avaliação era usada como medida e de forma quantitativa. Ela visava à especificidade e isto era o que tornava a avaliação a mais objetiva possível e que facilitava a classificação das notas.

1. A avaliação como ciência

Segundo Depresbiteris (1989, p. 6), com o desenvolvimento de testes objetivos tornou-se possível a realização nos Estados Unidos de exames de qualificação em níveis regionais, estaduais e federais. Foram criados órgãos com o fim de desenvolver os testes padronizados, tais como comitês, associações e bureaux.

O Conselho Americano de Educação aprovou a aplicação de testes padronizados para o ensino secundário e universidades. Foi estabelecido um sistema de testagem para medir a competência dos professores. E o Bureau de Arquivos educacionais especializou-se em programas de testagem para escolas públicas.

Ainda segundo Depresbiteris (1989, p.6),

depois disso começou a surgir em alguns países como França e Portugal, logo depois se estendo a outros, uma ciência

chamada Docimologia, que estudava o sistema de exames, de atribuição de notas e os comportamentos dos envolvidos, examinados e examinadores. Ela surgiu com o objetivo de avaliar a eficácia dos exames e concursos existentes na época. Nos Estados Unidos, a Docimologia é datada de 1931,

Quando a Carnegie Corporation pôs à disposição do Instituto Internacional de Educação do Teacher's College da Universidade de Columbia (Nova York) fundos necessários à realização de um inquérito subordinado ao tema "as concepções, os métodos, a técnica e o alcance pedagógico e social dos exames e concursos" (DEPRESBITÉRIS, 1989, p.7).

Popham (1983, p.3) ainda deixa claro que até as primeiras décadas do século XX toda avaliação educacional encontrada se resumia em uma porção de testes variados que eram aplicados aos alunos. Apesar de ser de maneira precária, esta era considerada uma avaliação educacional.

Até os anos cinquenta, quase não se encontra nada sobre avaliação. Só após esta data é que aparecem alguns dados.

Os historiadores educacionais que se dispuseram a recapitular a frequência com a qual as avaliações educacionais formais foram conduzidas antes da metade deste século estão condenados mais a procurar do que a encontrar (POPHAM, 1983, p.3).

Saul (2000, p.26) faz menção que a avaliação da aprendizagem antes de 1950 era mais fácil de ser encontrada do que a avaliação educacional. Destaca-se, neste período, "Robert Thorndike nos Estados Unidos resgatando o valor de mensurar as mudanças comportamentais."

Assim, "[...] durante as duas primeiras décadas deste século, a tecnologia de mensuração das capacidades humanas teve grande avanço. Em consequência [...] Os testes padronizados floresceram em grande escala" (SAUL, 2000, p.26).

Souza (1997, p. 27) complementa que, após os anos trinta, surgiram Ralph W. Tyler e Smith que, com seu estudo de oito anos, vieram reforçar o estudo do desempenho dos alunos por meio de testes padronizados, que incluía:

Testes, escalas de atitudes, inventários, questionários, fichas de registro e outras formas de coletar evidências sobre o rendimento dos alunos com a consecução dos objetivos curriculares (SOUZA, 1997, p.28).

Haydt (2000, p. 11) comenta que até a década de quarenta, devido ao aperfeiçoamento destes instrumentos de medidas educacionais de Tyler, avaliação foi considerada como medida. Foi somente após a década de sessenta que o termo avaliação assumiu novas dimensões, chegando à avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Vianna (2000, p. 24) destaca Stake como de grande importância para a avaliação, que foi influenciado pelos pensamentos de Tyler e construiu um modelo neotylerano de avaliação, e também Michael Scriven a quem Souza (1997, p. 28) também aponta como um estudioso que "[...] estabelece uma distinção marcante entre o objetivo e as funções da avaliação, "e para quem" os objetivos da avaliação é julgar os méritos de alguma coisa."

O seu pensamento influencia Daniel Stufflebeam que se destaca por "[...] um plano teórico baseado na idéia de que a avaliação visa à tomada de decisões" (VIANNA 2000, p.26).

Segundo Haydt (2000, p.12), para Stufflebeam os fins da avaliação são auxiliar o processo de tomada de decisão e verificar a aprendizagem. Ele foi muito criticado porque priorizava o aspecto quantitativo da avaliação em detrimento do qualitativo.

Saul (2000, p.29) ainda descreve grandes nomes que foram influenciados por Tyler no decorrer da história, entre eles Hilda Taba, que, baseada nas idéias de Tyler, propôs um modelo de elaboração de currículo.

Robert F. Mager, “[...] apoiado na crença básica do valor da precisão para planejar o ensino, introduziu uma sistemática de especificação dos objetivos educacionais” (In: SAUL, 2000, p.29).

Estes objetivos deveriam ter três características:

- Conter explícito, o comportamento observável do aluno;
- Especificar as condições nas quais o comportamento deve ocorrer;
- Definir o padrão de rendimento aceitável (critério) segundo o qual o nível de desempenho do aluno é considerado satisfatório (SAUL, 2000, p. 30).

Para completar o primeiro item, Mager criou uma lista de verbos que eram permitidos e outros que eram proibidos.

Popham (apud: SAUL , 2000, p. 30),

Partidário e defensor das idéias de Mager, discute, contra-argumentando, dez razões comumente utilizadas por aqueles que reagem à proposição de objetivos educacionais precisos. A partir de 1970 publica, com Eva Baker, um conjunto de cinco volumes centrado em planejamento de ensino e avaliação.

Esses livros foram realizados com o objetivo de auxiliar o professor que gostaria de alcançar melhores resultados em sala de aula.

De acordo com Saul (2000, p.30), esses manuais ensinavam como definir os objetivos comportamentais, dando ênfase nas formas de planejar a seqüência de ensino e avaliá-la de duas maneiras: “orientação para a resposta” e a “prática da resposta”. “Com as propostas de Mager, Popham e Baker, a tecnologia da avaliação é exacerbada. A necessidade de construir item de testes apropriados e de testá-los é altamente valorizada” Saul (2000, p.30),

2. A avaliação no Brasil

O Brasil seguiu as mesmas linhas norte-americanas com a influência de Tyler. Porém, com uma década de atraso em relação aos Estados Unidos. No entanto, isso aconteceu antes das publicações chegarem ao Brasil, porque havia professores que faziam cursos nos Estados Unidos e trouxeram consigo estes conhecimentos e também através de acordos internacionais. Com grande destaque na década de sessenta, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE).

A influência de Tyler no Brasil cresce através da tradução de suas obras para o português. Dele mesmo, o livro Princípios básicos de currículo e ensino, com nove edições no período 1974-1984.

Hilda Taba teve seu trabalho divulgado através do livro *Elaboración del Currículo*, em espanhol, em 1974. A partir da década de 70, apareceram outras obras traduzidas para o português como a de Eva Baker, James Popham,

Robert Mager, R. Ebel, Ausubel, Bloom, N. Gronlund.

Outra grande influência no Brasil, segundo Saul (2000 p.31), veio de Victor H. Noll, com a obra escrita em 1957 e traduzida para o português em 1965 sob o título Introdução às medidas educacionais, contendo um texto científico e prático para que se pudesse mensurar as mudanças comportamentais do aluno.

Saul (2000, p.31) acrescenta ainda que

Dentre os autores brasileiros que seguiram a “escola” de Tyler destacaram-se, através de publicações, Dalila Sperb, autora do Primeiro manual de Currículo no Brasil, Marina Couto e Lady Tina Traldi, que resumiram as idéias de seu inspirador.

Ethel Bauzer Medeiros (1971) dedica a sua obra, As provas objetivas técnicas de construção, ao processo de elaboração de provas escolares como um instrumento de medida do rendimento do aluno.

Depois de Tyler, de acordo com Depresbiteris (In: SOUSA, 1997, p. 52), quem marcou a época foi Bloom. Bloom defendia “a idéia que o domínio da aprendizagem é teoricamente disponível para todos, se houver possibilidade de encontrar os meios de ajudar cada estudante.” Para ele, na avaliação aplicada durante o processo de aprendizagem, não deveriam ser atribuídas notas.

Caberia a esta avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos e as falhas para aquisições das mesmas, necessárias à sua aprendizagem e à sua correção, ainda durante o ensino-aprendizagem.

Segundo Saul (2000, p. 32), a obra de Benjamim Bloom, escrita em 1971, que foi traduzida para o português e teve como título Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. É uma obra técnica, construída sobre a taxonomia dos objetivos educacionais em geral, o que não foge muito do pensamento positivista de Tyler.

Este pensamento positivista de Tyler pode ser sentido até hoje através do uso destas obras em concursos e também constando na bibliografia acadêmica de muitas universidades brasileiras, bem como trazendo sua influência, também por meio de leis e pareceres federais e estaduais.

Segundo Souza (1997, p. 29), sobre a influência de Tyler no Brasil, temos Vianna, que se dedicou à elaboração de testes e medidas, Turra, com um Manual de Planejamento de Ensino feito em 1975 e outro manual feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1974. Estes foram os que mais se destacaram naquele período.

Hoje, no Brasil, há muitos educadores que se dedicam ao estudo sobre a avaliação da aprendizagem. Dentre eles, podemos citar alguns como: Jussara Hoffmann, Cipriano Carlos Luckesi, Pedro Demo, Léa Depresbiteris, Clariza Prado de Souza, Ilza Martins Sant’Anna, Heraldo Marelim Vianna, Regina Cazaux Haydt, Ana Maria Saul, Maria Celina Melchior, dentre outros. . .

Há também educadores que têm grande influência no Brasil com suas teorias sobre a avaliação, por meio de suas obras traduzidas para o português, como o suíço Philippe Perrenoud.

Referências bibliográficas

- BLOOM, Benjamin S. HASTINGS, J. Thomas. MADDAUS, George F. **Manual de Avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- DEPRESBITÉRIS, Léa. **O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1989
- DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação da aprendizagem: revendo conceitos e posições. In: SOUZA, Clariza Prado (org.). **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas: Papyrus, 1997.
- HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino aprendizagem**. 6.ed., São Paulo: Ática, 2000.
- MAGER, Robert F. **Medindo os objetivos de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- MAGER, F. Robert. **A formulação de objetivos educacionais de ensino**. 7. ed., Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Trad. Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- POPHAM, W. James. **Avaliação educacional**. Porto Alegre. Rio de Janeiro: Globo, 1993.
- SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de Currículo**, 5. ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- SOUZA, Clariza Prado de (org.). Despresbitéris, Lea. Franco, P. Barbosa. (et. al). **Avaliação do rendimento escolar**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SOUZA, Sandra Zákia Lian, Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. SOUZA, Clariza Prado (org.). et. al. **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional: teoria, planejamento, modelos**. São Paulo: Ibrasa, 2000.

OS MÉTODOS EDUCACIONAIS DE PAULO FREIRE

Elenilson B. Moreira⁵ e Maria Emília do Rosário⁶

Resumo

Apresentaremos temas abordando os métodos educacionais de Paulo Freire, julgando serem estes, bons meios de se chegar a um ensino educacional eficaz e de boa qualidade. Primeiramente, detivemo-nos a elencar os métodos educacionais que há de conduzir o educador a uma prática pedagógica favorável à produção do conhecimento, ou seja, como o educador poderá ajudar melhor o educando a criar possibilidades para o conhecimento. O fato de quem ensina está constantemente aprendendo e quem aprende também ensina, é um dos pontos que comentaremos de maneira abrangente. Assim, como o estímulo que o educador deve proporcionar ao educando para a prática da comunicação, da expressão, como forma de ajudá-lo a testar seus conhecimentos e questionar o saber que tem como verdadeiro ou não. O ambiente em que são ministradas as atividades educacionais, assim como a atitude do educando de escutar atentamente o educador, compõem esses métodos essenciais ao desenvolvimento do ensino.

Palavras-chave: Método, educação, conhecimento, educador e educando.

Abstract

We will present subjects approaching the educational methods of Paulo Freire, judging to be these, good ways of if arriving at efficient an educational education and of good quality. First, we lingered it to enumerate the educational methods that have to lead the pedagogical practical educator to one favorable one to the production of the knowledge, or either, as the educator will be able to help educating better to create possibilities for the knowledge. The fact of who teaches is constantly learning and who also learns teaches, is one of the points that we will comment in including way. Thus, as the stimulation that the educator must provide to educating for the practical one of the communication, the expression, as form to help it to test it its knowledge and to question knowing that he has as true or not. The environment where the educational activities are given, as well as the attitude of educating to listen to the educator intently, composes these essential methods to the development of education.

Key words: Method, education, knowledge, educator and educating.

⁵ - Acadêmico do 2º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Jaru - UNICENTRO.

⁶ - Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Gestão Escolar, professora da disciplina de Fundamentos da Pesquisa na Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO. emilia@unicentroro.edu.br

Introdução

Será desenvolvido neste trabalho científico, como se inicia o processo de conhecimento, obtenção de interpretação do senso crítico adquirido pelo pensamento lógico, a arte de se comunicar, duvidar, comparar etc.

O silêncio fator importantíssimo durante a obtenção de conhecimento em que o educando (sujeito do conhecimento) capta pela exposição do educador, assim como o respeito entre ambos dentro e fora da classe. A importância da pesquisa para desenvolver a leitura e conseqüentemente a obtenção de conhecimento, obtendo desenvolvimento crítico textual, caracterizando assim o educando como leitor assíduo e/ou crítico.

Coerência entre o conhecimento prático e teórico para o surgimento de idéias claras entre o educando e o educador. Outro importante fator a ser abordado são as causas das reivindicações dos professores por melhores condições de trabalho e as constatações que a pesquisa de campo trouxe para concretizar as idéias e colocações.

1. Possibilidades para o conhecimento

A busca pelo conhecimento é um processo contínuo na vida do homem. Afinal, esta característica cognoscível é que o distingue dos outros animais. É exatamente como dizia o filósofo grego, Sócrates: "O homem por natureza anseia pelo conhecimento".

A árdua tarefa de lutar contra a ignorância inicia-se deste cedo quando a criança está na fase do "por que das coisas". Por que isto é assim e não daquela maneira? Por que você fez isto

ao invés de fazer aquilo? Por que o mundo é desta maneira e não de outra? E outros e outros questionamentos que hão de surgir conforme a sua curiosidade pelo saber.

O processo de conhecimento que se dá ao longo de nossas vidas é normalmente orientado por mestres e/ou professores, aos quais chamaremos de educadores. Estes desenvolvem uma tarefa primordial junto aos formandos, a de ensinar e criar possibilidades para se chegar ao conhecimento.

1.1. Como educar

O bom educador jamais deve mostrar o tesouro, mas apontar os caminhos que nos levam a até ele. Pois, "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção".(FREIRE, 1996 p. 24)

É indubitável a reciprocidade existente entre o educador e o formando, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Assim, o educador jamais deve pensar que ele é o dono da verdade e que o educando é um mero receptor de seus ensinamentos, pois a prática educativa requer de ambos o compromisso com a verdade. A velha frase de Paulo Freire expressa fielmente a certeza de que não é possível conceber o ensinar sem o aprender e vice-versa.: [...] foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. (Id. ibid.)

O formando ou mesmo o educador que ignora essas possibilidades para melhor chegar ao conhecimento está pensando literalmente errado. A tarefa coerente do educador é pensar certo, exercendo como ser humano a prática da inteligência.

Pensar certo exige uma coerência entre o discurso e a ação, já não é

permitted to think that it changed, when my attitudes demonstrate incompatibility with what I say, with what I teach. After all, because the trainees of today are more demanding and critical and already do not admit so easily a moralistic discourse.

The educator who promotes the dialogue with the trainee, by encouraging him to communicate what he has heard, what he has learned, favoring in this way the understanding and the interpretation of what was transmitted.

The knowledge acquired, besides helping the trainee in the autonomy of his discourse, gives him the certainty that he really has learned and that he has verified that what he knows is really logical, coherent and true.

The act of *communicating*, of *expressing* and of *reading*, which we will see ahead, are the best ways of putting into practice our critical capacity, since from affirmations and information we can doubt, inquire, compare, verify, since, "[...] as much, more effectively we can become curious and more critical if we can do our own good sense"., said Freire. (1996, p.69.).

In a research conducted in three schools of the public and particular network it was found that 52% of the interviewed educators agree with the ideal of education of Paulo Freire, where teaching is to create possibilities for the individual to have the knowledge about reality.

See the table below:

Quadro 1

Com Relação ao texto acima, assinale a alternativa que está de acordo:

TERMO	QUANTIDADE	%
a. O texto expressa uma utopia para a educação no Brasil, pois o sistema político educacional não favorece meios para desenvolvê-la.	0	0%
b. O texto apresenta a idéia de um grande expoente da pedagogia brasileira e seu método de educação é a melhor forma de se trabalhar no processo educacional	11	52%
c. Paulo Freire transmite um pensamento particularizado criticando altamente a tendência pedagógica tradicional	8	38%
d. Não opinou	2	10%
Total de Entrevistados	21	100%

The importance of silence in the act of communication is primordial for the reciprocity of learning. It is a tool that helps me to verify the fullness of what was said. It implies respect at the time of the dialogue, or of the lecture, besides giving the opportunity to the one who listens and critically to the other, to talk with him, or at least, to talk to him in certain

conditions. Everything, however, starts with the silence, the attention that I reserve for the information that was communicated to me.

How can I demand anything from someone, if I do not give him the due respect? Therefore, I cannot question,

indagar ou discordar de alguém só por discordar.

Devo apresentar minhas razões, mostrar porque estou discordando. E só posso fazê-lo se realmente conheço a opinião de meu interlocutor, atitude esta que certamente exigiu de mim que o ouvisse.

Não se pode deixar de elencar como possibilidade para um bom ensino, as condições higiênicas, espaciais, estéticas que são essenciais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelo educador.

Muitas vezes, as condições são de tais maneiras perversas que não se tem espaço, não se tem estrutura material, humanismo, dignidade, não se tem ambiente favorável ao ensino. É lamentável que muitas escolas no Brasil passem por situações como estas. Pois isto é, um desrespeito ao aluno e também ao educador.

“[...] O desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos, aos educadores e à prática pedagógica.” (FREIRE, 1996 p. 73) Como poderemos cobrar de nossos formandos ou até mesmo de nossos formadores o bom aprendizado, as técnicas pedagógicas, o desenvolvimento da educação brasileira, se não lhe proporcionamos ao menos, condições favoráveis à suas atividades.

1.2- A importância da pesquisa

Desde já podemos afirmar que não é possível admitir ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. A leitura é a mais

arcaica fonte de conhecimento, porém é a que mais contribuiu e contribui hodiernamente ao ensino.

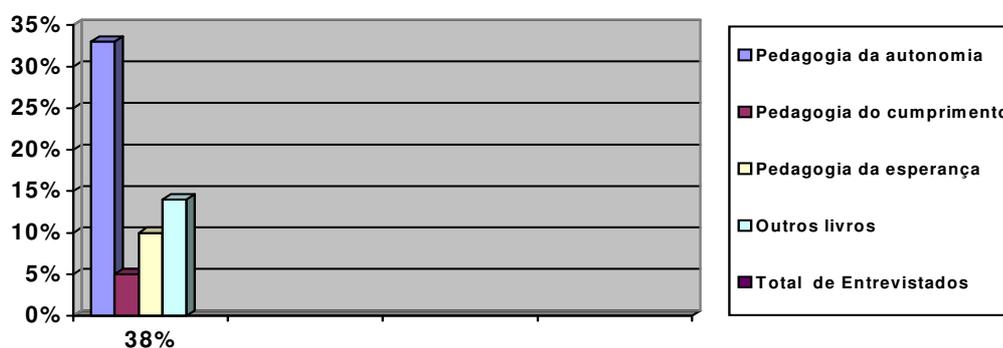
A leitura desenvolve a curiosidade do educando, lhe traz novos conhecimentos, contribui para a formação de um bom léxico e o ajuda na expressão verbal.

O belíssimo pensamento de Freire, (1996.p.32): “[...] pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. Expressa de maneira esplêndida a importância do ato de pesquisar, que gera bons frutos no processo do conhecimento.

A leitura de bibliografias literárias, de jornais, de textos informativos e até mesmo de gibis, histórias em quadrinhos que são utilizados por muitas crianças, são fontes riquíssimas de conhecimentos.

Que bom seria se todos fossem educados ao hábito da leitura, ao silêncio e prática da escuta e da racionalidade, e se afastassem do fantasma da imagem televisual e da poluição sonora causada por sons estridentes que estimulam a sensualidade corpo, a contaminação da mente, o empobrecimento verbal e a falência da instituição familiar, que me convém citar.

Felizmente a pesquisa de campo mencionada na página anterior pode reafirmar a prática da leitura e o conhecimento dos educadores quanto às obras de Freire. Verifique:



Portanto, o bom educador não pode jamais deixar de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, estimular sua curiosidade, sua insubmissão. A rigurosidade metódica com que devem os educandos se aproximar dos objetos cognoscentes é uma tarefa primordial na vida do educador.

Não é permitido ao educando aceitar uma informação como verdadeira, sem antes procurar a veracidade de seus fatos, para que assim, sendo, este possa ter a convicção de que o que conhece é real e verdadeiro, e, portanto, já não vive no mundo da opinião, da *doxa*, mas é promotor de uma idéia, de um pensamento racional e coerente.

É lamentável pensar que existem educadores descomprometidos com a causa da educação. Educadores que “podam” a curiosidade do educando em nome da memorização mecânica, impedindo-o de aventurar-se no mundo da pesquisa, da leitura da indagação.

Estes pensam que estão formando, quando na verdade estão domesticando, alienando o formando. Lembre-se de que já foi mencionado no início deste capítulo, “educar não é

transferir conhecimento, mas proporcionar a sua construção”.

Não há criatividade sem curiosidade. É esta que impulsiona o homem ao inconformismo com o mundo em que vive e o faz tornar-se protagonista de uma ação ou situação. Isso concorre para promover o homem como responsável pela construção do conhecimento.

2. Educar exige coerência

A harmonia entre idéias ou acontecimentos, define o termo coerência, prática necessária na vida de um professor. O educador não deve apenas falar bonito, falar várias línguas, ser eloqüente. Seu discurso teórico deve ser acompanhado pelo exemplo prático e concreto da teoria. Tão concreto que ao falar do conhecimento deve envolver os alunos, ao invés de afastá-los. Não é possível desenvolver o exercício do magistério sem se preocupar com a coerência entre o que diz e o que faz; entre o que demonstra e o que realmente é.

Como educador é preciso agir com clareza na prática. Devem-se conhecer seus direitos e deveres, seus limites e

ascensões. Quanto mais clara for a compreensão da sua profissão, mais profissional e coerente será no exercício de sua atividade, tornando-se mais seguro do que faz e melhorando seu desempenho.

Se maior é a segurança que se tem de sua competência profissional, maior será sua autoridade diante de seus educandos. Não se pode aqui confundir a autoridade conquistada unicamente pela competência profissional, com aquela imposta pela inflexibilidade e arrogância.

Convém abrir um “parêntese” e questionar a atitude de muitos professores que em nome da ordem disciplinar impuseram sua autoridade de maneira errônea, guiada por ideologia, por discurso moralista, pela falta de conhecimento, pela insegurança no assunto, pela inflexibilidade, pela falta de respeito ao aluno e sua formação social.

Diferentemente, dos educadores coerentes que com dinamismo e profissionalismo exerceram o seu magistério, favorecendo o aprendizado do aluno, colaborando com o êxito dos métodos educacionais de ensino e promovendo o respeito entre educador e educando.

Não se quer aqui passar imagem do educador perfeito, até porque, este não existe. Pois, se é educador, educando aprende, e se aprende é porque não sabe tudo. Logo, não é perfeito. Quer-se, na verdade, levar o educador à reflexão da sua ação pedagógica, a repensar sua atitude no exercício de sua profissão. E se, necessário for, procurar meios para melhor desempenhá-la. Pense na sábia frase: “A mais grave das falhas é não ter consciência de falha alguma”. (Célebre frase do matemático, físico e cientista inglês Albert Einstein.) Ou ainda, a maior de todas as ignorâncias é a própria

ignorância que não lhes permite aceitar que precisa mudar.

2.1 O educador Determinado Supera o Condicionado

Muitas vezes, o educador se depara com uma situação extremamente dolorosa: o fato de perceber que não consegue criar, diversificar maneiras adversas de ajudar o educando a produzir o conhecimento. Chamamos de educador condicionado, que depende de um livro, ou de um único método para transmitir seu conhecimento. É importante que o educador possua um determinismo interior, que o faça criar novas possibilidades, novos meios, maneiras, didáticas que o ajudarão no exercício de sua profissão. Sabendo que há de encontrar aluno com menor ou maior grau de compreensão.

Esta faculdade deve ser estimulada por todo educador comprometido com a causa da educação. A consciência de que neste mundo, o indivíduo é o próprio responsável pelo seu sucesso. Portanto, sua passagem por aqui não é predeterminada, preestabelecida, o faz sentir a necessidade de lutar por seus objetivos e ideais, visando sempre ser o melhor naquilo que faz.

A principal diferença entre o determinado e o condicionado é que, este pensa que por ser tal como é não precisa buscar o que não é; enquanto, aquele, consciente do inacabamento sabe que pode ir mais além. Sabe que buscar o conhecimento é algo intrínseco em si, e que esta qualidade só lhe traz benefícios. Sabe que quanto mais sabe, nem tudo sabe no universo do conhecimento.

Que bom seria se para a realização destes projetos não

houvessem obstáculos a serem enfrentados, (encare aqui os obstáculos como lições que o ajudará a amadurecer), embora estas dificuldades apareçam pelas mais variadas formas, sejam pelas condições materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas, não se pode desanimar.

Estas barreiras de difícil superação que nos ajudam a mudar a nossa história, às vezes, até demoram a passar, mas nunca se eternizam. Essa história que se constrói envolve outros e outros indivíduos, mas não isenta a responsabilidade única de sermos feitores. Ciente destas provações, emerge o fato de sabermos que neste mundo o tempo proporciona oportunidades e possibilidades para cada indivíduo desenvolver seus dotes, suas habilidades, colocando em prática seus conhecimentos.

A presença do educador implica ao educando um sujeito de *opções* e não de *omissão*, pelo fato de ser um alguém que não pode falhar com a verdade, pela capacidade de fazer justiça, de ser coerente, de ser esforçado, de testemunhar a segurança com que discute um tema, analisar um fato, tomar uma decisão e assim por diante.

Proporcionar a abertura aos outros, a curiosidade ao saber, enfrentar desafios, alcançar objetivos, são ensinamentos que o educador pode transmitir aos seus educandos não tão somente com palavras, mas com seus atos.

3. Relação entre educador e educando

“[...] o respeito devido à dignidade do educando não permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola”. (FREIRE, 1996 p. 71)

O educador e os demais alunos não podem ignorar ou caçoar do menor que seja o saber de um educando. Deve sim, ajudá-lo a ampliar seus conhecimentos, reformular conceitos e descobrir horizontes que lhe proporcionaram uma maior segurança daquilo que sabe. Quando se há um recíproco respeito entre educador e educando, é sinal de que está havendo ensino, que ali nasce aspirações para o conhecimento, para o saber.

O essencial na relação entre as pessoas, entre educador e educando, autoridade e liberdade, patrão e empregado é a compreensão que o ser humano tem da sua própria autonomia. Entendendo-se, primeiramente como homem, é que se pode desenvolver corretamente o seu papel na sociedade, seja ele qual for.

O educador e pedagogo Freire, (1996. p.106) escreveu:

Posso saber pedagogia, biologia como astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei e saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros.

O bom educador não pode negar-se a contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação. Acompanhar o educando, no seu aspecto social e familiar ajuda a compreender melhor o desenvolver de suas fases.

Não podemos omitir o outro lado da moeda. Os educandos brasileiros precisam saber que a luta pelos direitos dos educadores é antiga. Direitos esses que os fazem reivindicar salários justos e condições de trabalho favoráveis à prática pedagógica. A pesquisa de campo realizada com alguns educadores

nos apresentou o desejo de melhorar o desempenho educacional por parte dos educadores (*expressa por 100% dos entrevistados*), porém as condições de trabalho, de qualificação e planejamento não favorecem a integridade do ensino e melhoria na aprendizagem.

Esses fatores não são essenciais na atividade docente, mas fazem parte dela, sendo o educador um indivíduo da sociedade e como tal precisa sobreviver em seus padrões. A luta a favor desses direitos é tão importante quanto o respeito que o professor tem ao educando. E, portanto, este devia contribuir para o cumprimento destas leis. Uma vez que a sociedade entenda que o educador precisa ser reconhecido, valorizado tanto quanto o que ele ensina, poderemos começar a pensar numa educação escolar prioritária e uma relação mais respeitosa entre professores e alunos.

Ensinar significa querer bem ao educando, portanto a relação deve ser a melhor possível para que o educador ajude o educando a desenvolver sempre mais. O carinho, a atenção, a afetividade não está excluída do processo educacional. O que não pode obviamente é confundir, de forma que a afetividade interfira no cumprimento ético do exercício de educador. Não pode condicionar, em hipótese alguma, a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor estima que o educador tenha a ele.

Ajude o Brasil a melhorar o aspecto educacional. Você, educando contribua com o seu professor para que ele desempenhe o papel coerente e eficaz para melhor lhe ajudar adquirir conhecimento. Reconheça o esforço e a determinação de seu educador interessado a ensinar. Parabenize-o quando merecer e sugira quando necessário for para a melhoria das aulas.

Você educador abrace com vigor sua tarefa de ensinar. Não se acomode com métodos arcaicos, busque inovações para ensinar. Comprometa-se verdadeiramente com a causa do saber. Respeite a “[...] unidade da razão na multiplicidade de suas vozes” (HABERMAS) e seja protagonista de uma educação nota 10.

Conclusão

Neste trabalho, percebemos como é importante a interação entre o educador e o educando para interagir o conhecimento primário do secundário, observando possibilidades para melhor chegar ao conhecimento. É importante o diálogo entre ambas as partes para desenvolver opiniões próprias, chegando a um ponto comum - o respeito. Dessa forma, o conhecimento será transferido de forma mais natural e desprovido de formalidade tradicional.

Fazer com que os educandos desenvolvam sua curiosidade é um ponto importante para uma educação com qualidade, pois agindo assim terão como forte aliada, a criatividade, o imprevisto e o despertar para a necessidade de fazer.

Outro ponto importante é o desenvolvimento da auto estima, para fazer com que o aluno se sinta motivado para desenvolver suas capacidades, passando em uma sala de aula de antagonista para protagonista, e, ao mesmo tempo, promover seu conhecimento de forma mais natural possível.

O bom educador tem que antes de educar deixar, o que atrapalha o seu bom desenvolvimento em sala de aula, tratando de resolvê-lo única e exclusivamente após a sua aula. É importante que não se acomode em

métodos arcaicos, desenvolvendo inovações, métodos, conceitos éticos, tudo isso em prol do saber.

Se o conhecimento educacional adquirido pelos educadores ao longo do seu período de formação e atuação profissional for disseminado em nossas escolas e co-respondido por professores e alunos, presenciaremos uma educação

mais eficaz e verdadeira. A pesquisa desenvolvida neste trabalho comprovou que a maioria dos educadores, tanto da rede pública quanto da particular, são coniventes com as teorias educacionais de Paulo Freire; executam nas atividades de ensino-aprendizagem seus métodos, observando, evidentemente, algumas carências oriundas das manifestações e mudanças que o meio apresenta.

Referências bibliográficas

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Do romantismo até nossos dias**. 4.ed. São Paulo: Paulus, 1991.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DA ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NO SUPERMERCADO RONDÔNIA

Adelmo Gonçalves Pereira⁷ e Genivaldo Gonçalves Pereira de Campos⁸

Resumo

O processo de planejamento estratégico não é fácil nem difícil. Embora essa afirmação pareça estranha, com amplo e duplo sentido, fica na dependência de como a empresa está preparada para receber este planejamento. Pode-se notar, também, que a técnica de planejamento estratégico vem sendo utilizada por poucas empresas, as quais são normalmente de grande porte. Em um país como o Brasil, onde as mudanças ambientais, tal como a política econômica, exige um maior grau de reflexão sobre as influências nos negócios das empresas, as técnicas de planejamento estratégico vêm exatamente ajudar o administrador a estabelecer o caminho que a empresa deverá seguir. O supermercado Rondônia, em Theobroma, pelo fato de ser uma empresa nova no mercado, viabiliza, de certa forma, o estudo evidenciado onde se busca detectar deficiências estruturais que podem ser sanadas através do planejamento estratégico. Pretende-se, com este trabalho, oferecer subsídios a fim de melhor qualificar a empresa para que, em função disto, possa agregar novos valores à sua clientela e, sobretudo, à comunidade onde está sediada.

Palavras-chave: empresa, estratégico, mercado, planejamento.

Abstract

The process of strategical planning not is easy nor difficult. Although this affirmation seems stranger, with ample and double direction, it is in the dependence of as the company is prepared to receive this planning. It can be noticed, also, that the technique of strategical planning comes being used for few companies, which are normally of great transport. In a country as Brazil, where the ambient changes, such as the economic policy, demand a bigger degree of reflection on the influences in the businesses of the companies, the techniques of strategical planning accurately come to help the administrator to establish the way that the company will have to follow. The supermarket Rondônia, in Theobroma, for the fact of being a new company in the market, makes possible, of certain form, the evidenced study where if it searches to detect structural deficiencies that can be cured through the strategical planning. It is intended, with this work, to offer subsidies in order better to characterize the company so that, in function of this, it can add new values to its clientele and, over all, to the community where it is hosted.

Key words: Company, strategical, market, planning.

⁷ Bel. em Administração Pública pela UNICENTRO. E-mail: adelmogoncalves@zipmail.com.br

⁸ Professor orientador, Bel. em Economia e Especialista em Administração Gerencial pela Faculdade de Direito Vale do Rio Doce. genivaldo@unicentrro.edu.br

1. Planejamento estratégico: origem e evolução

A história dos sistemas de administração é uma sucessão de invenções. À medida que surgiam novos desafios, as empresas progressistas inventavam e experimentavam novas maneiras de administrar. Alguns dos novos sistemas fracassavam e os sistemas bem-sucedidos eram imitados por outras empresas.

Foi desses processos pragmáticos de tentativa e erro que nasceu o corpo de Sistemas de Administração. Como é típico das invenções, eles eram como porções de um curandeiro, tratando sintomas, em vez de causas subjacentes. Se o tratamento funcionava, era utilizado até que novos sintomas aparecessem.

Se não funcionava, o tratamento ficava desacreditado e a busca recomeçava.

Assim, o planejamento a longo prazo foi a resposta às pressões do crescimento rápido, do tamanho e da complexidade. Na década de 1950, essa configuração de fatores chegou a um ponto no qual não era mais possível confiar na elaboração de orçamentos para preparar a empresa para enfrentar seus desafios concorrenciais futuros e suas necessidades de expansão.

O planejamento a longo prazo foi a resposta que logo se mostrou útil, tendo sido aceito pela maioria das empresas de grande porte, bem como por um número significativo de empresas médias.

O planejamento estratégico, que foi inventado na década de 1960, menos de dez anos após o planejamento a longo prazo, teve uma história muito diferente. Deve ser recordado que o estímulo foi a saturação e o declínio do crescimento em várias empresas.

Nessa altura, as razões da saturação ou do declínio eram mal compreendidas. Mas estava claro que era ao mesmo tempo indesejável e perigoso planejar o futuro da empresa com base na extrapolação de tendências passadas, como acontece no planejamento a longo prazo.

O planejamento estratégico é um instrumento de prevenção face às incertezas do futuro. Profundas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas pronunciavam-se e, quanto maior a incerteza, maior é a necessidade de planejamento. Portanto, deve-se realizar o planejamento estratégico por que:

- visa preparar a organização para adaptá-la aos novos contextos ambientais (inovação tecnológica, novos modelos de gestão, novos desafios do setor público, decisão mais participativa, transparência administrativa).
- repensar o que está sendo feito;
- definir novas diretrizes para o futuro;
- traçar novos programas ou eliminar linhas de ação superadas.

Historicamente a preocupação com as relações existentes entre a organização e seu ambiente foi denominado de problema estratégico.

Este evidenciava claramente a falta de sintonia entre as atividades organizacionais e as mudanças associadas ao ambiente.

A solução para este problema foi a utilização de um modelo de planejamento que incorporasse uma análise racional das oportunidades e ameaças geradas pelo ambiente, em consonância com os pontos fortes e fracos da organização.

O planejamento estratégico surgiu, então, como um processo destinado a garantir um ajustamento entre os objetivos e recursos da organização e as demandas de um ambiente externo em constante mutação, entretanto, esta necessidade de adaptar-se ao ambiente, exigiu a adoção de um modelo administrativo preocupado com as mudanças organizacionais no âmbito interno da organização (adaptação estratégica).

A preocupação com as mudanças dentro da organização deu origem a chamada administração estratégica, que combinada com a proposta do planejamento estratégico resultou em uma técnica gerencial denominada planejamento estratégico organizacional.



Fig. 1 – Planejamento Estratégico Organizacional. Fonte: Kotler, Philip. Administração de Marketing, p. 97.

A administração estratégica é definida como um processo contínuo e interativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado ao seu ambiente (CERTO e PETER, 1993).

Neste documento, para simplificar a leitura e compreensão, sempre que nos referirmos ao “Planejamento Estratégico” estaremos utilizando a definição acima de Planejamento Estratégico Organizacional.

2. Planejamento estratégico: conceitos

Segundo Fischmann (1991 p. 25), “[...] planejamento estratégico é uma

técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades, e ameaças de seus pontos fortes e fracos para o cumprimento de sua missão”.

Desta forma, a técnica administrativa tem de servir para a empresa. Se surgir uma idéia nova, ou um acontecimento qualquer que atrapalhe os planos, tais planos devem ser refeitos, ou seja, tem de haver uma maior preocupação com o resultado do que propriamente com o plano.

Neste contexto, Oliveira (2003 p. 36) define planejamento estratégico como

[...] o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais, que facilitarão a tomada de decisão no futuro de modo mas rápido, coerente, eficiente e eficaz.

Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidas para a empresa.

Para Maximiano (2002 p. 384),

[...] planejamento estratégico é o processo de desenvolver a estratégia – a relação pretendida da organização com seu ambiente. O processo de planejamento estratégico compreende a tomada de decisões sobre produtos e serviços que a organização pretende oferecer e os mercados e clientes que pretende atingir”.

Afirma, ainda, que toda organização pratica o planejamento estratégico, de forma explícita ou implícita, com maior ou menor grau de formalização. Do passado para o presente de qualquer organização, sempre é possível identificar estratégias explícitas ou implícitas, formais ou informais. Entretanto, é mais difícil encontrar organizações que tenham planos estratégicos formais e explícitos do presente para o futuro.

3. Tipos de planejamento

Planejamento Estratégico ⇒ é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com o

ambiente e atuando de forma inovadora vê diferenciada.

O planejamento estratégico é, normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa, e diz respeito tanto à formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consecução, levando em conta as condições externas e internas à empresa e suas evolução esperada. Também considera as premissas básicas que a empresa, como um todo, deve respeitar para que o processo estratégico tenha coerência e sustentação decisória.

Planejamento Tático ⇒ tem por objetivo otimizar determinada área de resultado e não a empresa como um todo. Portanto, trabalha com a decomposição dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégica.

O planejamento tático é desenvolvido em níveis organizacionais inferiores, tendo como principal finalidade a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consecução de objetivos previamente fixados, segundo uma estratégia predeterminada, bem como as políticas orientativas para o processo decisório da empresa.

Planejamento Operacional ⇒ pode ser considerado como a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas. Portanto, nesta situação tem-se, basicamente, os planos de ação ou planos operacionais.

Os planejamentos operacionais correspondem a um conjunto de partes homogêneas do planejamento tático. Cada um dos planejamentos operacionais deve conter, com detalhes, os recursos necessários para seu

desenvolvimento e implantação; os procedimentos básicos a serem adotados; os produtos ou resultados finais esperados; os prazos estabelecidos; e os responsáveis por sua execução e implantação.

4. O modelo teórico do planejamento estratégico

É através deste modelo que são apresentados os aspectos básicos da metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico nas empresas. Esta fase do processo de elaboração e implementação do planejamento estratégico é de elevada criatividade, em que os executivos e profissionais das empresas têm de explicar seu pensamento estratégico. A prática tem demonstrado que as empresas que não tem executivos e profissionais com pensamento estratégico apresentam elevado nível de dificuldade nessa fase da metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico.

a) Visão – A visão de uma organização é a sua imagem, especialmente no futuro. A maneira como os funcionários e dirigentes enxergam a organização define sua visão. Por exemplo, um dirigente do *Greenpeace* disse que, em sua visão de futuro, essa organização ambientalista deixaria de existir, porque a consciência ecológica das pessoas faria do mundo um lugar melhor para viver e ela se tornaria desnecessária.

Constatou-se uma ineficiência na distribuição dos produtos comercializados e serviços prestados decorrentes de má gestão de estoque mantenedor, embasamento funcional baixo e atendimento demorado e/ou insuficiente. Neste aspecto, a “nossa visão é ser, até

o final do ano 2005, o líder em participação no ramo de supermercado no município que atuamos, fornecendo a nossos clientes produtos que atendam a demanda com qualidade, preço competitivo e que respeitem o meio ambiente. Agregaremos valores a estes produtos/serviços ao oferecer um atendimento personalizado, mediante nosso compromisso total com a satisfação do cliente”.

b) Missão – É a razão de ser da empresa. Nesse ponto procura-se determinar qual o negócio da empresa, por que ela existe, ou, ainda, que tipos de atividades a empresa deverá concentrar-se no futuro. Aqui procura-se responder à pergunta básica: Aonde se quer chegar com a empresa?”. Portanto, para especificar a missão, é preciso que os administradores façam um exercício de auto-análise e procurem dar respostas a diversas perguntas, como:

- O que a organização está fazendo agora?
- Qual sua utilidade para os clientes?
- Em que negócio estamos?
- Quem são nossos clientes?
- A que necessidades estamos atendendo?
- A que papéis estamos cumprindo?

Como missão, o Supermercado Rondônia se propõe “[...] a comercializar produtos de boa qualidade, oferecer os melhores serviços e conseguir a mais ampla distribuição de produtos, praticando uma política de preços competitivos”.

c) Declaração de Valores – através da seriedade em que encaramos nossos serviços e a honestidade com a qual lidamos com nossos clientes, acreditamos que a agregação destes valores é o que fundamenta o nosso negócio.

Supermercado Rondônia não é um fim por si mesmo, mas um meio de alcançar a eficácia e a eficiência como empresa, por intermédio da clientela, permitindo condições favoráveis para que esta obtenha o atendimento com suficiência de sua demanda através de valores, como:

- Ênfase na qualidade dos produtos;
- Ética nos negócios;
- Respeito ao ser humano;
- Foco no cliente.

5. Características da empresa estudada

A propaganda realizada somente com panfletos enquanto que a concorrência opera com anúncios em rádios e patrocínio de eventos é considerado ponto fraco. A comercialização de alguns produtos que são mais caros que os seus similares de outras marcas, mas que não tem, nestes preços praticados à maior, uma justificativa como diferença percebida real em qualidade, implica na estratégia de se reavaliar tais preços.

Em contra-partida, observou-se que tanto o atendimento aos domingos e feriados até às 12:00 horas, que é único e surte o efeito desejado, quanto à eficiência na entrega em domicílio, no que diz respeito ao prazo de entrega prometido ao cliente, que sempre é cumprido, são pontos fortes.

As ameaças podem surgir através da Associação Comercial do município, que pode estabelecer o fechamento dos comércios aos domingos e feriados, bem como através dos concorrentes que estão lançando novos produtos e promoções no mercado, o que torna as compras mais atraentes.

As oportunidades, por sua vez, aparecem por intermédio dos clientes que vêm mostrando um crescente interesse em utilizar um comércio mais novo, por acreditarem que aí, por certo, surgirão mais promoções e ofertas. Uma outra oportunidade vem através de um fornecedor quer abrir uma parceria, a título de exclusividade, mediante uma maior participação nos lucros e a exigência para a ampliação de propaganda veiculada pela empresa.

5.1- Diferencial Competitivo

O objetivo é conseguir vantagens competitivas em relação aos concorrentes, nos fatores de sucesso, ou seja, as forças que determinam a concorrência controlável pelo administrador. Pelo diferencial competitivo, procura-se destacar o negócio em relação aos dos concorrentes, em um ou mais fatores de sucesso que são valorizados pelo cliente.

Neste contexto, o Supermercado Rondônia, no tocante ao diferencial competitivo, apresenta duas situações que ainda não foram sequer, almejadas pelos concorrentes:

O atendimento aos domingos e feriados até às 12:00 horas é único na região, e não só atende os clientes que não tiveram tempo, durante a semana, de efetuar suas compras no horário comercial normal, mas facilita, de certa forma, para aqueles que buscam uma certa comodidade ao deixar para o final de semana, a condição de fazer o abastecimento com mais calma e tranquilidade.

A entrega em domicílios a curto prazo, ou seja, dentro do prazo previsto, é ponto preponderante no Supermercado Rondônia. Convive-se, de certa forma, na nossa região, com uma morosidade

muito grande nas entregas das compras efetuadas.

O supermercado referenciado no estudo consegue se sobressair pelo fato de manter recursos disponíveis de acordo com uma programação simples, face a dimensão geográfica do município e sua abrangência, e haver sempre funcionário disponível para a função de entrega. Este funcionário específico atende outras atividades como estoquista, sacoleiro de caixa e arrumação de departamentos, mas está sempre à total disposição do sistema de entrega do qual faz parte.

5.2- Plano de Ação

Os planos de ação preocupam-se com a concentração das especialidades, tais como os recursos humanos, tecnologia, marketing, informática, logística, etc., identificadas por meio das atividades de cada projeto.

Esse processo de concentração de especialidades facilita a interação dos planos de ação com as diversas unidades da estrutura organizacional da empresa e, conseqüentemente, facilita a operacionalização das atividades e projetos correlacionados, bem como das estratégias que deram origem aos projetos.

Propaganda Insuficiente ⇒ A empresa deve investir em propaganda, utilizando o sistema volante através de carro de som; promover a divulgação comercial em emissoras de rádio; patrocinar eventos regionais e qualificar o sistema de panfletagem.

Reavaliação da estratégia de preços ⇒ Produtos similares de outras marcas sendo comercializados com preços inferiores requer uma adequação neste mercado, no sentido de reaver a

política de preços destes produtos, para adequá-los aos concorrentes, reavaliando custos, buscando operacionalizá-los comercialmente com valores iguais ou inferiores aos praticados pela concorrência.

Atendimento em horário extracomercial ⇒ O atendimento comercial aos domingos até às 12:00 horas e durante os feriados pode deixar de acontecer, se a Associação Comercial entender como impraticável tal ação. Neste sentido, caso ocorra, a empresa pode optar por estender o horário de atendimento aos sábados e vésperas de feriados por duas horas acrescidas ao final de expediente. Esta situação suprirá, de certa forma, a vazão acontecida nos finais de semana e feriados.

Novos produtos e promoções da concorrência ⇒ No dia-a-dia da disputa mercadológica, novas "novidades" estão sendo buscadas e lançadas por quem está no jogo, disputando uma parcela maior do mercado. Produtos novos e promoções diversificadas sempre despertam e atraem os clientes.

O Dr. Marins afirma que, em mercado, quem vence nem sempre é o maior, mas aquele que sai na frente. O Supermercado Rondônia tem de buscar inovações nos itens dos produtos comercializados, além de efetuar promoção uma vez por semana, sempre em dia específico, preferencialmente o sábado, onde buscará atrair uma clientela maior não somente pelos produtos promocionais, como também aproveitar para, na ocasião, efetuar novos lançamentos de produtos e a utilização de entrega de brindes e sorteios diversos.

5.3- Indicadores de Desempenho

Para lidar com muitas surpresas que ocorrem durante a implantação e a execução do planejamento estratégico organizacional, as empresas tem de monitorar e controlar continuamente suas atividades. Os indicadores de desempenho vem “ditar” os índices e as causas do sucesso ou insucesso da organização. Apesar desta necessidade, e porque não dizer obrigatoriedade, muitas empresas tem procedimentos inadequados de controle, e muitas nem chegam a utilizá-los.

O grande desafio para as empresas, na atualidade, é se revestir de diferenciais competitivos que possibilitem uma ampla expansão de seus negócios através de produtos globais e pela satisfação crescente das necessidades de consumidores ávidos de produtos e serviços cada vez mais personalizados.

Finanças ⇒ A empresa não opera, atualmente, com nenhum percentual de empréstimo a curto ou longo prazo. O volume de vendas apresentou um crescimento médio de quatro pontos percentuais ao mês no ano de 2003, primeiro ano de funcionamento, só acontecendo quedas nos meses de fevereiro e julho de 2003, com pouca representatividade. Desta forma, o Supermercado Rondônia buscará ampliar, em seis meses, 10% da sua atual participação no mercado.

Clientes ⇒ O supermercado Rondônia não tem controle nem informações que visem estabelecer um número médio de clientes, mas entende que existe esta necessidade, como também sabe que esse número aumenta dia-a-dia em função do volume de vendas.

Aprendizado e crescimento ⇒ Não existe um sistema de treinamento interno, tampouco a utilização de uma empresa específica em capacitação

profissional que preste serviços de assessoria ao supermercado. Nem mesmo as oportunidades de treinamentos oferecidas pelo SEBRAE são exploradas. Quando se precisa admitir alguém, busca-se aquele elemento que tem conhecimento prático e básico na atividade proposta, e se contrata. Assim pode-se considerar o fator treinamento nulo.

6. Desenvolvimento do programa de ação

Para formular e desenvolver um programa de ação é preciso que as necessidades da organização estejam inicialmente supridas e que ela esteja adequadamente habilitada a atender as reivindicações de seu público-alvo, de maneira que a eficácia desta organização possa ser medida pela excelência do seu planejamento estratégico e pelos resultados alcançados.

Isso implica uma adequação dos produtos e dos serviços ao mercado almejado, dentro de uma visão clara do negócio, desenvolvendo objetivos e formulando estratégias consistentes com os recursos disponíveis e com as oportunidades de mercado.

O programa de ação é mais do que um recurso administrativo: é uma filosofia empresarial, uma forma de encarar os negócios com métodos e antevisão, prevendo e antecipando os fatos, transformando competências em vantagens competitivas duráveis.

O programa a seguir, como plano básico de ação do Supermercado Rondônia, foi estruturado, mediante pesquisa e estudo, para oferecer no prazo de 90 dias, o suporte necessário para que todas as estratégias possam ser aplicadas em 2004, operando na qualificação da capacitação funcional, ajudando a reduzir os custos e proporcionar preços imbatíveis para

produtos diferenciados, através de fatores-chaves que a concorrência não consiga obter.

Janeiro ⇒ Através de uma rotatividade, os funcionários passarão por treinamento de capacitação profissional específico, relações humanas e sistema mercadológico.

Fevereiro ⇒ Pelo fato do mês de março apontar para o início do ano letivo, efetuar promoções no material escolar e oferecer sorteio de 20 kits estudante (também com material escolar básico) entre os clientes com maior rotatividade e frequência no supermercado.

Mai ⇒ Anúncio em rádio, divulgação através de serviços volantes, participação em eventos regionais, distribuição de panfletos diversos com a divulgação de que todos os sábados acontecerá promoções, e que toda compra superior a cem reais, além de brinde, receberá cupom para concorrer a prêmios.

Outubro ⇒ O Supermercado Rondônia participará da “Festa do Produtor Rural de Theobroma”, inclusive com *Stand*, onde serão oferecidos bonés e camisetas personalizadas, visando uma maior divulgação do nome da empresa.

Novembro/Dezembro ⇒ Praticará as semanas de “Promoções de fim de ano”, onde buscará movimentar um maior número possível de itens promocionais, de forma a reduzir valores dentro de situações permissíveis, face ao estoque

ou mesmo ao volume de compras, onde a lucratividade acontecerá não por item, mas por quantidade de produtos comercializados.

Conclusão

Nesta abordagem ao Supermercado Rondônia, constatou-se que algumas das falhas detectadas poderiam ser facilmente corrigidas, outras não. A empresa *enxerga* que nem tudo poderá ser feito, em curto prazo, pelo fato de não apresentar prioridade de investimento, no momento. Considera, sobretudo, que o trabalho é de grande valia e que venha surtir efeito favorável à instituição, na sua totalidade.

O conhecimento adquirido e agregado mostrou que muita coisa ainda precisa ser feita para a empresa despontar. O treinamento é uma necessidade básica, e a empresa promete para este ano; o controle de clientes, da mesma forma, deverá ser feito em 90 dias para que parte do plano de ação possa ser colocado em prática.

Conclui-se, com este estudo, que valores foram agregados ao Supermercado Rondônia, como também à comunidade na qual está sediado. Assim, entende-se que a formação acadêmica colocada em prática deve trazer benefícios, de alguma forma. Se assim não for, tudo terá sido em vão.

Referências bibliográficas

- ANSOFF, H. Igor. Mc DONNELL, Edward J. **Implantando a Administração Estratégica**. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente, Guilherme Ary Plonky. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- COBRA, Marcos. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FISCHMANN, Adalberto Américo. ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Planejamento Estratégico na Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: edição do novo milênio**. Tradução: Bazán Tecnologia e Lingüística. Revisão técnica: Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SALIM, César Simões et al. **Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LEITURA: IMPORTÂNCIA E DIFICULDADES NAS SÉRIES INICIAIS

Cláudia B..C. Goveia⁹ e Teófilo L. de Lima¹⁰

Resumo

Muito se fala em técnicas para estímulos à leitura, embora poucos são os educadores que se preocupam em exercitar essa prática. O ato de ler vai além da escrita, pois tudo que nos rodeia, o mundo, o espaço, olhares, gestos, uma situação, nos leva a uma constante leitura. A criança já nasce com um aspecto de competência e, com ela, desenvolve-se a inteligência; com o impostor, o aluno não se sente bem, com o educador, ou instrutor, ele tem o gosto de praticar melhor suas atividades, pois se sente mais responsável em ver que as atividades de sua própria criação estão sendo valorizadas pelo professor. Por isso, o professor deve valorizar ao máximo o conhecimento informal do aluno, para que a cultura da sociedade se eleve cada vez mais, sendo este conhecimento de extrema importância para a vida do aluno, sabendo que não é só ele a base para a formação do indivíduo.

Palavras-chave: leitura, dificuldade, aprendizagem e valorização.

Abstract

Very is said in techniques for stimulations to the reading, even so few is the educators who if worry in exercising this practical. The act to read goes beyond the writing, therefore everything that in encircles them, the world, the space, looks, gestures, a situation, in takes them to a constant reading. The child already is born with an ability aspect and, with it, it is developed intelligence; with the imposter, the pupil if I did not feel well, with the educator, or instructor it has the taste to practice its activities better, therefore he is felt more responsible in seeing that the activities of its proper creation are being valued for the teacher. Therefore, the teacher must value to the maximum the informal knowledge of the pupil, so that the culture of the society if raises each time more, being this knowledge of extreme importance for the life of the pupil, knowing that it is not alone it base for the formation of the person.

Key words: Reading, difficulty, learning and valuation.

⁹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Pedagogia, Na UNICENTRO em Jaru e Professora da rede pública de ensino - classe A.

¹⁰ Pedagogo, Especialista em Administração e Planejamento para Docentes, professor no CEULJI/ULBRA e Coordenador do curso de Pedagogia da UNICENTRO. limateo@bol.com.br.

1. Dificuldade de leitura nas séries iniciais

Freqüentemente ouve-se reclamações de pais, como esta: “meu filho já esta com tantos anos e ainda não lê nada, ou lê muito mal”. Professores: “não tem jeito com este aluno, já fiz de tudo, já usei várias técnicas, mas ele não aprende mesmo!”

Segundo alguns escritores, como: Piaget, Nelson Piletti, Maria Dinorah e outros mais, o maior problema da dificuldade de leitura não está especificamente na criança, mas no adulto, especialmente, nos pais e professores que não entendem a criança e não dão oportunidade para que estas aprendam em seu próprio tempo.

Toda criança precisa ter um tempo para encontrar consigo mesma, não é porque está freqüentando a escola que ela é obrigada a ler com uma idade x, a escola deve agir como um estímulo à leitura não como um local de imposição. Também não é porque “Joãozinho” lê bem aos seis anos de idade que “Maria” tem que ler com a mesma idade. Para que haja aprendizagem é preciso levar em consideração a prontidão e maturação da criança e também outros fatores que podem influenciar na má aprendizagem.

É comum dentro das escolas educacionais deparar-se com alunos que admitem não praticar ou não gostar do ato da leitura, mas antes de julgar esse aluno, o professor tem que tentar entender os aspectos que o levam a tomar certas atitudes, vendo na leitura um momento de tortura. É importante que o professor trabalhe com o aluno esses pontos negativos levando ele a ver ai os pontos positivos da leitura.

Pais e educadores devem proporcionar meios para que a criança faça da leitura um momento de prazer e descontração. Deve sempre mostrar a importância da leitura para escola e para a vida. Evitando fazer imposições ou exigências exageradas, mas motivá-los, dizendo à criança complementa Garcia que

Preciso saber ler, escrever e falar melhor para me servir das infinitas informações disponíveis e participar da construção da história do meu tempo e interferir no meu cotidiano. (1992. p. 14).

Quanto à imposição complementa, “[...] é uma violência à criança. Tudo se submeterá ao seu exame e nada lhe enfiará na cabeça por simples autoridade e crédito.” (DINORAH, apud MONTAGNE 1996, p. 26).

Nenhuma criança nasce leitor ou se torna leitor do dia para noite, ela irá adquirir o hábito da leitura a partir do momento em que forem propostas condições, segurança e materiais didáticos que a proporcionem a tomar gosto pela leitura. A criança que vive em um ambiente rico de livros, ou que os seus pais têm o hábito de ler, essa criança tende a ser um bom leitor, pois o seu meio e as pessoas que o cercam despertarão nela a curiosidade a desvendar o mundo dos leitores.

Conseqüentemente, uma criança com dificuldades de leitura, não é filho de pais leitores, muito menos foi criado em contato com livros, não manusearam livros... Ao entrar para escola, tem o seu primeiro contato com o livro, então ele o vê como algo desconhecido e ameaçador.

1.1- Fatores que podem influenciar na aprendizagem

Um dos principais fatores que podem influenciar na aprendizagem de uma criança é o ambiente por ela freqüentado e a alimentação que a mesma vem recebendo desde a sua formação.

A nutrição inadequada pode afetar as habilidades de aprendizagem desde a gestação até os primeiros anos de vida da criança, pois esta é a época de formação dos neurônios. A mielina provoca uma maior velocidade na comunicação entre centros nervosos e os centros de execução e também acarreta uma maior facilidade de coordenação e controle muscular... (Sandra Mara, aula do dia 04/06/03 UNICENTRO, Pedagogia B 3º termo).

Não se trata aqui de impossibilidade de leitura, mas de dificuldades; as crianças com esse tipo de vivência, mal nutrida, sem afetividade, sem acesso à tecnologia ou mesmo a bons livros; não tem a possibilidade de acompanhar o desempenho de uma criança bem nutrida e que recebe afeto diariamente.

Outro aspecto também que precisa ser desenvolvido na criança é a sua auto-estima; uma criança que se sente inferior às outras crianças, não tem segurança em si própria, dificilmente ela vai ter um bom desenvolvimento enquanto leitora e até mesmo em outras atividades de seu cotidiano.

“O professor tem as técnicas de motivação da aprendizagem, mas ele próprio não está motivado para ensinar.” (PILETTI, 1996, p. 236).

Acima de todas as técnicas utilizadas em sala de aula para incentivo ou mesmo para formação de leitores, é preciso que o professor esteja por si próprio motivado, e acima de tudo gostar de ler, contar histórias ou pelo contrário

será impossível que seus alunos tomem gosto pela leitura.

O professor deve fazer da leitura em sala de aula não apenas um exercício diário, mas um meio de comunicação. E até mesmo o ato da leitura, ou contar histórias deve ser uma atividade planejada, para não ser vista apenas como passa tempo. Contar histórias é uma atividade que exige técnica tanto como outras atividades. Uma criança que gosta de ler, que sente prazer pela leitura, é uma criança dócil, compreensiva. “A história aquieta, asserena, prende a atenção, informa, socializa, educa.” (DINORAH, 1996, p. 55).

A criança sonha com o dia de ingressar na escola, mas nem sempre ela é recebida da maneira como ela espera, pois chegando lá, todas as crianças se transformam em alunos e, em geral, são tratadas como se aquilo que aprenderam até aquele momento não valesse nada, alguns professores que se julgam educadores manipulam o aluno como se este fosse uma folha branca, que necessita de conteúdos que nem sempre são transformados em conhecimentos.

A criança não entende o significado dos conteúdos a ela transmitidos. Frequentemente são impedidas de falar ou são repreendidas por falarem dos professores, seria importante que o professor aproveitasse o conhecimento que estes trazem de casa, e valorizassem mais a cultura da criança.

Para mim seria impossível enganjar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu, daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente vazias dos alfabetizandos. Pelo contrário, enquanto

ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 2000, p. 19).

Para trabalhar a leitura nas séries iniciais é preciso que o professor tenha um bom preparo enquanto leitor, os alunos se espelham muito no professor. Os educadores devem ter em mente que a leitura é uma base de sua formação e a base para que a criança intere-se com o meio. E se esta não receber apoio necessário, e não conseguir realizar com sucesso, conseqüentemente esse aluno tende a se desinteressar pela escola, pois a vê como ambiente desagradável e sente-se rejeitado por ela.

Os conceitos negativos adquiridos pela criança com respeito à leitura, podem afetar o seu estado emocional. Com isso, ela perde a auto-estima, dificultando cada vez mais o seu grau de aprendizagem. O aluno passa a sentir-se incapaz de conseguir um bom resultado e, muitas vezes, passa a ser taxado pelos colegas de sala e até por professores como “aluno burro”, “o aluno atrasado”; sentindo-se discriminado, o caminho mais amplo visto por esse aluno passa a ser o caminho dos evadidos.

A criança vive uma ansiedade, uma angústia muito profunda na busca do seu desenvolvimento, do seu desabrochamento, se a classe não proporciona uma segurança um encorajamento, uma confiança, a escola torna para ela um lugar de projeção das dificuldades familiares, em vez de ser o lugar de elucidação pelo menos parcial ou de compreensão, a comunicação não se estabelece, o que traduzirá um malogro para a cultura (PILETTI, 1996 p. 234).

1.2- Quando começar a ler e como incentivar a leitura

A leitura passa a fazer parte da vida do ser humano desde muito cedo. Segundo Helena, “Desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler”. (1994. p. 11). Ou seja a criança já entra na escola com uma visão de leitura; primeiro ela faz a leitura do mundo que o cerca: lê os símbolos, cores..., para bem mais tarde ela vir a ler a escrita.

A criança não vem ao mundo acompanhada de um manual de instrução, depende da criança e da maneira que ela é ensinada, então não se tem uma regra da idade exata de se começar a ler os símbolos gráficos, mas segundo Dinorah “No período mais importante de se formar o gosto pela leitura, as crianças estão na escola de primeiro grau. Está, pois na escola de primeiro grau o maior compromisso com a formação do leitor.”

A escola não é porém a única, mas a maior responsável pela formação da leitura, é de suma importância que desde cedo os pais deixem ao alcance da criança livros para serem manuseados, rabiscados se possível; é manuseando o livro que a criança irá despertar a sua curiosidade, primeiramente pela figura, pelas cores representadas ali, sem que ela menos perceba estará dominando todos os símbolos gráficos, pois na realidade o papel do professor é o de facilitador, ou seja, ele irá apenas orientar, mas a criança só vai aprender quando estiver preparada para o ato.

Os pais também exercem um importante papel na formação de leitores em suas crianças, mas infelizmente

A maioria de nossos pais, no entanto, premiados por uma sociedade injusta, a exigir-lhes os maiores sacrifícios para sobreviverem, não dispõem de tempo nem estão preparados para fazer leitores os seus filhos. (DINORAH, 1996, p. 19).

“Uma história incorporada ao sonho de uma criança é esperança e a força nos momentos difíceis da vida e, certamente, enriquecimento na velhice, quando as lembranças da meninice se tornam muito presentes”. (Idem, p. 49). É bom que o professor também reserve um momento de sua aula durante a semana para hora do conto, e faça-o de uma maneira contagiante, criativa e melhor ainda se ele puder caracterizar-se das personagens citadas nas histórias, assim o adulto estará incentivando na criança o gosto pela leitura e o direito de sonhar.

O ato de contar histórias é um dos mais antigos métodos utilizados para fazer uma criança interessar-se pela leitura, toda criança gosta de ouvir histórias principalmente quando o contador tem uma certa magia na hora de contar suas histórias. Mas infelizmente esse momento e magia de diversão e descontração tem estado cada vez mais distante.

Uma maneira eficiente de tornar uma criança leitora e superar as dificuldades encontradas, é começando por livros infantis, ou seja, usar sempre literaturas adequadas a cada idade, dar autonomia para que a criança escolha a obra que lhe interessar, ter sempre uma diversidade de livros à disposição do educando fazendo com que esses materiais estejam sempre ao alcance da criança.

O professor não deve de maneira alguma preparar o aluno apenas para a

sala de aula, para concursos públicos ou para vestibular, mas este deve prepará-lo para as demandas da vida e enfrentar o mercado de trabalho; essas crianças devem ser preparadas para criticar, ter opiniões próprias e não se deixar iludir apenas pelo mercado de consumo.

1.3 O que ler

Ao se falar em leitura o que passa pela cabeça dos leitores é uma estante cheia de livros atrativos, crianças espalhadas deitadas pelo tapete com almofadas limpas na sala de sua casa, ou mesmo em uma biblioteca com uma coleção, bem completa de livros de preferência da Barsa, por ser uma coleção completa e bem ilustrada.

Ao se deparar com uma realidade oposta a essas escolas que não possuem bibliotecas, crianças que só conhecem livros graças ao livro didático recebido na escola que vem com um lembrete na capa, não suja e não rabisque, devolver ao final do ano, estes livros geralmente são guardados a sete chaves como se fosse um tesouro intocável. Infelizmente o Brasil não é um país que aposta muito em livros.

Para um professor criativo leitura não se faz apenas em livros, ele ultrapassa essas barreiras, usando a criatividade de si próprio de seus alunos com alguns materiais como: Jornais, velhos ou atuais; revistas; panfletos; bula de remédios; talão de luz; etc...

Um professor criativo juntamente com uma sala criativa faz até mesmo de sucatas um dos materiais mais atrativos para leituras do que mesmo as coleções acima citadas que, muitas vezes, são escritas de uma maneira nada apropriada à idade ou à linguagem utilizada pela criança em cada fase de sua vida.

Para uma criança que ainda não sabe ler a escrita, é mais importante que lhe seja oferecido materiais a que ela possa folhear, rabiscar e até mesmo rasgar, pois enquanto ela manuseia um livro, estará se familiarizando com ele.

2. A Importância da Leitura na Vida Diária e no Processo ensino Aprendizagem

Formar pessoas leitoras é papel fundamental da escola, mas a escola só vai conseguir desempenhar bem o seu papel, se antes de tudo ela mostrar ao aluno qual a importância de ser um leitor, qual a utilidade dessa tarefa no dia-a-dia em sociedade. Muitas vezes, o professor diz ao aluno que ele precisa aprender a ler, mas a criança não vê a ligação desse exercício com o meio que o cerca, o pai é pedreiro, a mãe faxineira e, no entanto, sobrevivem sem utilizar a leitura.

Crianças que não são criadas em ambientes cercado de pessoas leitoras e não recebe incentivo para o ato, nem sempre sente vontade ler, ele vê a leitura como algo vago e banal. Alguns chegam a pensar que o ato de ler ou escrever deve ser executado somente em sala de aula, ou quando for solicitado pelo professor. É neste momento que o professor deve agir como mediador, esclarecendo as obscuridades existentes e mostrando a importância desta atividade para a sua vida diária.

Se o professor mostra para o aluno a importância da leitura, mesmo ele estando nas séries iniciais que o ler significa interar-se do mundo e evoluir juntamente com ele; que com a leitura o cidadão fica a par dos acontecimentos diários e mantém-se atualizado, o conceito deste aluno sobre leitura nunca mais será o mesmo.

Para explicitarmos a necessidade e a importância da leitura crítica, é preciso,

antes de mais nada, centrar o nosso olhar e a nossa atenção sobre a realidade social brasileira, buscando o desvelamento dos seus modos de convivência, existência e sobrevivência. (SILVA, 1998, p. 21).

O aluno deve ampliar cada vez mais os seus desejos e necessidade de ler, pois esta também é uma exigência não só das escolas, mas da sociedade. O mundo é feito para pessoas leitoras, e a sociedade cada vez mais exigente, faz-se necessário ser um cidadão leitor para não ser isolado em seu próprio meio, confirma Theodoro:

Em sociedade, são múltiplos e diversificados os usos da leitura. Lê-se para conhecer. Lê-se para ficar informado. Lê-se para aprimorar a sensibilidade estética. Lê-se para fantasiar e imaginar. Lê-se para resolver problemas. E lê se também para criticar e, dessa forma, desenvolver posicionamento diante dos fatos e das idéias que circulam através dos textos (2000 p. 27).

O professor pode utilizar-se destes meios para levar o aluno a uma leitura prazerosa, enfocando estes aspectos na sua vida diária, levando o aluno a perceber a ligação da escola com a vida, e porque se deve aprender a ler e não apenas decodificar os símbolos de linguagem.

A leitura evidencia a curiosidade e alimenta o imaginário; desvendando segredos, levando o leitor a conhecer-se através do que lê. O aluno sente prazer em ter o educador ao seu lado na hora de tomar as suas iniciativas de leitura, pois o mesmo verá a figura do educador como facilitador da aprendizagem, o educador é um dos maiores responsáveis em proporcionar meios para que o educando sintam-se bem com no ambiente e momento de leitura, fazendo sempre da leitura um momento dinâmico e de descontração.

A leitura nos dá mais segurança quando dominada, complementa Helena “Dá nos a impressão de o mundo estar ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo, conviver com ele, mas até modificá-lo, à medida que incorporamos experiências de leitura”. (1994 p.17).

Para que a criança tome gosto pela leitura é necessário que esta lhe chame a atenção, para isso é muito importante que o aluno esteja sempre em contato com bons livros. Talvez no primeiro momento ele apenas vai folhear este livro até que ele perceba que é interessante saber o que aquelas letrinhas estão a lhe dizer e por si só despertem o desejo de ler.

É sempre bom que o professor se contente em ser apenas um orientador para o aluno no momento de selecionar livros que gostariam de ler, para que o aluno não veja na leitura apenas obrigações, mas que ele descubra na leitura o prazer pela leitura.

A leitura dignifica o homem, faz com que este se expresse de maneira coerente e precisa, mantém-no informado, faz reviver momentos históricos, amplia seus conhecimentos além de melhorar o vocabulário da criança, do jovem, do adulto em fim de todos aqueles que fazem da leitura um hábito constante. “O vocabulário dos baixinhos é restrito, e deve ser enriquecido através do livro.”. (DINORAH, 1996. p.41).

2.1- Que tipo de leitores devemos formar

O ato da leitura não simplifica-se apenas em decodificar aquilo que está diante dos olhos da criança. O professor deve se preocupar com algo além da leitura de seus alunos, mas deve também

procurar despertar no aluno a criticidade, e fazer destes alunos leitores autônomos.

Vale ressaltar que a criticidade, enquanto um emblema da cidadania e um valor atitudinal, é trabalhada ideologicamente por aqueles que detêm o poder econômico e político. Isto porque a conservação e a reprodução dos esquemas de privilégio dependem, fundamentalmente, da ignorância e do conformismo, aqui tomados como formas de escravização da consciência. (SILVA, 1998, p.23).

O aluno deve saber que a leitura é descontração, é prazer... mas que esta também deve ser um momento de descobertas, um momento histórico e quem sabe até mesmo emocionante.

O trabalho do professor é sustentado principalmente pelas relações que são estabelecidas com as crianças e entre elas. Onde se constrói um ambiente de confiança autonomia e cooperação, onde as ações dos professores devem estar pautadas por firmeza, segurança e forte relação de afetividade com as crianças.

Essa relação deve ser permeável de acordos e desacordos de ambas as partes. Assim a criança vai construindo sua visão de mundo. O professor deve ter manejo da turma, postura crítica, conhecer os próprios limites, enfrentar os problemas e expor aos colegas e a equipe pedagógica, fazendo uso de sua autoridade de maneira tranqüila, porém firme e com segurança.

A leitura deve ser valorizada por todos, seja ela qual for, pois antes que esta seja cobrada pelo professor como um exercício diário se faz necessário que o educando compreenda o seu valor diante da vida. Quando ele vir a leitura como algo significante e necessário, irá tomar gosto por ela, independente de ser um exercício cobrado ou não pelo professor.

A leitura deveria ser trabalhada de uma maneira interdisciplinar dentro das escolas de ensino fundamental, pois muitos problemas enfrentados hoje pelos jovens, são frutos de uma sociedade não leitora. Uma pessoa não leitora, conseqüentemente, não consegue interpretar o que lê; essas pessoas serão barradas ao tentarem passar por um vestibular e até mesmo em um concurso. O mercado de trabalho está aberto para pessoas que se utilizam das informações

e que saibam interpretar o mundo à sua volta.

É urgente que os educadores das séries iniciais invistam mais em leitura. Um aluno leitor saberá interpretar além de escrever bem, pois a leitura amplia o vocabulário das pessoas. Se um professor conseguir êxito na formação de leitores, não será necessário ficar dias após dias preso em um livro de gramática, pois a leitura já o engrandecerá.

Referências bibliográficas

- BARROS, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez 1994.
- DINORAH, Maria. **O livro Infantil e a Formação de leitores**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e Alfabetização**. Coleção Repensando a Língua Portuguesa. 4.ed. São Paulo: Ed. Pinsky, 2000.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 39.ed. São Paulo: Porto Alegre: Ed Médicas, 1989. Cortez, 2000.
- GARCIA, Edson Gabriel. **A Leitura na Escola de 1º Grau**. 2.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- LIMA, Teófilo Lourenço. **Manual Básico para Elaboração de Monografia**. 3.ed Canoas: Editora da Ulbra, 2002.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. Coleção primeiros passos 7419.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- NUNES, Terezinha. BUARQUE e BRYANT, Lair Peter. **Dificuldades na Aprendizagem da Leitura: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000
- PILETTI, Claudinho. **Didática Geral, Série Educação**. 23.ed. Campinas: Ed. Ática, 2001.
- PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional, Série Educação**. 14.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- SILVA, Ezequiel Theodoro. **Criticidade e Leitura: Ensaio**. São Paulo. Mercado de Letras, 1998.
- _____. **O ato de ler. Fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 8.ed. São Paulo - SP: Ed. Cortez, 2000.

DIMENSÃO POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Vilson Klein¹¹

Resumo

Discorre sobre uma universidade idealizada em princípios, valores e objetivos, bem como a formação e a prática dos educadores e o paradoxo da universidade existente. Aponta a Investigação Filosófica como uma possibilidade para uma educação com maior dimensão política social.

Palavras-chaves: Formação Universitária, autonomia do pensar.

Abstract

Discuss about a university idealized on principles, values and objectives, as well as on the graduation and practice of educators and the paradox of the real university. Show us to a philosophical investigation as a possibility to an education with a bigger social politic dimension.

Key words: University, formation, think, autonomy.

1. Formação Universitária

O conhecimento é o objetivo da Universidade. A busca pelo conhecimento deve definir, e ao mesmo tempo balizar as ações da Universidade. Há uma dimensão social da universidade na disposição de buscar conhecimento, e essa dimensão é atingida quanto maior ela atende a sociedade. A Universidade precisa ter uma dimensão política desta absoluta certeza de que a natureza é

esta, a de gerar ciência e formar pessoas capazes de difundir novas técnicas de tratamento e pesquisa. A Instituição de ensino deve ser conhecida pelo exemplo de cidadania porque gera e aplica conhecimento, em benefício da sociedade.

Paulo Freire, o grande educador, dizia que a educação é um bem em si. Suas contribuições eram destinadas a tornar viva a educação para a cidadania.

¹¹ Wilson Klein: é diretor da Escola Cel. Jorge Teixeira de Oliveira e professor da UNICENTRO/RO – União Centro Rondoniense de Ensino Superior de Jaru – UNICENTRO. Pedagogo, Psicopedagogo e Especialista em Docência Universitária pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná/RO.

A educação é a base para uma sociedade que busca a igualdade de oportunidades para seus cidadãos. Quanto se tem falado em implementar programas de educação para diminuir a violência urbana, para tirar crianças da rua, para tornar as pessoas cidadãos? A educação é a garantia para que o conceito de cidadania exista na prática, e não apenas na lei.

A produção de conhecimento no seio da universidade autônoma, cujo fim não é lucro, mas sim a criação de ciência, precisa visar diminuir o sofrimento humano, objetivando o desenvolvimento do país e das condições de vida de sua população. Essa é a dimensão social do ensino universitário de graduação, pós-graduação e extensão.

Mas a educação superior ainda é privilégio de poucos, mesmo em países desenvolvidos. E por isso, em países em desenvolvimento, as instituições de ensino, pesquisa e extensão exercem um papel fundamental para a transformação da realidade do país e para seu desenvolvimento.

A Universidade precisa se preocupar com a formação de lideranças profissionais e intelectuais, essenciais para a definição dos destinos de uma nação. Na universidade aprendem-se conteúdos, aprende-se a respeitar o ambiente político-institucional, ainda que, às vezes, esse aprendizado não é praticado em sua totalidade.

Segundo Freire, (1979, p. 58 e 60)

Esta atitude séria e curiosa de compreender as coisas e os fatos caracteriza o ato de estudar [...] o estudo exige sempre esta atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fatos que observamos [...] estudar é criar e recriar, é não repetir o que os outros dizem [...] o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do

mundo é expresso da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, que não apenas sabem, mas sabem que sabem.

A Universidade deve ter bem definidos seus valores. O educador e o aluno são valores fundamentais de toda a instituição de ensino. A tarefa principal, e que demanda constantes esforços de uma comunidade universitária, é manter os valores acadêmicos, ou seja, o compromisso com a instituição que visa produzir conhecimentos e formar pessoas para o desenvolvimento da sociedade e o respeito à diversidade e à pluralidade.

É tarefa do docente primar por estes dois pilares acadêmicos e que não é tarefa fácil no mundo atual, no qual tudo se pauta pelo imediatismo e pela velocidade das mudanças

É preciso tolerância e sensibilidade para entender o processo que o aluno realiza enquanto compreende os fenômenos que se pretende ensinar. Assim, os alunos, ao mesmo tempo em que aprendem os conhecimentos referenciados por uma comunidade produtora desse bem, poderão, também, descuidar das conclusões estabelecidas e seguir à pesquisa contestadora e fértil. É a educação sócio-construtivista, porque o processo se dá na interação entre o saber pré-estabelecido e a possibilidade de construção de um novo conhecimento.

A função dos problemas acadêmicos, de aprendizagem, é promover a reflexão e a tomada de consciência dos próprios conhecimentos. Segundo Vygotsky 1934,

[...] os conceitos cotidianos são extraídos geralmente na busca de regularidades constantes no comportamento dos objetivos, já os conceitos científicos são o produto da reflexão que fazemos sobre nossas idéias a respeito do

comportamento dos objetivos”. Na citação seguinte Pozo fala da solução do problema de forma mais científica: “ensinar os alunos a resolver problemas em relação aos seus conceitos.

Segundo Pozo, (1998, p. 99),

No dizer de Claxton, na vida cotidiana pensamos com conceitos, enquanto que na ciência pensamos sobre os próprios conceitos. Isto transferido para a solução de problemas significa que ensinar os alunos a resolver problemas de forma mais científica, implica induzir neles uma forma mais científica, implica induzir neles uma mudança metacognitiva ou metaconceitual: passar da resolução de problemas que eles tem em relação aos objetivos à resolução dos problemas que têm em relação aos seus conceitos.

2. Autonomia do pensar

Para que a Universidade cumpra bem seu papel e alcance seu objetivo é necessário mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias.

Educar é colaborar para que professores e alunos na Universidade e organizações transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e de trabalho e tornar-se cidadãos realizados e produtivos.

Educamos de verdade quando aprendemos com cada coisa, pessoa ou idéia que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos, experimentamos, lemos, compartilhamos e sonhamos; quando aprendemos em todos os espaços em que vivemos na família, na escola, no trabalho, no lazer, etc. Educamos aprendendo a integrar em novas sínteses

o real e o imaginário; o presente e o passado olhando para o futuro; ciência, arte e técnica; razão e emoção.

De tudo, de qualquer situação, leitura ou pessoa podemos extrair alguma informação, experiência que nos pode ajudar a ampliar o nosso conhecimento, seja para confirmar o que já sabemos, seja para rejeitar determinadas visões de mundo.

Na Educação – nas organizações empresariais ou universitárias o equilíbrio entre a flexibilidade (que está ligada ao conceito de liberdade) e a organização (onde há hierarquia, normas, maior rigidez). Com a flexibilidade procuramos adaptar-nos às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais.

Com a organização, buscamos gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos, os custos, estabelecemos os parâmetros fundamentais. Avançamos mais se soubermos adaptar os programas previstos às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, se transformarmos a sala de aula em uma comunidade de investigação.

Com a Internet estamos começando a ter que modificar a forma de ensinar e aprender tanto nos cursos presenciais como nos de educação continuada, à distância. Só vale a pena estarmos juntos fisicamente – num curso empresarial ou escolar – quando acontece algo significativo, quando aprendemos mais estando juntos do que pesquisando isoladamente nas nossas casas. Muitas formas de ensinar hoje não se justificam mais.

Perde-se tempo demais, aprendemos muito pouco, nos desmotivamos continuamente. Tanto

professores como alunos temos a clara sensação de que em muitas aulas convencionais perdemos muito tempo.

Podemos modificar a forma de ensinar e de aprender. Um ensinar mais compartilhado. Orientado, coordenado pelo professor, mas com profunda participação dos alunos, individual e grupalmente, onde as tecnologias nos ajudarão muito, principalmente as telemáticas.

Ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldades em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida.

A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor – o papel principal – é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los.

Aprender depende também do aluno, de que ele esteja pronto, maduro, para incorporar a real significação que essa informação tem para ele, para incorporá-la vivencialmente, emocionalmente. Enquanto a informação não fizer parte do contexto pessoal – intelectual e emocional – não se tornará verdadeiramente significativa, não será aprendida verdadeiramente.

Segundo Moran (1998, p. 53),

Hoje temos um amplo conhecimento horizontal – sabemos um pouco de muitas coisas, um pouco de tudo. Falta-nos um conhecimento mais profundo, mais rico, mais integrado; o conhecimento diferente, desvendador, mais amplo em todas as dimensões.

Uma parte das nossas dificuldades em ensinar se deve também a mantermos no nível organizacional e interpessoal formas de gerenciamento autoritário, pessoas que não estão acompanhando profundamente as mudanças na educação, que buscam o sucesso imediato, o lucro fácil, o marketing como estratégia principal.

O professor é um facilitador, que procura ajudar a que cada um consiga avançar no processo de aprender. Mas tem os limites do conteúdo programático, do tempo de aula, das normas legais. Ele tem uma grande liberdade concreta, na forma de conseguir organizar o processo de ensino-aprendizagem, mas dentro dos parâmetros básicos previstos socialmente.

O acadêmico não é unicamente nosso cliente que escolhe o que quer. É um cidadão em desenvolvimento. Há uma interação entre as expectativas dos acadêmicos, as expectativas institucionais e sociais e as possibilidades concretas de cada professor.

O professor procura facilitar a fluência, a boa organização e adaptação do curso a cada aluno, mas há limites que todos levarão em consideração. A personalidade do professor é decisiva para o bom êxito do ensino-aprendizagem. Muitos não sabem explorar todas as potencialidades da interação.

A educação avança pouco porque ainda estamos profundamente inseridos em organizações autoritárias, em

processos de ensino e aprendizagem controladores, com educadores pouco livres, mal resolvidos, que repetem mais do que pesquisam, impõem mais do que se comunicam, não acreditam no seu próprio potencial nem no dos seus alunos, que desconhecem o quanto eles e seus alunos podem realizar!

Um dos eixos das mudanças na educação passa pela transformação da educação em um processo de comunicação autêntica, aberta entre professores e alunos, principalmente, mas também incluindo administradores e a comunidade (todos os envolvidos no processo).

É importante educar para a autonomia, para que cada um encontre o seu próprio ritmo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, é importante educar para a cooperação, para aprender em grupo, para intercambiar idéias, participar de projetos, realizar pesquisas em conjunto.

Só podemos educar para a autonomia, para a liberdade com autonomia e liberdade. Uma das tarefas mais urgentes é educar o educador para uma nova relação no processo de ensinar e aprender, mais aberta, participativa, respeitosa do ritmo de cada aluno, das habilidades específicas de cada um.

Segundo Pucci (1999 p. 139)

O que ocorre nos dias de hoje é que a realidade se tornou tão poderosa sobre os homens que lhes impõe desde a infância o processo de adaptação, tornando-o quase automático. A organização econômica leva a maioria das pessoas à dependência do existente. Quem quer sobreviver tem que adaptar ao que está dado. Uma exarcebada indústria cultural vende-lhes a visão e ofusca qualquer esforço na busca de um conhecimento enriquecedor. A necessidade da identificação com o existente, com o poder, com o dado cria

as condições favoráveis para o autoritarismo.

A Universidade precisa estar sempre atual. No mundo contemporâneo, de incertezas permanentes, tudo parece se resumir a indicadores que apontam não mais um quadro próprio da sociedade do bem-estar social, mas trata-se de uma certa sociedade do chamado "bem estar ativo", que impõe o trabalho produtivo como a variável essencial.

No Brasil, vivemos praticamente a mesma situação, sob o império dos indicadores: equilíbrio fiscal, déficit público, taxa de juros, estabilidade da moeda, risco Brasil, a focalização versus a universalização das políticas sociais, enfim, um quadro que traz a sensação de estarmos construindo apenas uma sociedade de resultados.

Diante deste mundo conturbado é fundamental priorizar a educação como o caminho democrático da paz. A história tem demonstrado que não se faz a revolução de uma sociedade sem a educação integral. Em nosso país, a necessidade da educação exige, imperativamente, um novo contrato social, de longo alcance, suprapartidário e de compromisso coletivo.

A educação universitária, bem como todo ensino está participando de um rápido avanço científico e tecnológico; participando também de uma decadência moral, ética e perda de valores nas relações humanas. Começamos um século marcado pela violência, pela indiferença, pelo individualismo, pela ausência da paz.

O desafio é das Instituições de Ensino, dos educadores de ensinar nossos educandos a pensar e refletir. Oferecer oportunidade para serem livres e conscientes diante de si, dos outros e diante do mundo conturbado em que

vivem. É tarefa da Universidade ensinar a pensar, manter acesa a curiosidade, desenvolver a reflexão tolhida nos primeiros anos de vida.

O que garante a modificação da vida das pessoas não é o conhecimento adquirido, mas sim, o significado construído em torno do conhecimento.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e Suas Regras*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.
- LIMA, Teófilo Lourenço de. *Manual Básico para Elaboração de Monografia*. Canoas: ULBRA, 2002.
- LIPMAN, Matthew. *A Filosofia vai à Escola*. São Paulo: Sumus, 1990.
- _____. *Filosofia na Sala de Aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- MOLL, Luis (org). *Vygotsky e a Educação*. Porto alegre, Artes Médicas, 1996.
- MORAN, José Manuel. *Mudanças na Comunicação Pessoal, Gerenciamento Integrado. da Comunicação pessoal, Social e Tecnológica*. São Paulo, Paulinas, 1998.
- PENTEADO, Sílvia Teixeira. *Identidade e Poder na Universidade*. São Paulo, Cortez, 1998.
- POZO, Juan Ignacio. *A Solução de Problemas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- PUCCI, Bruno et al. Adorno. *O Poder Educativo de Pensamento Crítico*. Petrópoles: Vozes, 1999.

RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL

Ysamu Paulo Nakahati¹²

Resumo

Este artigo tem a finalidade de buscar entendimento sobre a adoção de responsabilidade social nas empresas como ferramenta de gestão empresarial. Para tanto, elaborou-se uma revisão bibliográfica sobre o assunto para dar sustentação teórica do trabalho. Constatou-se que o mesmo é bastante emergente, com uma literatura variada e ainda pouco convergente, sugerindo ser esta temática bastante complexa, multidisciplinar, encontrando-se ainda em estágio embrionário. A partir dos conceitos levantados na literatura, orientou-se a uma pesquisa empírica envolvendo três grandes empresas brasileiras. Os resultados sugerem que o relacionamento entre as variáveis estudadas é bastante dependente do contexto em que atuam as empresas.

Palavras-chave: responsabilidade social, gestão e relacionamento.

Abstract

This article has the purpose to search agreement on the adoption of social responsibility in the companies as tool of enterprise management. For in such a way, a bibliographical revision was elaborated on the subject to give theoretical sustentation of the work. It was evidenced that the same it is sufficiently emergent, with a varied and still little convergent literature, suggesting to be this thematic sufficiently complex one, to multidiscipline, meeting still in embryonic period of training. From the concepts raised in literature, it was oriented an empirical research involving three great Brazilian companies. The results suggest that the relationship between the studied variable is sufficiently dependent of the context where the companies act.

Key-Words: social responsibility, management, relationship

Introdução

Até há pouco tempo as mudanças ocorriam basicamente pela força das guerras e revoluções sociais. Com o passar dos anos as nações estão se

debatendo com problemas sociais que a guerra deixou como herança ou muitas vezes não conseguiu resolver, os cidadãos e os seus governos estão procurando resolver os problemas sociais com mudança social.

¹² Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Educação de Jarú - UNICENTRO, Bacharel em Economia, Especialista em Contabilidade e Controladoria, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas, com ênfase em Gestão de Qualidade e Produtividade, pela Universidade Federal de Santa Catarina. ysamu@unicentroro.edu.br

Nas últimas três décadas vivenciou-se o mais rápido período de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais da história. Rigorosamente, o mundo do trabalho não é mais o mesmo, e as novas mudanças em elaboração são e, provavelmente, continuarão a ser repletas de turbulências e tensões (CRAWFORD, 1994).

Atualmente, o capital está organizado por meio da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos mercados de novos produtos e instituições. Há nestas mudanças novas formas de organização caracterizadas por maior ênfase no uso de informações, mais propriamente, de conhecimento.

O processo de conhecimento desenvolvido no interior das empresas e organizações tem sofrido, na medida em que a dinâmica das inovações tecnológicas em curso não lhe permitem mais depender somente da formação profissional advinda dos processos formais de mudanças.

A responsabilidade social empresarial tem-se tornado um dos temas debatidos e propagados para a gestão empresarial, tornando-se uma variável importante na estratégia competitiva das empresas e na avaliação do seu desempenho.

As empresas estão tendo de competir num ambiente de negócios cada vez mais complexo, onde não é mais suficiente oferecer qualidade e preço competitivo, não é mais suficiente obedecer às leis e pagar impostos. As companhias de sucesso serão cada vez mais pressionadas para olhar intensamente o impacto das suas operações dentro e fora de suas paredes institucionais e, cuidadosamente, verificar os impactos de suas políticas e ações nos seus empregados, clientes

comunidades e na sociedade como um todo.

Qual o objetivo dos negócios na sociedade? Qual é a função das empresas na sociedade? As empresas têm responsabilidades diante dos problemas sociais e ambientais?

O debate sobre responsabilidade social tem assumido aspectos diferentes na mesma medida em que o papel e a influência das empresas na sociedade vem se transformando nas últimas décadas, com as conquistas da humanidade no campo social.

O debate não passou mais a girar em torno da necessidade e/ou conveniência das ações que implicam responsabilidade social. Esta passou a ser ponto pacífico.

Organismos internacionais, a evolução de métodos de controle sobre poluição ambiental, a internacionalização das atividades e a conseqüente universalização de direitos trabalhistas e o ideal de desenvolvimento sustentável passaram a estabelecer regras, ou parâmetros mínimos, para que uma empresa possa atuar numa determinada atividade em determinada região. A mídia se encarrega de divulgar para a opinião pública atividades que possam ser consideradas social e ambientalmente irresponsável, trazendo muitas vezes prejuízos significativos para a imagem da empresa.

No Brasil, a questão da responsabilidade social está ganhando cada vez mais espaço. Em 2001, o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas desenvolveu uma pesquisa buscando fazer um diagnóstico a partir de alguns pontos como: número de empresas que realizam ações sociais; das ações realizadas, quem é beneficiado; qual o percentual de

empresas que fazem uso de incentivos fiscais para desenvolver projetos sociais.

A pesquisa revelou que 300 mil empresas realizam algum tipo de ação social, que abrangem desde pequenas doações até grandes projetos bem-estruturados. Também revelou que 81% das empresas fazem ação social por motivos humanitários e 86% dos proprietários de pequenas empresas ou diretores de grandes empresas se declaram responsáveis pelas atividades sociais realizadas.

1. Responsabilidade social: significado e justificativas

Segundo Frederick (1994), em 1899 o empresário A. Carnigie, fundador do conglomerado U.S. Steel Corporation já estabelecia uma abordagem para a responsabilidade social das grandes empresas que se baseava nos princípios da caridade e da custódia. O primeiro exigia que os membros mais afortunados da sociedade ajudassem os desvalidos, tais como os desempregados, doentes e idosos. O segundo, afirmava que as empresas e os ricos deveriam zelar pela riqueza da sociedade. Seria função das empresas multiplicar a riqueza da sociedade. Identifica-se aí uma visão paternalista e assistencialista bastante associada a essa questão: a caridade, inicialmente, era considerada uma obrigação dos indivíduos – proprietários e administradores – e não propriamente das empresas. Entende-se que o objetivo maior das organizações era a maximização do lucro; remunerar o capital investido.

Essa posição ficou evidenciada no processo Henry Ford versus Dodge. Em 1919 Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, contrariou um grupo de acionistas ao reverter parte dos dividendos dos mesmos em

investimentos na capacidade de produção, aumento de salários, e constituição de um fundo de reserva. A justiça americana posicionou-se contrária à atitude de Ford, alegando que as decisões só seriam justificadas na medida em que favorecessem o lucro aos acionistas.

Em 1929, na Alemanha, a constituição da República de Weimar inaugura a idéia da função social da propriedade. Trabalhos desenvolvidos na academia no início dos anos 30 argumentam que os acionistas seriam passivos proprietários e, portanto, abdicavam controle e responsabilidade para a direção da corporação. Passa, então, a ser aceitável que as empresas, como pessoas jurídicas, assumam uma função social expressa, basicamente, em ações de caráter filantrópico.

Em 1953, a justiça americana julgou um caso semelhante ao caso Ford; nesse caso (P. Smith Manufacturing Company versus Barlow), julgou favoravelmente à decisão da empresa de doar recursos para a Universidade de Princeton, em detrimento dos interesses de um grupo de acionistas. Pela decisão, uma corporação poderia buscar o desenvolvimento social, estabelecendo precedente para o exercício da filantropia corporativa.

A inserção social da empresa continuava a se dar, especialmente, pela atuação social dos seus dirigentes na medida em que, no início o significado da expressão responsabilidade social referia-se a três aspectos: 1) a relação entre a ética pública e a ética privada dos administradores: 2) a relação do empregador e seus empregados e 3) a relação entre a empresa e a liderança que possui com respeito à comunidade.

Nos anos 70 e 80, as empresas norte-americanas se defrontam com um

novo contexto econômico marcado pelo aumento nos custos de energia, necessidade de maiores investimentos para cumprir legislações destinadas a reduzir a poluição e proteção de consumidores. Para sobreviver, as empresas teriam de se voltar ao princípio básico de fazer dinheiro, maximizar lucros, abandonando as responsabilidades sociais impróprias àquele princípio básico. De acordo com Friedman (apud ARAGÃO, 2000 p. 156)

Há uma e apenas uma responsabilidade social das empresas: usar seus recursos e sua energia em atividades destinadas a aumentar seus lucros, contanto que obedeam às regras do jogo e participem de uma competição aberta e livre, sem enganos ou fraudes.

Outros aspectos levantados pelo autor, os administradores não têm condições de determinar a urgência relativa dos problemas sociais; e, igualmente, não têm condições de determinar a quantidade de recursos que deve ser destinada para a resolução de tais problemas. Administradores que assim procedessem estariam destinando recursos da corporação para realizar bem-estar social pela sua visão pessoal e estariam tachando injustamente seus acionistas, empregados e clientes.

De acordo com Drucker (1999), não se pode afirmar que uma empresa tenha como responsabilidade apenas o desempenho econômico; mas este é sua primeira responsabilidade. A empresa que não trabalha para obter lucro pelo menos igual ao custo de seu capital é irresponsável, pois desperdiça recursos da sociedade.

Para o autor, seria justo e natural que os mesmos grupos de liderança que foram responsáveis pelo êxito em prover as quantidades para a vida assumam agora a responsabilidade de prover também a qualidade de vida. A

responsabilidade social seria então algo a ser incorporado após as necessidades econômicas estarem razoavelmente satisfeitas.

Gonçalves (1980) afirma que é clara a idéia de que a otimização do lucro não pode permanecer o modelo essencial de atividade empresarial; a empresa existe para o cumprimento dos objetivos de natureza econômica e também de natureza social – essas funções devem ser desempenhadas de modo integrado.

Também Bonilla (2000) reafirma esse entendimento ao expor que o enfoque moderno de administração de empresas traduz-se na consideração da comunidade como um ecossistema e a empresa como um componente do mesmo, não havendo mais espaço para o antigo conceito de empresa-ilha (que busca a maximização dos benefícios e socialização dos prejuízos).

Além disso, diz que a abordagem de teoria econômica, segundo a qual a livre iniciativa ajudada pela “mão invisível” conduziria a sociedade ao bem-estar à realização dos seus integrantes, não funcionou como desejado; a livre iniciativa vem gerando um conjunto de elementos negativos à sociedade – as deseconomias, externidades ou custos sociais.

Um dos fatores que pode ter contribuído grandemente para a empresa considerar as relações com os *stakeholders* internos e externos foi, segundo Bonilla (2000), a introdução da gestão baseada na qualidade total. Segundo este autor, a qualidade total se apresentaria como um caminho ou um recurso necessário à empresa que deseja acompanhar a trajetória de mudanças que estão ocorrendo, o que significa assumir junto com a produtividade e o lucro,

responsabilidades sociais, éticas e ambientais.

Embora tenham surgido de vertentes diferentes, os conceitos de qualidade total e de responsabilidade social se complementam – a responsabilidade social nasceu de uma perspectiva de eficiência metodológica dos processos produtos que incluem aspectos relacionados ao crescimento do ser humano na empresa. O autor ressalta alguns aspectos dessas complementaridades (BONILHA, 2000).

- A qualidade total alterou a relação com consumidores; respeitá-los como indivíduos;
- Pela qualidade total, busca-se uma troca equilibrada de contribuições e benefícios entre os *stakeholders* internos e externos;
- Trabalhadores reconhecidos; melhores relações de trabalho; qualidade de vida no trabalho;
- Administração participativa; decisões e responsabilidades compartilhadas;
- A qualidade total implica assumir compromissos de diversas ordens, tais como: melhoria contínua, educação para colaboradores, parcerias com fornecedores, uso adequado de recursos naturais.

Para Feigenbaum (2001), a gestão da qualidade total não se restringe a controles sobre os sistemas de produção de bens e serviços; a qualidade representa responsabilidade para com a sociedade, na medida em que uma série de contribuições resulta de tal atividade, como por exemplo, a disponibilidade de produtos com maior grau de confiabilidade e mais seguros, tanto para usuários quanto para o meio ambiente.

Outro nível de argumentação utilizado para justificar a adoção do conceito de responsabilidade social, surge a partir do entendimento de que a

busca de soluções sustentáveis, a melhoria da qualidade de vida e o próprio bem comum não podem continuar sendo relegados à esfera do governo, entendido como único guardião do interesse coletivo.

Esse argumento é hoje reforçado pelo crescente processo de globalização e privatização. Na visão de Almeida (1999), as empresas passaram a enfrentar um novo desafio; o setor privado se viu obrigado a ocupar cada vez mais o espaço do setor público.

2. Empresas que se destacam aplicando responsabilidade social

As fontes de dados e informações sobre a atuação das empresas são as pesquisas realizadas por veículo de comunicação como a Revista Exame, por meio do Guia Exame *As Melhores Empresas para Você Trabalhar*. A revista se baseia num extenso e minucioso levantamento junto às empresas no Brasil.

O Guia seleciona as 100 empresas mais admiradas pelos seus funcionários. As empresas participam voluntariamente (para participar as empresas têm de ter mais de 400 funcionários e estar em operação há mais de cinco anos), são enviados dois tipos de questionário – um para ser respondido por seus diretores de RH e outro para ser respondido por 200 de seus funcionários, escolhidos aleatoriamente.

Com base nas respostas dos questionários são avaliados os aspectos da satisfação dos funcionários: segurança, confiança, clareza e abertura na comunicação interna, oportunidade de carreira, responsabilidade social, benefícios e salários.

3. Descrição dos casos

3.1 ACESITA

Projetos Sociais

Educação

Melhoria na Qualidade de Ensino nas Escolas Públicas de Timóteo, em 12 municípios mineiro.

Programa em parceria com o governo do estado e prefeituras para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino em 28 escolas públicas. A iniciativa atende 20.000 alunos e 1.400 profissionais de educação e, além de capacitação de professores, cuida da manutenção do mobiliário e instala computadores nas escolas. Investimento: R\$240.000,00.

Meio Ambiente

Educação Ambiental para Sustentabilidade, na região leste de Minas Gerais.

Desenvolve atividades para difundir soluções ecologicamente adequadas para os problemas da região, que abriga uma das maiores áreas remanescentes de Mata Atlântica. Um grupo de donas-de-casa divulga práticas de coleta seletiva e produz artesanato com materiais recicláveis, e jovens montam peças de teatro sobre temas ecológicos, operando como multiplicadores. Investimento: R\$255.000,00.

Cultura

Cultura e Cidadania, no Vale do Aço (MG)

Visa estimular a produção artística local formando artistas, agentes culturais e espectadores. Um centro cultural de 2.500 metros quadrados abriga as mais variadas expressões artísticas, além de

salas para cursos e oficinas, e é o principal pólo irradiador de cultura da região. Investimento: R\$316.000,00.

Terceira Idade

Construindo o Saber, em Timóteo (MG)

Voluntários da comunidade ministram cursos de alfabetização para adultos, realizando, paralelamente, eventos sociais, visitas domiciliares, seminários de saúde, etc. Desde que foi criado, em 1999, o programa já beneficiou 460 pessoas. Investimento: R\$25.000,00.

Geração de Renda

Formação de Empreendedores, em Timóteo, Coronel Fabriciano e Itatinga (MG)

O projeto forma 600 alunos por ano em habilidades administrativas e técnicas para desenvolver produtos com aço inox. Desde 1998, foram abertas 32 novas empresas na região e criou-se uma cooperativa de artesãos. Investimento: R\$215.000,00.

3.2 Grupo Pão de Açúcar

Projetos Sociais

Educação

Escola Vai ao Extra, em Goiânia (GO), Sorocaba (SP), Niterói e Rio de Janeiro (RJ)

Visitas às lojas fazem parte do Estudo de Meio, atividade extra classe que busca associar o conteúdo pedagógico dos cursos regulares a uma vivência de campo. Dirigida a alunos de ensino fundamental, aborda temas como ecologia, cidadania e consumo consciente. O projeto já recebeu 30.000 jovens. Investimento: R\$400.000,00.

Meio Ambiente**Estações de Reciclagem**

Com cinco anos de existência, o Estações de Reciclagem Pão de Açúcar/Unilever já coletou 6,5 toneladas de resíduos. O programa gera empregos e renda para cerca de 300 pessoas. Investimento: R\$800.000,00.

Cultura

Pão Music, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, João Pessoa, Bauru, Campinas e Fortaleza

Criado para democratizar o acesso à cultura por meio de espetáculos musicais ao ar livre e gratuito. Em 2004 apresentou nomes como Ivete Sangalo, Lulu Santos, Cidade Negra e Titãs em shows com aberturas de bandas locais. Em 12 anos de atividade, o público passa de 7,5 milhões de pessoas. Investimento: R\$8.000.000,00.

Portadores de Deficiência

Para todos, em São Paulo e Campo Grande (MS)

Mudanças no layout das lojas para aperfeiçoar e facilitar o acesso de portadores de deficiência. Os funcionários passaram por um rigoroso treinamento e estão capacitados a dar atendimento a esse grupo. Investimento: R\$520.000,00.

Geração de Renda

Caras do Brasil, em 16 estados.

Em nove lojas da rede são comercializados cerca de 220 itens produzidos por 39 organizações sociais. Ao abrir canais de vendas para esses produtores, o objetivo é contribuir para a geração de renda das comunidades. A iniciativa beneficia diretamente a 4.500 pessoas. Investimento: R\$600.000,00.

3.3 Natura**Projetos Sociais****Educação**

Apoio ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Cajamar (SP)

A empresa participou da formação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e se mantém ativa na organização, promovendo oficinas culturais de teatro, percussão e dança para crianças e adolescentes do município. Investimento: R\$132.000,00

Saúde

Gente Bonita de Verdade na Comunidade, em Cajamar e Itapeverica da Serra (SP)

Funcionárias voluntárias ensinam mães que acabaram de ter filhos a fazer massagem nos bebês e a se maquiar. O projeto melhora a auto-estima das mulheres e representa uma oportunidade de estreitar relações com a comunidade do entorno da empresa. Investimento: R\$55.000,00.

Meio Ambiente

Biodiversidade Brasil, em todo o país

Parceria com a TV Cultura para a exibição de documentários, reportagens e programas de debates sobre temas relacionados à biodiversidade brasileira e seu uso sustentável. O programa também mantém um site com informações detalhadas sobre o assunto. Investimento: R\$1.300.000,00.

Conclusão

As três empresas estudadas têm uma atuação orientada para responsabilidade social e adotam abordagens teóricas diferentes. Têm em comum a atuação da liderança dos empresários voltada para a responsabilidade social dentro da estrutura organizacional. As características predominantes são as filosofias de gestão, a organização da função de responsabilidade social, as políticas e estratégias da empresa.

O comprometimento da liderança para a responsabilidade social constrói a imagem e a reputação das empresas.

A inclusão da responsabilidade social na estratégia geral das empresas proporciona um melhor desempenho

mercadológico e econômico de longo prazo.

A comunicação formal e informal para disseminar a responsabilidade social melhora o clima organizacional e a divulgação da atuação social das empresas melhora a imagem empresarial.

Empresas que investem em cidadania e que podem ser consideradas socialmente responsáveis contam com um diferencial substancialmente precioso: a credibilidade junto ao consumidor. As companhias podem fazer muito mais que filantropia. Podem contribuir com o que têm de mais valioso: conhecimento, capacitação de gestão e envolvimento dos dirigentes e funcionários quanto à responsabilidade social.

Referências Bibliográficas

- ARAGÃO, Sueli D. **A responsabilidade social das empresas consideradas nas decisões de concessão de crédito por Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000.
- CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DRUCKER, Peter F. **Administração de organização sem fins lucrativos**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- EXAME **Guia de boa cidadania corporativa**. Ed. Abril, 2000.
- FEIGENBAUM, Armand V. **Controle da qualidade total**. São Paulo: Makron Book, 2001.
- GONÇALVES, Lima E. **Balanço social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- IPEA – **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Disponível no site www.ipea.gov.br.

UMA CONTRIBUIÇÃO À PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DA CONTABILIDADE: O MÉTODO DO CASO

Sílvio Cesar de Oliveira Lopes¹³

Resumo

Ao longo dos tempos, onde a educação era sintetizada apenas em o discente assistir as aulas, fazer a prova e seguir adiante, formou-se a interrogação, tanto por parte dos discentes como dos docentes, por que apenas nos limitamos ao nosso próprio contexto? Tem-se algum tipo de insegurança em expandir tais conhecimentos, atravessar fronteiras, ir além ou ainda “aprender algo a mais”? A interdisciplinaridade, aos poucos, foi sendo introduzida no contexto docente e discente, pois ao passar tal tempo mencionado anteriormente, as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem se depararam com um muro limitativo aos quais seus conhecimentos não passavam dali, não permitindo mais exemplos práticos, enfim, não se existia mais o enxergar além desses muros. Com a interdisciplinaridade, a insegurança e/ou o medo de estar invadindo áreas completamente desconhecidas, teoricamente falando, trouxe à luz essa adversidade, fazendo-se perceber que, independente de nossas vontades, outras áreas do conhecimento já estavam implicitamente contidas em nosso próprio arcabouço, só não o reconhecíamos ou não o admitíamos. Diante de fatos comprobatórios do dia-a-dia do docente, abre-se pela necessidade, o fato de ter-se que juntar nossos restritos conhecimentos direcionados, até então, a uma só linha de disciplinas, com outras, independente de quais forem, para completar as nossas, tornando-as mais interessantes, eficientes e eficazes tanto para o discente como para o docente. A partir daí tem-se uma diversidade de propostas para se trabalhar cada vez melhor o ensino no seu mais íntimo desejo, o de aprender.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, educação, aprender, completar.

Introdução

O mundo moderno necessita cada vez mais de profissionais bem preparados para enfrentar os desafios, as incertezas e o dinamismo das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que vêm ocorrendo na sociedade. Para tanto, é necessária uma preparação acadêmica condizente, que forneça ao educando um arcabouço teórico-prático que favoreça uma ampla e clara visão do contexto no qual atuará.

Nesse sentido, a educação deve propiciar ao indivíduo, não apenas o conhecimento necessário para uma intervenção lúcida e eficaz nas problemáticas sociais, como também despertar o cidadão consciente e comprometido com a construção de uma sociedade cada vez melhor.

Em sintonia com essas novas exigências, o perfil desejável do profissional da contabilidade, definido nas novas diretrizes curriculares do Curso de

¹³ Bel. Em Ciências Contábeis pelo Instituto de Ensino Superior de Santo André. Mestrando em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Fundação Escola e Comércio Álvares Penteado – FECAP. silvio@unicentro.edu.br

Ciências Contábeis, pressupõe um adequado grau de conhecimento também em outras áreas de conhecimento: direito, economia, administração, sociologia, psicologia, matemática, estatística, entre outras, ou seja, um conhecimento interdisciplinar.

Assim, a interdisciplinaridade tornou-se um elemento obrigatório na discussão que envolva aspectos metodológicos do ensino da contabilidade, visando uma formação ampla e integral do educando.

A interdisciplinaridade se manifesta nas interseções entre os diversos campos do saber. O enfoque interdisciplinar busca superar a visão fragmentada do conhecimento, dotando o processo de ensino-aprendizagem de uma visão mais global, múltipla e indivisível, sendo um ponto de convergência para as várias disciplinas e tendo como norte os objetivos educacionais que se pretende alcançar.

O papel da interdisciplinaridade no contexto acadêmico deve ser permanentemente discutido, pois devido à sua natureza dinâmica impede que o conhecimento se petrifique através de uma mera reprodução sem espaço para questionamentos, críticas e novas elaborações.

Certamente, é um processo complexo que exige uma mudança de postura, atitude, comportamento e pensamento, do educador e do educando, exigindo-lhes um empenho adicional.

Todavia, se faz necessário, a fim de propiciar ao alunado uma melhor compreensão e adaptação à dinâmica realidade do mundo atual e não fazer do processo educacional um mero *faz-de-conta*.

Tais mudanças trazem em seu bojo a demanda por métodos e técnicas de ensino aptas a dar esta nova postura educacional.

A evolução dos objetivos educacionais exige uma conseqüente evolução no *modus operandus* da relação ensino-aprendizagem.

Como proposta para a concretização de uma prática de ensino interdisciplinar, pelos professores de contabilidade, apresentamos o Método do Caso que busca transpor a superficialidade do processo educacional, norteador por uma qualidade de ensino que não se restringe à formação do profissional, mas acima de tudo à formação do ser humano e que, ao mesmo tempo, busca adequar-se à nova realidade de método educacional.

Com a utilização desse método o aluno é chamado a discutir, ouvir, refletir, opinar e decidir, sobre Casos reais ou elaborados pelo professor, aproximando, assim, o processo de ensino-aprendizagem de situações cotidianas vivenciadas pelas organizações, grupos e pessoas, ocorridas na presença de inúmeras variáveis que interferem a compreensão e decisão das questões.

1. A educação

Para podermos propor uma alternativa a uma prática interdisciplinar, necessário se faz termos uma conceituação de educação que oriente essa discussão uma vez que todas as ações visam a construção de um processo educacional condizente com a realidade e que alcance os objetivos propostos para a educação.

Nérice (1989, p.15), conceitua a educação moderna

[...] como o processo de atuação sobre o indivíduo a fim de levá-lo a um estado de maturidade que o capacite a se encontrar com a realidade de maneira consciente, equilibrada e eficiente, e nela agir como cidadão participante e responsável.

Para Demo (1993, p.131), "A educação é na essência emancipação, cabe *fazer* acontecer, não apenas acontecer. Educação deve fundamentar a capacidade de produzir e participar, não restringir-se ao discípulo, que ouve, toma nota, faz prova, copia, sobretudo, 'cola'." (grifo do autor)

O conceito de educação incorporado pelo educador é um importante parâmetro orientador para o desempenho das suas atividades, pois aquele estará implícito na prática docente, nas metodologias e técnicas de ensino adotadas, ou seja, a visão de educação assimilada pelo professor influenciará suas opções didáticas e metodológicas, enfim suas ações educativas.

2. Objetivos da educação

Os objetivos educacionais serão alcançados através da utilização de uma metodologia de ensino adequada àqueles propósitos. A metodologia é necessária para que os resultados alcançados sejam considerados satisfatórios no processo educativo. Os objetivos da educação serão os norteadores das ações pedagógicas, desbravando os caminhos a serem percorridos, visando levar o educando a assimilar conhecimentos, pensamentos e atitudes, positivos e úteis para si mesmo e para a sociedade.

Segundo Nerice (1989), os objetivos hodiernos da educação são:

a. *Oportunidade de educação para todos* – a educação levada a todos os membros de uma comunidade

criará condições favoráveis à intervenção dos mesmos, com mais preparo e competência, havendo, assim, maiores chances de desenvolvimento da comunidade.

- b. *Dar sentido da realidade* – as atividades educacionais devem estar bem articuladas com a realidade física, social e cultural com a qual o educando se deparará. O conhecimento e compreensão daquela realidade é que tornará o educando, enquanto cidadão, capaz de agir com consciência e eficiência.
- c. *Formar segundo a realidade de cada um* – as condições e possibilidades biopsíquicas do educando devem ser consideradas no processo educativo, o qual deve voltar-se para o educando buscando compreendê-lo e oferecendo-lhe oportunidades de formação mais condizentes com a sua realidade e que melhor atendam às suas expectativas.
- d. *Formar a mentalidade científica* – essa é uma exigência da sociedade moderna. Pessoas com capacidades para enfrentar as complexas relações políticas, econômicas, sociais e culturais que coexistem na conjuntura atual, e propor soluções seguras e eficazes.
- e. *Favorecer a extroversão* – não implica em querer transformar uma pessoa intro em extrovertida, e sim de levar aquele a uma atitude mais ativa, atenta, ligada às coisas que acontecem no mundo exterior e não ficar concentrado em si mesmo, perdendo oportunidades de contribuir para o seu engrandecimento e da sociedade.
- f. *Formar para a vida social* – devido à crescente automação do mundo moderno, a tendência é que haja uma diminuição de horas de trabalho acarretando, assim, uma aumento significativo do tempo livre, o qual deverá ser canalizado para outras ações. Portanto, faz-se necessário

- preparar o educando para uma melhor utilização do tempo disponível não só em lazer, mas na vida pessoal e social.
- g. *Orientar para a formação profissional* - a orientação para o desempenho de uma profissão deve estar sempre presente em todos os níveis de educação.
- h. *Favorecer a adaptabilidade* - o educando deve ser preparado para se ajustar com mais facilidade à dinâmica da vida social, em sintonia com a sociedade social. Deve estar receptivo e enfrentar a adaptabilidade geográfica, profissional ou social, ou outras, com as quais se deparar.
- i. *Orientar para a educação permanente* - a educação permanente é importante do ponto de vista pessoal e social. Primeiro, porque tem por objetivo a atualização e realização do indivíduo, refletindo na sua vida profissional e pessoal. Segundo, porque visa a uma contínua atualização e renovação do profissional, condizente com as inovações tecnológicas e outras que vão surgindo.
- j. *Desenvolver o espírito criativo* - é necessário para se propor soluções para atender ao desenvolvimento social, às novas formas de organização social, às novas formas de produção, que só o espírito criador pode vislumbrar.
- k. *Desenvolver o espírito crítico* - é fundamental desenvolver no educando o pensamento livre de amarras, o livre arbítrio, a capacidade de discernimento, evitando ser induzido a aceitar idéias e teses ou a incorporar atitudes não oriundas de sua própria reflexão.
- l. *Formar economicamente* - grande parte da vida pessoal e social moderna transcorre na esfera econômica. Daí a necessidade de preparar o educando a lidar de uma maneira equilibrada com as nuances do mundo econômico.
- m. *Preparar para trabalhos em grupo* - o mundo atual cada vez mais necessita de pessoas com capacidade de atuarem e intervirem, em grupo. Portanto, a educação deve desenvolver a capacidade do aluno de trabalhar em equipe, criando condições propícias à associação em torno de tarefas comuns, por exemplo, atividades extra-classe, pesquisas, excursões, jogos, etc.
- n. *Desenvolver o espírito de tolerância* - a tolerância consiste no respeito às opiniões contrárias, às diferenças, sem a ostentação da posição de que se é o "dono da verdade". Consiste numa atitude salutar de humildade sem, entretanto, abdicar daquilo que considera correto.
- o. *Formar politicamente* - formar o cidadão - significa formar o homem, membro de uma comunidade na qual vive e convive. O processo educativo deve predispor o educando a cooperar na solução dos problemas da sociedade com o intuito de contribuir para promover o bem comum para todos.
- p. *Respeito crescente pelo homem* - a cada dia que passa aumenta o sentimento e a necessidade de um maior respeito e valorização do homem. Assim sendo, qualquer tentativa de considerá-lo como uma simples partícula ou peça de uma engrenagem qualquer, deve ser prontamente recusada.

3. A interdisciplinaridade

Durante os últimos três séculos o paradigma cartesiano reinou quase absoluto na sociedade ocidental influenciando, assim, a fragmentação do conhecimento pelas várias áreas de saber com o propósito de se compreender o todo a partir da junção de

suas partes constituintes. A interdisciplinaridade busca resgatar a visão de complexidade e de indivisibilidade perdida, do homem e da natureza.

A excessiva fragmentação do conhecimento levou o homem a perder a visão do conjunto, da unidade, do todo. As áreas de conhecimento fecharam-se nas suas fronteiras e tornaram-se intercomunicáveis.

A chegada do método cartesiano às Universidades está associada ao processo de departamentalização, por área de conhecimento, ocorrido a partir da reforma realizada por Humboldt, no início do século XIX, na cidade de Berlim. Formaram-se os departamentos de cursos, com um quadro de docentes a eles vinculados. As áreas foram subdivididas e cada um dos professores ficou encarregado de ministrar o conteúdo de determinada disciplina. Os professores passaram a se preocupar apenas com a "sua" área de conhecimento.

Segundo Luck (1995, p.41), "[...] as disciplinas ou corpos de conhecimento especializado foram construídos a partir de um paradigma teórico-metodológico que norteou a determinação da visão especializada de mundo, centrado, sobretudo, nas proposições de Descartes e Newton".

Bochniak (1998, p.28) propõe uma concepção radical da interdisciplinaridade como sendo uma "atitude de superação de toda e qualquer visão fragmentada e/ou dicotômica que ainda mantemos de nós mesmos, do mundo e da realidade." A segregação de disciplinas no processo de ensino, sem um comprometimento maior entre si, leva o aluno a uma visão confusa de que cada uma (ou nenhuma) é mais (ou menos) importante na sua formação, induzindo a uma visão

simplista e incômoda da realidade descrita no processo de ensino, dissociado do todo.

O distanciamento entre disciplinas provoca no educando uma visão de mundo desfocada, levando-o à não percepção da aplicabilidade prática dos conteúdos que está estudando, devido ao afunilamento encontrado entre as áreas de saber. Essa idéia é tratada por Severino (In JANTSCH & BIANCHETTI, 1999, p.169):

De sua parte, os alunos vivenciam sua aprendizagem como se os elementos culturais que dão conteúdo ao seu saber fossem estanques e oriundos de fontes isoladas entre si.

A ênfase principal na discussão da interdisciplinaridade está na fragmentação do ensino através do distanciamento entre as disciplinas no processo de formação integral do aluno, entre teoria e prática. Assim, a prática interdisciplinar, freqüente e equivocadamente, é associada apenas à integração de conteúdos de disciplinas curriculares, sem uma análise mais reflexiva de sua abrangência.

Entretanto, uma prática interdisciplinar efetiva, não se trata apenas de uma simples e superficial justaposição de conteúdos ou disciplinas. Consiste em um procedimento mais profundo, complexo, orgânico, unívoco, global, que permite o trânsito livre e espontâneo entre as nebulosas fronteiras que permeiam as diversas áreas de conhecimento. É o ir-vir sem receios, sem entraves, sem amarras. Enfim, um diálogo dialético por excelência.

Para Luck (1995, p.71), "[...] no campo do ensino a interdisciplinaridade constitui condição para a melhoria da qualidade do ensino mediante a superação contínua da sua já clássica

fragmentação, uma vez que orienta a formação global do homem."

Por outro lado, a dissociação entre teoria e prática leva a maioria das pessoas que saem da vida acadêmica e entram no exercício profissional a uma impressão de que o que foi ensinado na teoria não tem nada a ver com a realidade prática. As palavras de Luck (1995, p.21) evidenciam bem tal questão:

Os professores, no esforço de levar seus alunos a aprender, o fazem de maneira a dar importância ao conteúdo em si e não à sua interligação com a situação da qual emerge, gerando a já clássica dissociação entre teoria e prática.

Apesar da forte inter-relação da contabilidade com outras áreas de conhecimento, como por exemplo, administração, direito, economia, informática, estatística, a atual interdisciplinaridade no ensino da contabilidade é bastante insignificante. Além do mais, a interdisciplinaridade dentro do próprio curso de Ciências Contábeis é praticamente inexistente. As disciplinas e conteúdos programáticos são ministrados sem (ou quase) nenhuma articulação.

Nesse contexto, o aluno não consegue ter uma compreensão globalizante pois lhe é passada uma visão fragmentada de várias contabilidades, direitos, administrações, matemáticas etc., sem a devida integração.

Além disso, cada disciplina está dividida em partes, unidades, conteúdos programáticos, estanques, incomunicáveis e fragmentados, impedindo a formação de um conhecimento uno e integral da contabilidade e o desenvolvimento de um pensamento sistêmico em relação à sociedade, ao mundo, à vida.

Para algumas pessoas o fato de um professor de um determinado departamento dar aula em um outro, por si só já seria uma forma de interdisciplinaridade. Entretanto, Follari (In JANTSCH & BIANCHETTI, 1999, p.98) destaca:

O que costuma acontecer nestes casos é que o profissional que dá aulas numa carreira que não lhe é afim é incapaz de adequar os conteúdos de seu curso às necessidades dessa carreira. Deste modo, não estamos nestes casos no interdisciplinar, mas no subdisciplinar, pois nem sequer se respeita a especificidade de uma determinada carreira.

Para Paiva (1999, p.93):

O conhecimento do modo como vem predominantemente sendo concebido no contexto acadêmico, assemelha-se a uma colcha de retalhos. Caracterizado por uma extrema fragmentação, dissociação do real e isolacionismo em relação às outras áreas, o que tem acarretando algumas limitações e atrasos ao seu desenvolvimento pleno."

Apesar desse quadro, é importante destacar indícios que sinalizam a busca de uma prática interdisciplinar no ensino da contabilidade, em algumas áreas: meio ambiente, organizações não-governamentais (ONG's), responsabilidade social (balanço social), recursos humanos etc.

Tendo como pressuposto que o ensino fragmentado dificulta a compreensão do aluno e o encadeamento de idéias em torno de um todo maior, a interdisciplinaridade surge como elemento facilitador da convergência entre as várias disciplinas, visando a um fim maior que é o próprio processo educacional.

A discussão sobre a importância da interdisciplinaridade é reforçada a partir da crescente percepção e reflexão

do educador sobre as inúmeras interações e inter-relações existentes no universo e entre seus elementos constituintes. Desse modo, os fenômenos passam a ser analisados dentro da complexidade que lhes é inerente.

Uma prática de ensino interdisciplinar se efetiva através de uma metodologia de ensino propícia ao seu desenvolvimento, onde se privilegie um espaço de troca, dialético, desvelador, participativo, de superação, isto é, um espaço que seja uma obra coletiva de todos e de cada um.

4. Metodologia do ensino

Etimologicamente, a palavra método vem do latim *methodus* que significa caminho para se chegar a um objetivo. "Representa a maneira de conduzir o pensamento e as ações para se atingir uma meta preestabelecida. É, também, a disciplinação do pensamento e das ações, para se obter maior eficiência no que se deseja realizar, pois *pensar ou agir sem método, quase sempre, resulta em perda de tempo e de esforços*". (grifos do autor) (NÉRICE, 1985, p.284).

Para Nérice (1989, p.53-54), metodologia do ensino "[...] nada mais é do que o conjunto de procedimentos didáticos, expressos pelos *métodos e técnicas* de ensino que visam levar a bom termo a ação didática, que é alcançar os objetivos do ensino e, conseqüentemente, os da educação, com o mínimo de esforço e o máximo de rendimento." (grifos do autor)

Ainda, segundo esse autor "[...] a metodologia do ensino, de modo geral, deve conduzir o educando à auto-educação, à autonomia, à emancipação intelectual, isto é, deve levá-lo a andar

com suas próprias pernas e a pensar com a sua própria cabeça." (1989, p.54)

A metodologia do ensino é composta de métodos e técnicas de ensino. Entretanto, não existe consenso quanto à diferença entre esses dois termos, existindo, inclusive, situações nas quais ambos se confundem ou se sobrepõem, dependendo da amplitude que assumam no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Nérice (1989, p.55), "[...] método de ensino é mais amplo do que técnica de ensino. A técnica é mais adstrita à orientação da aprendizagem em setores específicos, ao passo que método de ensino indica aspectos mais gerais de ação didática." Podemos dizer que o método aponta o caminho a seguir enquanto a técnica mostra como atravessá-lo.

Método de ensino "é o conjunto de procedimentos escolares lógica e psicologicamente estruturados de que se vale o professor para orientar a aprendizagem do educando, a fim de que este elabore conhecimentos, adquira técnicas ou assuma atitudes e idéias." (NÉRICE, 1989, p.55)

Técnica de ensino representa a ação mais direta, através da utilização de recursos didáticos, visando a aprendizagem do educando. Podemos dizer que é através de uma ou mais técnicas de ensino que o método de ensino atinge seus objetivos, ou seja, "o método de ensino se efetiva por meio das técnicas." (NÉRICE, 1989, p.56)

É importante destacar que na escolha do método ou técnica de ensino deve-se considerar o educando participante ativo do processo educativo, construtor da sua aprendizagem, e não um mero receptor de dados, informações

e conhecimentos acumulados no decorrer do tempo, sem nenhuma postura mais crítica em relação aos mesmos.

Deve dar condições para o prosseguimento futuro tanto na vida acadêmica como no seu papel de cidadão.

Portanto, o método de ensino deve concretizar-se através da atitude ativa do educando, pois este deve ser o agente propulsor da sua própria aprendizagem ao invés de depositário de dados e informações inquestionáveis partidas do professor.

O método de ensino deve favorecer ao educando desenvolver o pensamento crítico; o gosto pela pesquisa; a capacidade de julgamento, discernimento, síntese e conclusão; e uma atitude reflexiva e lúcida da realidade que o circunda.

Deve, assim, buscar motivar o aluno à uma auto-educação, à uma autonomia intelectual, à uma atitude mental proativa, na busca incessante e incansável do conhecimento.

São inúmeros os comportamentos desejáveis dos educandos que os métodos e as técnicas de ensino devem propiciar. Nesse sentido Nérice (1989, p.56)

[...] assim se pronuncia: "métodos e técnicas de ensino devem conduzir o educando a observar, criticar, pesquisar, julgar, concluir, correlacionar, diferenciar, sintetizar, conceituar, refletir.

Apesar de toda importância dos métodos e técnicas de ensino, no processo educativo, devemos ter claro que não se trata de tornar o professor escravo dos mesmos.

Este, deve, sim, avaliar aqueles numa perspectiva sistêmica, contextualizada, e com a devida flexibilidade e liberdade que o ato de ensinar requer.

Métodos e técnicas de ensino são os meios facilitadores para se fazer com que os resultados do processo educacional sejam eficazes; nunca devem ser vistos como os fins em si mesmos.

5. O método do caso no ensino da contabilidade - definições do método do caso

Erskine e Leenders (1989) mencionam uma definição do Método do Caso publicada num artigo da *Harvard Business School* como um método de instrução no qual estudantes e instrutores participam em discussão direta sobre Casos empresariais, sendo que esse método inclui um tipo especial de material instrutivo, derivado da experiência de executivos empresariais, e um conjunto de técnicas especiais para utilização daquele material no processo educacional.

O enfoque central do Método do Caso está nos estudantes que aprendem pelos seus próprios esforços e méritos. Nesse método, o papel do instrutor é guiar as discussões e descobertas dos estudantes ao invés de apresentar respostas prontas e acabadas.

Segundo Erskine & Leenders (1989) existem dois centros de responsabilidade na definição do Método do Caso. O primeiro é o educador que tem a responsabilidade de selecionar e organizar o material a ser ensinado. Dessa forma, poderá substituir ou criar novos Casos ele mesmo se os julgar insuficientes ou inadequados e, ainda, apresentá-los na seqüência desejada.

O segundo refere-se aos estudantes ou participantes, que constituem o outro centro de responsabilidade, pois por intermédio deles é que se poderá aplicar o Caso buscando novas decisões e atitudes a serem tomadas na aplicação dos Casos.

Desse modo, os estudantes ou participantes têm que vir preparados para a classe porque a responsabilidade deles no método é de dar suas contribuições. Os estudantes aprendem que cada indivíduo da sala deve dar sua contribuição, sob a orientação do professor.

Para esses autores, o processo provê uma base de treinamento prática para os tomadores de decisão, fazendo contribuições e testando suas habilidades. É proporcionado para os estudantes a oportunidade de resolver situações reais e o *feedback* é obtido imediatamente em suas respostas.

Através do Método do Caso, Erskine & Leenders (1989) ressaltam que os estudantes podem cometer enganos na sala de aula e aprender com isso, pois, nessa ocasião não há nenhum grande risco envolvido. Depois, em suas vidas profissionais a história é um pouco diferente, pois, uma decisão pode custar um emprego, uma reputação ou até mesmo a sobrevivência de uma organização.

Assim, destacam os autores, o Método do Caso oferece aos estudantes e ao professor a mesma forma de informação em que decisões serão tomadas na vida real. Desse ponto de vista, cada um representará um papel distintamente diferente no processo de aprendizagem. Deve-se considerar, ainda, que pode ser possível mais de uma solução aceitável, e o surgimento de opiniões diversas é bem-vindo ao método.

5.1-O método do caso e o ensino contábil

Inicialmente, cabe esclarecer que o Método do Caso aplicado ao ensino da Contabilidade não basta-se em si, pois, trata-se de uma ferramenta de ensino para auxílio à árdua tarefa de conciliar o conhecimento prático com o entendimento teórico.

Ressaltamos ainda que a utilização do Método do Caso no ensino contábil representa uma novidade de fato, haja vista que até então muito se falou na aplicação desse método no ensino da administração. No Brasil, principalmente, a utilização do Método do Caso está diretamente relacionada às escolas de administração de empresas, tendo sido pouco (ou quase nada) explorada sua aplicação no campo contábil.

Para iniciar essa discussão devemos verificar qual o perfil do profissional contábil que se busca formar, pois assim estaremos correlacionando o ensino à realidade almejada da profissão. De acordo com a proposta de diretriz curricular do curso de Ciências Contábeis em tramitação na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, discutida por Koliver (1999, p.12–13) o contador deve possuir as seguintes competências e habilidades:

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1) Descrição das principais Competências e Habilidades Gerais:

1.1) ser proficiente:

- a) no uso da linguagem contábil, sob a abordagem da teoria da comunicação (semiótica);
- b) na visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil;
- c) no uso de raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas;
- d) na elaboração de relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários;
- e) na articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a

captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis;

f) 1.2) ser capaz de:

- (a) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- (b) exercer com ética as atribuições e prerrogativas, que lhes são prescritas através de legislação específica.

Como podemos observar, para que o contador atinja o perfil traçado faz-se mister uma formação acadêmica desvincilhada das questões puramente técnicas inerentes à profissão, abrangendo o entendimento de questões corporativas tais como, planejamento tributário, estrutura organizacional, sistema de informação, ambientes e sistemas computadorizados, sinergia das relações interpessoais, tratados e contratos empresariais, formação e separação de grupos econômicos, relações humanas no trabalho, lucro e dinheiro, missão e objetivos, meio ambiente e questões sociais, planejamento estratégico, orçamento, qualidade de produtos e processos e muito mais.

Todas essas questões não estão diretamente presentes nas normas e princípios contábeis, todavia fazem parte do dia-a-dia das organizações e o contador é participante deste processo de interação e ambientação organizacional. Assim sendo, não pode passar despercebido a toda essa realidade.

Acreditamos que esta é a primeira razão para a utilização do Método do Caso no ensino da contabilidade: **A AMBIENTAÇÃO DO CONTADOR NA VIDA ORGANIZACIONAL DAS ENTIDADES.**

Em segundo lugar, uma variável micro, caracterizada pelo próprio sistema empresa, subdividido em diversos outros sistemas (ou subsistemas) que permitem

entender as diversas relações intrínsecas e extrínsecas no ambiente físico tido como empresa.

Assim, podemos perceber o quão envolvida está a função contábil nas relações internas e externas da entidade, o que necessariamente impele o profissional a estar conectado a tudo o que acontece nesses ambientes.

Para bem exercer a função contábil é essencial, por exemplo, que o profissional saiba dos contratos entre empresa e fornecedores, empresa e clientes, empresa e financiadores, dos impostos e exigências de cunho legal e fiscal, do domínio de tecnologias de informação, assim como, conhecer os controles internos desenvolvidos no departamento financeiro, as formas de cálculo utilizadas pelo departamento de recursos humanos, os prazos de venda, compras e estocagem para cálculo de índices de rotatividade, e muito mais.

É nesse contexto, portanto, que entendemos a importância do Método do Caso para o ensino da contabilidade.

Em nosso entendimento, o Método do Caso, aplicado dentro das exigências que requer, permite que o aluno de contabilidade possa, em cinco níveis diferentes, interagir com:

- a teoria estudada;
- os aspectos ambientais;
- a responsabilidade da decisão;
- a solução de problemas;
- outros profissionais.

No primeiro nível de interação, o aluno tem a possibilidade de ratificar a utilidade da aplicação dos conceitos, apresentados e discutidos em sala, de tal maneira que visualize o Caso apresentado sob o ângulo da teoria estudada. Acreditamos que esta interação estimule o interesse do aluno pela apreensão de conteúdo teórico,

pois, do ponto de vista pragmático, é muito mais agradável estudar um assunto que tenha aplicação prática a um assunto que não agregue valor algum.

No segundo nível de interação, ou seja, com os aspectos ambientais, através do Caso o aluno tem a oportunidade de interagir com o ambiente onde a empresa se encontra. Assim, lhe é possível ter uma clara noção das diferentes relações com fornecedores, governo, clientes e outras entidades.

Com relação à responsabilidade da decisão, terceiro nível de interação, o Caso auxilia o aluno a entender melhor que há uma responsabilidade inerente ao seu trabalho que extrapola os níveis normais de zelo e qualidade profissional, ou seja, o processo de gerar informação para um determinado usuário tomar decisão exige do contador responder à questão "O QUE E QUANTO DEVO INFORMAR, PARA QUE O USUÁRIO POSSA DECIDIR ?"

Portanto, o aluno deve aprender a entender bem o processo, mecanismo ou modelo de tomada de decisão do usuário, para obter maior acurácia na geração de informações para os diversos usuários.

O Método do Caso entra nesse momento, permitindo ao aluno visualizar, a partir de questionamentos individuais inerentes ao Caso, qual o seu modelo de tomada de decisão, nas discussões em grupos menores conhecer os modelos de tomada de decisão de outros alunos e na discussão de grupo grande, os modelos de outros ainda. Isso permite construir paulatinamente uma proximidade entre o gerador da informação e o tomador da decisão, em termos de teoria da comunicação (semiótica), habilidade sugerida pela diretriz curricular do curso.

No quarto nível de interação o Método do Caso proporciona a aplicação do raciocínio na busca de alternativas para a solução dos problemas mais variados. Essa busca se coaduna com a habilidade descrita na diretriz curricular pois estimula o raciocínio crítico-analítico, uma vez que o aluno deverá pesar várias hipóteses para a tomada de decisão no Caso.

Portanto, o Método do Caso pode trazer para o educando a possibilidade de redescobrir a importância do raciocínio lógico em toda a função contábil. Entender o raciocínio lógico nos processos de escrituração, demonstração, auditoria e análise contábil facilita a apreensão de conteúdos.

No último nível de interação, ou seja, com os outros profissionais, o aluno tem a oportunidade através do Caso de ver a contabilidade associada às outras áreas de conhecimento, como a economia, a administração, a engenharia, o direito e tantas mais.

Essa associação, que como já vimos é definida como interdisciplinaridade, conduz o educando a uma postura de sinergia, de juntar forças para realização de objetivos comuns. Sua função não será mais apenas de executar bem o seu trabalho, mas de auxílio à execução de um trabalho maior, chamado objetivo da empresa.

Portanto, a partir do momento em que o profissional da contabilidade reconhece, assimila e incorpora os ideais da entidade, sua atividade não será mais executada isoladamente, do ponto de vista do Planejamento Estratégico, estará trabalhando para o alcance da MISSÃO da entidade.

Acreditamos assim, que esse é o objetivo da diretriz curricular do curso ao afirmar que o contador deve desenvolver a habilidade holística. O que seria habilidade holística para o contador senão a possibilidade de olhar para fora do "seu mundo contábil" e enxergar a empresa como um todo, desvincilando-se das questões bairristas de que a minha profissão é mais importante ou menos importante para a empresa do que a do outro profissional (administrador, advogado, engenheiro etc.).

O Método do Caso aplicado ao ensino contábil pode influir nessa fase permitindo que o educando considere todas as variáveis ambientais envolvidas, de dentro e fora da empresa.

Diante de todos os comentários anteriores é possível visualizar a aplicabilidade do Método do Caso no ensino da contabilidade, através da correlação entre o método e as competências, habilidades e perfis requeridos na diretriz curricular do curso. O esquema a seguir tenta demonstrar graficamente essa relação:

O processo de ensino-aprendizagem deve buscar sempre uma dinâmica capaz de fazer com que os indivíduos inerentes a esse processo possam agir e interagir como ser social. A Contabilidade é uma Ciência Social.

Portanto, o Método do Caso pode transcender, mesmo que de forma simulada, o ambiente da sala de aula para o ambiente da vida empresarial, mostrando ao aluno de contabilidade que há uma estreita relação entre as teorias contábeis e o dia-a-dia de qualquer organização.

6. O método do caso e a interdisciplinaridade

O Método do Caso, pela sua natureza e características, pressupõe uma atitude interdisciplinar e essa pode ser concretizada através daquele. Neste tópico buscaremos evidenciar algumas inter-relações existentes entre ambos.

No ensino da contabilidade, em particular, há uma imperiosa necessidade de se inculcar uma visão global diante das grandes mudanças ocorridas na área, reflexo das transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas que o mundo vem passando e que influenciam sobremaneira a atuação profissional.

As atividades rotineiras da profissão ligadas ao mecanismo contábil (lançamentos) estão sendo realizadas por variados sistemas de gestão informatizados encontrados no mercado. Todavia, para o desenvolvimento de sistemas adequados é necessário a contribuição do profissional da contabilidade através dos seus conhecimentos não só das rotinas contábeis, como também do negócio da entidade e das áreas administrativa e operacional.

Dentro de uma visão interdisciplinar, o ensino da contabilidade não deve estar restrito ao estudo e conhecimento das técnicas, demonstrações, modelos, sistemas, procedimentos e normas contábeis, deve extrapolar essa fronteira, buscando uma síntese nessa intrincada rede de conhecimentos à qual a contabilidade está interconectada.

Essa função de síntese é destacada por Luck (1995, p. 52) ao enunciar que

A interdisciplinaridade, portanto, propõe uma orientação para o estabelecimento da esquecida síntese dos conhecimentos não apenas pela integração de conhecimentos produzidos nos vários campos de estudo, de modo a ver a realidade globalmente, mas, sobretudo, pela associação dialética entre dimensões polares, como por exemplo

teoria e prática, ação e reflexão, generalização e especialização, ensino e avaliação, meios e fins, conteúdo e processo, indivíduo e sociedade, etc.

A discussão da utilização do Método de Caso no ensino da contabilidade converge para os mesmos pontos tratados nos estudos da interdisciplinaridade, quando busca a melhoria na qualidade do ensino com vistas à formação global do homem para que esse seja capaz de compreender, agir e transformar os problemas da sociedade, através de suas competências e habilidades.

Luck (1995, p.71) assim assevera:

No plano mediato, a melhoria da qualidade de ensino corresponde a uma melhoria da qualidade de vida, uma vez que possibilita ao aluno uma visão global de mundo e de si mesmo no mundo, que pode permitir o enfrentamento da realidade e a superação do sentido de fragmentação, de dúvida negativa, de medo de erro na escolha da profissão, etc.

Um dos aspectos metodológicos presente do Método do Caso consiste na tentativa de uma efetiva aproximação entre teoria e prática através de uma maior abrangência de áreas de conhecimento. E esse fator é primordial no mundo atual, onde a atuação profissional pressupõe o conhecimento sistêmico do contexto no qual se está inserido a fim de se fazer uma leitura mais fidedigna da realidade.

Em consonância com esse pensamento, Luck (1995, p.34) assim se pronuncia:

Emerge nesse processo, o desenvolvimento de atitude e consciência de que trabalhando dentro de um sistema de interdisciplinaridade o professor produz conhecimento útil, portanto, interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e realidade social escolar.

O educador que adotar o Método do Caso para o ensino da contabilidade, norteado por uma visão interdisciplinar, terá boas chances de obter um resultado satisfatório na busca da formação integral do profissional. Essas ações se concretizariam "explorando o trabalho em equipe, unindo a teoria à prática, a ação à reflexão, o ensino à avaliação, o conteúdo à realidade, o professor ao aluno e assim, dando importantes passos rumo ao processo global de formação do ser humano." (SOUZA, 1999, p.114)
Objetivando enriquecer a discussão do Método do Caso dentro de com a visão prática da interdisciplinaridade, serão apresentados alguns enfoques destacados por Luck (1995) sobre esse assunto, onde se percebe claramente pontos de convergência entre os dois:

Paradigmático

- Visão de conjunto de uma realidade, mediante permanente associação das diferentes dimensões (disciplinas) com que pode ser analisada;
- Visão global e não fragmentada da realidade;
- Uma ótica que abrange todos os aspectos da produção e do uso do conhecimento.

Processual

- 'Concentração ou convergência de várias disciplinas com vistas à resolução de um problema cujo enfoque teórico está, de algum modo, ligado ao da ação ou da decisão' (JAPIASSu, 1976:32) – grifo nosso;
- Articulação orgânica de conteúdos e de disciplinas;
- Instauração de diálogo entre várias disciplinas, buscando a unidade do saber;
- Busca de interação entre duas ou mais disciplinas;
- Movimento de interação das áreas de conhecimento diferentes, visando a superação da visão fragmentada da realidade;
- Metodologia pluralista, caracterizada por crítica permanente;
- Movimento de saber orientado pela busca permanente de relações recíprocas de conhecimento, de maneira a deslocar suas fronteiras;

- Via possível de ampliação do exercício crítico;
- Complementaridade e integração de áreas diferentes de estudo.

Técnico

- Uma ferramenta utilizada para superar a fragmentação do ensino;
- Uma ferramenta utilizada para produzir novos conhecimentos, pela integração dos já produzidos.

De resultados

- Superação do saber disciplinar;
- Síntese de duas ou mais disciplinas, de modo a estabelecer um novo nível de representação da realidade, mais abrangente, de que resulta o estabelecimento de novas relações;
- 'Formação do cidadão do mundo, quer dizer, pessoas abertas à pluralidade de paradigmas, de horizontes culturais' (VATTIMO, 1962:16)." (p.61-62)

Concluindo, enfatizamos que uma prática interdisciplinar aliada à aplicação do Método do Caso, promoverá uma singular oportunidade de crescimento para educadores e educandos, à medida que favorece a valorização e aceitação de novas idéias, superação de inseguranças, aceitação da possibilidade de errar, o respeito às idéias dos outros, o trabalho cooperativo, o processo de autocrítica, o estudo mais aprofundado da prática, a compreensão dos limites de cada um, e várias outras possibilidades.

Conclusão

Nos dias atuais ainda é bastante evidente a dissociação do ensino com a realidade, como resultado da forte exposição educacional ao paradigma cartesiano. Os professores preocupados em cumprir os conteúdos das suas disciplinas "esquecem" de relacioná-los com a situação real de onde se originaram, separando-se, assim, cada vez mais, a teoria da prática.

Por outro lado, exige-se profissionais com visão sistêmica dos negócios, da sociedade, do mundo,

capazes de propor soluções às diversas situações por que passa a humanidade; um profissional com conhecimento interdisciplinar e não apenas limitado à sua área.

A superação da fragmentação e linearidade do conhecimento perpassa pela adoção de uma prática interdisciplinar no contexto educacional. Todavia, é preciso mais do que o reconhecimento da necessidade da interdisciplinaridade, para que essa venha a se efetivar.

Uma postura interdisciplinar, integrada com o maior número possível de outras áreas, deve orientar as ações acadêmicas dos educadores pois, só assim, poderemos ter a construção de uma visão orgânica do conhecimento, propiciando, aos educandos, condições reais para uma compreensão mais adequada da complexa realidade na qual nos encontramos.

Pensar, ser e agir interdisciplinarmente não é um exercício simples. A interdisciplina tão decantada ainda desperta-nos mais dúvidas do que certezas, diante da sua amplitude, da multiplicidade de formas que pode assumir e da lógica transformadora proposta para a educação.

A interdisciplinaridade, processo ainda em construção, é acima de tudo uma quebra de paradigmas no contexto acadêmico. Portanto, não existem receitas ou modelos prontos e acabados para orientar a sua prática. O que incentiva a sua adoção é também a busca de algo novo para a prática docente que proporcione novo sentido e motivação aos educadores e educandos.

Desse modo, e para que a educação atinja seus objetivos de preparar o educando para uma prática profissional e cidadã, é necessário

superar as dicotomias de referenciais teórico-metodológicos. Portanto, urge a adoção de uma prática interdisciplinar que começa com a escolha de uma metodologia de ensino coerente com uma postura educacional democrática, dialética, dinâmica, desmistificadora e desbravadora.

O professor de cada disciplina precisa compreender que a metodologia de ensino escolhida para ser utilizada deve, sempre, tornar o aluno um sujeito ativo do seu próprio aprendizado, conduzindo-o a um questionamento global e não apenas à apreensão do conteúdo ministrado na disciplina.

Nesse sentido, a proposta apresentada referente à utilização do Método do Caso nas salas de aula dos Cursos de Ciências Contábeis atende bem a esses requisitos, pois esse método traz implícito nos seus aspectos metodológicos a interdisciplinaridade, à medida que leva o educando a uma vivência de situações permeadas por uma visão crítica, integradora e sistêmica, tornando-o um elemento conhecedor, questionador e reflexivo da realidade, capaz de intervir numa situação-problema real.

Referências bibliográficas

- BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento (a interdisciplinaridade na escola)**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ERSKINE, J.A, LEENDERS, M.R. **Case research: the Case writing process**. Research and Publications Division, School of Business Administration. The University of Western Ontario, London, Ontario, Canada, 1989.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KOLIVER, Olívio. As diretrizes curriculares e a formação dos contadores. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, n. 97, p.7-19, jul.1999.
- LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRN, 1999.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- NÉRICE, Imídeo Giuseppe. **Didática geral dinâmica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- _____. **Metodologia do ensino –uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- PAIVA, Simone Bastos. O ensino da contabilidade: em busca da interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano XXVIII, n. 120, p. 88-93, nov./dez. 1999.

SOUZA, Edmar Aparecido de. **Aspectos metodológicos da utilização do método do caso no ensino da contabilidade**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Marília, Marília, 1999, 128p.
_____. MARION, José Carlos. Aspectos sobre a utilização do método do caso no ensino da contabilidade – uma abordagem inicial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano XXIX, n.123, p.8-20, maio/jun. 2000.

MARKETING DE INCENTIVOS

Suzimary Souza Guerra Cândido¹⁴

Resumo

O Marketing de Incentivos é uma ação administrativa que envolve os clientes internos das organizações, os colaboradores. Assim como existem ações administrativas voltadas para os clientes externos, existe o Marketing de Incentivos envolvendo as pessoas que trabalham nas organizações. Por se tratar de uma atividade administrativa, o Marketing de Incentivos pode se tornar uma estratégia de negócio, porque quando implementada pode gerar resultados positivos que criem uma situação de mercado, que levará a organização a obtenção de vantagem competitiva. Em essência o marketing de Incentivos é composto por campanhas de oferecerem premiações aos colaboradores em contrapartida ao desempenho, desenvolvimento de cada um, para um objetivo, seja este empresarial ou departamental, variando conforme plano da campanha. Para garantir o sucesso do marketing de Incentivos, este deve ser iniciado com estudo do grau de motivação dos colaboradores, isso porque as necessidades, os valores sociais e as capacidades, variam de indivíduo para indivíduo e no mesmo indivíduo conforme o tempo. Desse modo as campanhas de incentivos devem oferecer premiações realmente motivadoras a todos os participantes. Entretanto, somente conhecer o grau de motivação não é suficiente, pois uma campanha é composta de vários requisitos, e estes devem ser definidos claramente, para garantir a confiabilidade da campanha e o alcance dos objetivos almejados. Como qualquer outra ação empresarial, o Marketing de Incentivos, deve ser planejado e este plano deve estar inserido no Planejamento Estratégico, para o cumprimento de metas condizentes com os objetivos. Vale ressaltar que esta modalidade do marketing está intimamente ligado a recursos humanos e a cultura empresarial, primeiro por que envolve as pessoas da organização, onde os programas de incentivos instigam estas ao crescimento, a superação de limites. Secundariamente, a cultura empresarial irá definir os requisitos da campanha, de forma que não existam duas campanhas similares, pois cada campanha adquire personalidade própria. Percebe-se portanto, que o Marketing de Incentivos é realmente uma estratégia que gera bons resultados, visto que, contribui para o desenvolvimento de RH (recursos humanos) e também para o alcance de objetivos que a simples mudança no comportamento possa influenciar positivamente nos resultados, e ainda, o incentivo atua nos mais diversos segmentos da economia. Onde existirem pessoas que precisam ser motivadas, o incentivo é aplicável.

Palavras-chave: Marketing de Incentivos, campanha de incentivo, motivação e objetivo.

Abstract

Marketing of Incentives is an administrative case that involves the internal customers of the organizations, the collaborators. As well as administrative cases directed toward the external customers outward, exist the Marketing of Incentives involving the people who work in the organizations. For if dealing with an administrative activity, the Marketing of Incentives can become a business strategy, because when implemented it can generate resulted positive that create a market situation, that will take the organization the attainment of competitive advantage.

¹⁴ Bel. Em Administração e pós-graduada em Administração e Estratégia Empresarial pela ULBRA. Professora do curso de Administração na UNICENTRO. administração@unicentroro.edu.br

In essence the marketing of Incentives is composed for campaigns of on the other hand offers awardings to the collaborators to the performance, development of each one, for an objective, either this enterprise or departmental, varying as plain one of the campaign. To guarantee the success of the marketing of Incentives, this must be initiated with study of the degree of motivation of the collaborators, this because the necessities, the social values and the capacities, vary of person for person and in exactly person as the time. In this way the campaigns of incentives must offer to really motivate to all the participants. However, to only know the motivation degree is not enough, therefore a campaign is composed of some requirements, and these must be defined clearly, to guarantee the trustworthiness of the campaign and the reach of the longed for objectives. As any another enterprise action, the Marketing of Incentives, must be planned and this plan must be inserted in the Strategical Planning, for the performance of suitable goals with the objectives. Must to stand out that it is modality of the marketing is intimate on the human resources and the enterprise, first culture why it involves the people of the organization, where the programs of incentives instigate these to the growth, the overcoming of limits. Second place, the enterprise culture will go to define the requirements of the campaign, of form that do not exist two similar campaigns, therefore each campaign acquires proper personality. One perceives therefore, that the Marketing of Incentives is really a strategy that generates good results, since, it also contributes for the development of RH (human resources) and for the reach of objectives that the simple change in the behavior can influence positively in the results, and still, the incentive acts in the most diverse segments of the economy. Where people exist who they need to be motivated, the incentive are applicable.

Key-Words: Marketing of Incentives, campaign of incentive, motivation and objective.

Introdução

O mundo empresarial vive na era do *boom* promocional. São inúmeras as empresas que oferecem prêmios a seus consumidores para incentivar a venda de seus produtos. Além desses esforços, muitas empresas investem também em seus clientes internos, fazendo o Marketing de Incentivos.

Existem várias teorias do que é Marketing de Incentivos, até mesmo como este deve funcionar, como por exemplo: *deve oferecer premiações para que possa haver incremento nas vendas, no desempenho dos colaboradores obtendo qualidade nos processos de trabalho.* Entretanto, existem algumas observações que devem ser feitas antes e durante sua implementação.

Assim, o Marketing de Incentivos é uma estratégia que as empresas podem utilizar, que traz modificações internas

nas organizações, com objetivos claros que geram os resultados almejados.

Considerando que o Marketing de Incentivos não é apenas uma relação de prêmios que serão distribuídos pelo incremento das vendas ou pelo desempenho dos colaboradores, vem a pergunta: *Quais os resultados que uma organização pode obter com a utilização do Marketing de Incentivos?* Por certo, no decorrer da leitura deste estudo, esta questão será esclarecida.

No momento é imprescindível esclarecer quais os pontos fundamentais para se elaborar uma boa Campanha de Incentivos, e este é o Planejamento de Marketing de Incentivos com abordagem no estudo de perfil de colaboradores e na cultura das empresas.

O objetivo geral do estudo é *Demonstrar os resultados que o Marketing de Incentivos gera*, e para tanto se faz necessário demonstrar os

fatores que são importantes em sua implementação: aspectos ligados aos colaboradores, a empresa e aos clientes. Estes são justificáveis, primeiramente porque uma ação empresarial para ser bem sucedida deve ser planejada; e todo planejamento requer um diagnóstico situacional para definição de quais ações devem ser feitas, bem como quais as pessoas envolvidas. Depois, porque o Marketing de Incentivos é uma ação que está diretamente relacionada com a motivação dos colaboradores, podendo, desta forma, estimular a produtividade; e ainda, este não é aplicável somente às vendas e sim a todos os níveis organizacionais, podendo contribuir para solução de problemas, superação do desempenho e influenciará na *performance* dos colaboradores.

O sucesso empresarial será resultado de um bom nível de relacionamento entre empresa e os colaboradores, onde estes devem trabalhar aperfeiçoando-se continuamente e a empresa deve oferecer condições de trabalho favoráveis à realização das tarefas.

Entretanto, se faz necessário manter o nível de motivação na empresa, instigando o desempenho de pessoal, a superação de limites para, então, obter os resultados almejados.

Para tanto, a empresa pode utilizar-se do Marketing de Incentivos, fazendo campanhas de incentivos que ofereçam prêmios como reconhecimento pelo esforço despendido no atingimento das metas, percebe-se que o Marketing de Incentivo está intimamente ligado à execução de processos e tarefas empresariais, visto que este acontece após a avaliação de desempenho das pessoas, oferecendo premiação aos melhores e instigando o nivelamento de qualidade final no tocante ao desempenho de pessoal.

Dessa forma, as empresas que têm preocupação em buscar sempre a melhoria dos resultados e a qualidade em suas diversas atividades, podem utilizar o Marketing de Incentivos como uma ferramenta estratégica, tendo em vista que esta trará resultados efetivos, com a máxima produtividade de seus colaboradores, uma vez que os incentivos motivam a melhoria no desempenho.

1. O *hall* de motivação de colaboradores

A Campanha de Marketing de Incentivos deve motivar a participação dos colaboradores para que se alcance os resultados almejados. Assim, como as campanhas promocionais devem motivar as pessoas à participação, é importante antes de implementá-las, compreender o grau de motivação de colaboradores.

As pessoas são diferentes no que tange a motivação, pois as necessidades variam de indivíduo para indivíduo, produzindo diferentes padrões de comportamento. Além disso, os valores sociais também são diferentes; as capacidades para atingir os objetivos são igualmente diferentes; e assim por diante.

Ao formular uma campanha deve-se levar em consideração ainda que a motivação depende da percepção do estímulo (que varia conforme a pessoa e na mesma pessoa, conforme o tempo), das necessidades (que também variam conforme a pessoa) e da cognição de cada pessoa. A motivação das pessoas depende basicamente dessas três variáveis.

Para que um indivíduo possa ser estimulado, este deve ter suas necessidades básicas satisfeitas, estando estruturado para adquirir novos

conhecimentos, aceitar desafios e então atingir os objetivos propostos.

O gerenciamento de pessoas precisa levar em conta todos os aspectos relacionados com a motivação humana. (CHIAVENATO, 1994).

A motivação humana está relacionada com as necessidades humanas que o indivíduo tem. Assim, a motivação funciona de forma cíclica (ciclo motivacional) onde as fases se alternam e se repetem.

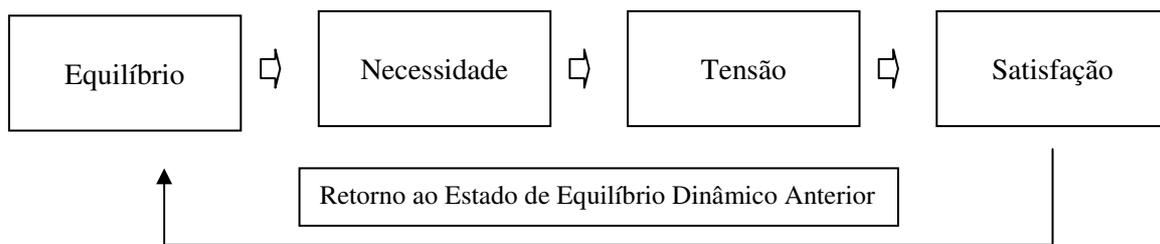


Figura - 1 ciclo motivacional. Fonte (Chiavenato, 1994, pag.171)

Segundo Chiavenato (1994), a figura acima retrata um ciclo motivacional resolvido pela satisfação da necessidade, liberação da tensão contida e retorno ao equilíbrio dinâmico do organismo.

Este ciclo pode ser rápido (quando das necessidades Fisiológicas) e longo (quando das necessidades mais sofisticadas, como a de auto-realização).

De qualquer forma é a satisfação de uma necessidade que irá motivar os colaboradores. Portanto, para se medir o grau de motivação de colaboradores, se faz necessário observar como está a satisfação das necessidades dos mesmos.

2. Planejamento das companhias de incentivos

Obedecendo a uma seqüência de Planejamento, a empresa deve desenvolver seu Planejamento Estratégico, definindo quais objetivos pretende alcançar, em seguida, os

planos de ação (metas) para complementação.

Para que o previsto no Planejamento Estratégico seja desenvolvido, se faz necessário desenvolver os Planos táticos, também chamados de funcionais. Dentro desses Planos Táticos está o Plano de Marketing e este por sua vez é composto de Planos de Ação, dirigido para cada situação ou necessidade.

Entre esses Planos de Ação tem-se Plano de Comunicação com suas subdivisões ou ferramentas que são: propaganda, publicidade, promoção de vendas (de persuasão para público interno, que são as campanhas de incentivos e público externo, que são consumidores; e institucional) e Merchandising. Para cada um desses é feito um Plano com objetivos definidos e as formas de atingi-los, amarrados ao Plano Tático e ao Plano Estratégico, podendo sofrer variações conforme o produto, o público, o mercado etc.

Uma vez definidas as estratégias de comunicação, serão desenvolvidos os respectivos planos, seja de propaganda, publicidade, promoção ou de merchandising.

a) As Campanhas Promocionais

Obedecendo a hierarquia de Planejamento Empresarial, as campanhas promocionais são desenvolvidas conforme um Plano de Ação que compõe o Plano Tático de Marketing e este o Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano de Ação deve ser elaborado considerando três premissas básicas: a motivação dos *clientes internos (colaboradores)*, os objetivos empresariais e ainda os clientes. Essas premissas levarão a uma estrutura de Campanha de Incentivo que considerará os níveis hierárquicos da empresa, obtendo assim metas e premiações diferenciadas aos níveis: operacionais, táticos e estratégicos da empresa, por se tratar de indivíduos com habilidades (conceituais, humanas e técnicas) diferentes nestes níveis.

Esta subdivisão da Campanha de Incentivo permitirá um envolvimento maior do colaborador possibilitando, assim, que a mesma instigue a participação e envolvimento deste na Campanha de Incentivo e, conseqüentemente, no processo de Gestão Empresarial.

A nível gerencial a Campanha de Incentivo é uma ferramenta que contribui para o alcance de objetivos estratégicos com foco no cliente, pois somente após a definição dos objetivos empresariais é que se torna possível elaborar uma Campanha de Incentivos e implementá-la com sucesso.

Conclusão

De uma forma geral, a administração empresarial concentra seus esforços na obtenção de soluções criativas para os problemas vigentes, procurando manter a qualidade em suas diversas atividades, para garantir melhores resultados.

O marketing de Incentivos, que utiliza programas e serviços de motivação, é uma ferramenta valiosa, porque traz soluções criativas para o atingimento de metas e objetivos traçados, podendo englobar os três níveis organizacionais.

O mundo do marketing, no qual o incentivo está inserido, foi criado e é fundamentado nos princípios dos negócios. Esse mundo engloba vários aspectos que incluem, entre outros, o virtual e a emoção, mas o mais importante é que seu sucesso está baseado em pessoas reais e em suas escolhas.

O sucesso do Marketing de Incentivos depende, consideravelmente, do conhecimento do grau de motivação de seus participantes, do planejamento da campanha e sua implementação. Isso porque cada empresa tem suas particularidades, seus objetivos próprios e assim as campanhas de incentivos devem ser condizentes com esses fatores para gerar resultados; caso contrário, as campanhas não irão envolver e motivar as pessoas, não serão um incentivo.

O Marketing de Incentivos é um negócio que gera bons resultados, pois a partir de um planejamento consistente, de estratégias inteligentes e premiações diferenciadas, as campanhas de incentivos permitem a elaboração de soluções abrangentes para motivar e

reconhecer desempenhos, conquistando metas e objetivos empresariais.

Aliando soluções criativas de motivação e reconhecimento com premiações adequadas, os programas de incentivos contribuem para o aumento da produtividade e qualidade das empresas, estimulando a melhoria do desempenho das equipes envolvidas.

Os resultados, ao final do programa de incentivo, são facilmente

mensuráveis, e como as premiações são definidas conforme o perfil dos participantes, havendo ainda a preocupação de diversificá-las, pode-se afirmar que estas obedecem ao conceito de autopagável, considerando o custo benefício que estas trazem, pois os prêmios *somente serão entregues após a obtenção dos resultados almejados pela empresa*, anteriormente definidos nos objetivos das campanhas.

Referências bibliográficas

BARÇANTE, Luiz César. **Ouvindo a voz do cliente interno** (Guilherme Caldas de Castro). Rio de Janeiro: Qualitymark Ed.,1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. Ed. Compacta, 3.ed São Paulo: Atlas, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando Pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Marrom Books, 1994,1992. 3ª edição.

COSTA, Antônio Roque. **Marketing Promocional: descobrindo os segredos do mercado**, Edison de Gomes Talarico; prefácio de Gilmar Pinto Caldeira. São Paulo: Atlas, 1996.

DAVIS, Keith. **Comportamento humano no trabalho; uma abordagem psicológica**. São Paulo: Pioneira, 1992.

TORRES, Silvana. **Marketing de Incentivos**. São Paulo: atlas, 2001.

WEISS, Donald H. **Motivação & Resultados: como obter o melhor de sua equipe**. São Paulo: Nobel, 1991.

WESTWOOD, John. **O Plano de marketing**. São Paulo: Markron Books. 1996-2ª edição

O LÚDICO NA PRODUÇÃO DE TEXTOS NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Celestina A. Garcia Neves¹⁵, Dayane Aline Garcia da Silva¹⁶, Sandra S. de O. Silva¹⁷ e Deyse Cristina G da S. Santos¹⁸. Gracilene Nunes da Sila¹⁹

Resumo

Para que o indivíduo tenha uma vida digna é preciso que ele saiba exercer plenamente a sua cidadania. Esta politização é construída através do domínio da leitura e escrita, que proporcionarão autonomia e independência, conquistadas através de sua prática e estabelecendo relação entre cidadão e sociedade, tornando-o apto a analisar, criticar e refletir sobre os fatos; expondo suas idéias de forma adequada, dando-lhe suporte para promover as transformações necessárias à sua realidade. Os alunos vivem, intensamente, a produção de textos no seu cotidiano. Contudo, quando vão à escola, não entendem por que um simples ato de comunicação se tornou tão complicado. Em alguns casos, crianças que na escola escrevem textos sem criatividade e com muitos erros gramaticais, ao sair dela, contam fatos do seu dia-a-dia de maneira espontânea e criativa, com riqueza de detalhes, pois, na prática de contar histórias, não há inibição, nem medo de errar. Para que os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental possam desenvolver as habilidades importantes para uma boa expressão, é necessário que o professor trabalhe a partir da realidade dessa criança, usando textos variados. E essa realidade é feita de brincadeiras, jogos, criatividade, magia, ludicidade. Portanto, através do uso do lúdico, o educador conseguirá alcançar o seu objetivo, proporcionando ao educando um efetivo aprendizado e desenvolvendo as habilidades necessárias à produção de textos.

Palavras-chave: Ludicidade, escrita, oralidade, cidadania.

Abstract

So that the individual has a worthy life is necessary that it knows to exert its citizenship fully. This politicalization is constructed through the domain of the reading and writing, that will provide to autonomy and independence, conquered through practical its and establishing relation between citizen and society, becoming it apt to analyze, to criticize and to reflect on the facts; displaying its ideas of adjusted form, giving support to it to promote the necessary transformations to its reality. The pupils live, intensely, the production of texts in its daily one. However, when they go to the school, they do not understand why a simple act of communication if became so complicated. In some cases, children whom in the school they write texts without creativity and with many grammatical errors, when leaving it, day-by-day count facts of its in spontaneous and creative way, with wealth of details, therefore, in the practical one to count histories, she does not have inhibition, nor fear to make a mistake. So that the pupils of the initial series of Basic Education can develop the important abilities for a good expression, he is necessary that the teacher works from the reality of this child, using varied texts. E this reality is made of tricks,

¹⁵ Professora nível médio, acadêmica do 7º período de Pedagogia, UNICENTRO.

¹⁶ Técnica em contabilidade, acadêmica do 7º período de Pedagogia, UNICENTRO. dayane.aline@bol.com.br

¹⁷ Professora nível médio, acadêmica do 7º período de Pedagogia, UNICENTRO.

¹⁸ Professora nível médio, acadêmica do 7º período de Pedagogia, UNICENTRO.

¹⁹ Licenciada, bacharelada e pós-graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Rondônia; Professora e Coordenadora do Curso de Letras da UNICENTRO. gracilene@unicentroro.edu.br

games, creativity, magic, playfully. Therefore, through the use of the playful one, the educator will obtain to reach its objective, providing to educating an effective learning and developing the necessary abilities to the production of texts.

Key words: Playfully, writing, orality, citizenship.

Introdução

A aplicação do lúdico no desenvolvimento da aprendizagem do educando é essencial. Ao brincar a criança internaliza conhecimento que usará, posteriormente na vida adulta.

O lúdico é inerente à aprendizagem do educando - que pode e deve brincar na escola para desenvolvimento psicomotor e contextualização da sua aprendizagem. Este recurso associado à escrita, enquanto ato de registrar suas vivências, efetiva a aprendizagem.

A escrita na sociedade atual tem o papel de passaporte para uma melhoria da qualidade de vida e de porta de acesso à elevação do nível cultural do indivíduo, devendo ser amplamente trabalhada, proporcionando maior compreensão do seu funcionamento e sua aplicação no mundo letrado, favorecendo a ascensão do educando na escola, aprimorando seu intelecto e, conseqüentemente dando-lhe subsídios para sua vivência em sociedade.

1. Lúdico e Produção de textos: Auxílio para o desenvolvimento do educando

Nas décadas de 60 e 70 os alunos eram tratados como incapazes (deficientes), portanto, apresentavam dificuldades de aprendizagem. Fez-se necessário criar um tipo de educação que compensasse essa “deficiência”, surgindo então, a educação compensatória.

Posteriormente, com o fracasso da educação compensatória, a visão mudou. Ao invés da culpa pela “má formação” dos alunos ser atribuída a deficiência dos próprios educandos, passou a ser atribuída ao professor que não tinha formação, informação e atualização para atuar em sala. Para resolver esse outro “problema” foi adotado o livro didático que passou a ser um método indiscutível para a “aprendizagem dos alunos”.

O professor passou a ser o detentor do saber na escola, tendo como único instrumento de ensino o livro didático. Esse fato gerou uma limitação na oferta de informações aos educandos. Assim, a educação caiu em descrédito diante da sociedade e dos próprios alunos, aumentando o índice de evasão escolar, problema este que era camuflado pelo nível social e poder aquisitivo.

Os alunos da classe baixa evadiam-se e os da classe alta transferiam-se para outras escolas ou eram colocados em aulas particulares de reforço, paralelas às aulas da escola.

Numa surda situação de simulacro – em que os professores desconfiam das crianças e dos pais; os pais não confiam nos próprios filhos nem nos professores; as crianças aprendem a não confiar em si mesmas nem nos adultos -, as relações interpessoais vão sendo camufladas, interrompidas e ninguém parece questionar as condições ou duvidar dos métodos: a escola se mantém enquanto as crianças evadem. (SMOLKA, 2000, p. 16)

A falta de confiabilidade da educação, no âmbito escolar, influencia diretamente na aplicação dos conteúdos

em sala. Em se tratando da escrita, é possível observar que a qualidade dos textos está ligada à visão que os alunos têm da escola e dos professores, e à visão que esses alunos acham que a escola tem deles.

Pode-se comprovar esse fato através da alfabetização que é a inserção do aluno no mundo letrado. Ela é considerada uma tarefa difícil que requer muito empenho tanto por parte do professor quanto do aluno; por isso, ao ingressar na escola, as crianças são tratadas com rigidez e vêem-se obrigadas a seguirem um método. São tolhidas do prazer das brincadeiras, das conversas com os amigos, da liberdade da qual até então eram possuidoras.

Na época do ingresso na escola, as crianças vivem geralmente sob rígidas e austeras condições de ensino onde as atividades são as menos variadas possíveis, porque tudo o mais é interrompido e suspenso em prol do ensino da leitura e da escrita. As atenções se concentram na escrita como uma complicada habilidade motora a ser desenvolvida, e as preocupações se encontram voltadas para os pré-requisitos da alfabetização, apoiando-se nas noções de maturidade e na aquisição dos mecanismos de base como coordenação motora, lateralidade e outros. Além disso, em salas desnudas e superpopulosas, a imposição do silêncio, da imobilidade, da esterilidade e da estagnação acaba sendo uma opção a que o professor recorre para poder sobreviver, contidamente, disciplinadamente, com quarenta crianças, onde parece não haver as mínimas condições de espaço, de tempo e de ampliação de conhecimentos. (Idem, p. 17)

Na escola, a inserção do educando na linguagem escrita é encarada com severidade e não com seriedade. Isso faz com que alfabetizadores transformem seus alunos em decodificadores de símbolos. Artistas com grande “talento” para desenhar

letras sem significado para eles próprios; muito menos para quem lê seus escritos.

O anfitrião da criança em sua primeira visita ao mundo da escrita é o alfabetizador. Através da alfabetização acontece o contanto inicial da criança com a formação das palavras e organização de suas idéias no papel, sendo indiscutível a importância desse profissional para proporcionar à criança prazer e domínio sobre a leitura e escrita.

Antes de do aluno ter contanto direto com a escrita, o educador deve prepará-lo para essa aprendizagem. Essa preparação deve ser baseada fundamentalmente na ludicidade; através de desenhos e brincadeiras o aluno vai desenvolvendo a linguagem escrita.

Nesse momento, o educador deve incentivar o aluno a perceber que o ato de escrever nada mais é que uma forma de desenhar a fala. Vale lembrar que esses códigos devem ter significado tanto para quem “desenha a palavra” quanto para quem a lê.

Nas décadas de 70 e 80 foram feitos vários estudos e pesquisas sobre o lúdico e como este recurso poderia auxiliar na aquisição de conhecimento. Trabalhos de Emília Ferreiro e de Ana Teberosky, dentre outros, foram de grande importância para a identificação de contradições na forma de alfabetizar. Seus estudos propiciaram maior compreensão sobre a aquisição da linguagem escrita.

Além de Ferreiro e Teberosky, outros estudiosos fizeram, em vários países, estudos e avanços na área da leitura e escrita, contribuindo para uma mudança radical na forma de aquisição da leitura e da escrita, refletindo no processo de alfabetização.

Ana Luiza Bustamante Smolka, desenvolveu estudos sobre a aquisição da linguagem, enfocando a aplicação do lúdico para propiciar essa aquisição. Em sua obra **A criança na fase inicial da escrita** (Cortez, 2000.), afirma:

Para tanto parti do pressuposto que o jogo tem uma função fundamental no desenvolvimento das crianças e, como tal, possui [...] um sentido, no processo de organização das experiências, elaboração de pensamentos, expressão de sentimentos, construção de conhecimentos. (Idem, p. 22)

No processo de envolvimento do educando com a leitura e escrita, o livro didático é apresentado ao aluno como a única fonte de conhecimento e não como uma das formas de se ter acesso a informações sobre o mundo.

Geralmente, o lúdico não é aplicado em aula porque há o conceito de que os alunos nessa faixa etária “brincam muito” e precisam adquirir senso de responsabilidade. O educando não tem contato com o prazer que a escrita pode lhe proporcionar e assim se torna um reproduzidor de idéias e um alvo fácil para a dominação política e social.

A escrita tem função cultural que reflete diretamente nas mudanças da sociedade. Tem também dentre suas funções, a de comunicação e instrução entre/das pessoas, nações e gerações. É um tipo de linguagem que, com o tempo, teve sua função ofuscada pela Cultura em Massa – cultura para as massas a fim de manipular e direcionar uma formação social segundo os interesses ideológicos dominantes. (SMOLKA, 2000)

A questão da banalização e restrição da escrita a uma mera forma de comunicação fez com que seu valor social e cultural se resumisse à transmissão de informações banais e

levianas sobre acontecimentos fúteis da sociedade contemporânea. Seu valor crítico-reflexivo, informativo e político passaram a fazer parte apenas da vida da classe dominante, tornando-se um meio sutil de dominação das massas.

Essa banalização da escrita restringiu as fontes de informações fazendo com que a sociedade ficasse a mercê da ideologização que é feita através de outros meios de comunicação que dão as “respostas prontas”, não incentivam a reflexão e muito menos “o criticar”, fazendo com que o pensamento do cidadão seja direcionando para o que a classe dominante considera mais oportuno.

A leitura e a escrita têm papel social indispensável. São essenciais para a formação da cidadania do educando e o desenvolvimento de ambas deve ser feito através da produção de textos e não da reprodução dos mesmos.

[...] a escola tem ensinado as crianças a escrever, mas não a dizer – e sim, repetir – palavras e frases pela escritura; não convém que elas digam o que pensam, que elas escrevam o que dizem, que elas escrevam como dizem (porque o como o dizem revela as diferenças) [...] (SMOLKA, 2000, p. 112)

Um dos sistemas que mais tem incentivado a reprodução e a dominação é o educacional, pois na escola a produção de textos ainda tem sua função resumida apenas ao ato de escrever um texto de “alguém para ninguém”, para que, através desse escrito o professor possa avaliar a ortografia e a linguagem culta do aluno. Este gênero de produção de texto é chamado de redação escolar e só é aplicado na escola.

[...] redação escolar, um gênero que não existe em nenhum outro lugar além da escola. Trata-se em geral, de um texto sem destinatário, que nunca será lido de fato, a não ser pelo professor, com o

objetivo exclusivo de corrigi-lo. (WEISZ, 2000, p. 74)

Já há a consciência de que se deve mudar esse conceito vazio sobre a produção de textos. Deve-se trabalhar para essa mudança aplicando técnicas e atividades para tornar os alunos mais reflexivos e críticos, incentivando-os a escrever para expor seu ponto de vista e não para agradar o professor ou buscar conceitos (notas) aprovatórios.

É papel do educador deixar claro para o educando que quando ele escreve, está escrevendo para que seu texto seja lido, portanto, deve ter clareza ao redigir, pois estará defendendo e/ou expondo idéias e concepções. É necessário que o aluno compreenda “o poder” da escrita e que através dela terá contanto com o mundo e por sua vez, o mundo terá contanto com suas idéias.

Quando se trata do primeiro segmento do Ensino Fundamental, o lúdico se torna a forma mais viável de trabalhar a produção de textos e inseri-la no cotidiano dos alunos, propiciando-lhes a compreensão da sua importância para a sua vida.

Para que o aluno aprenda é necessário unir conteúdo escolar à realidade na qual ele está inserido. “Para Vygotsky, A aprendizagem e o Desenvolvimento estão estritamente relacionados, sendo que as crianças se inter-relacionam com meio objetual e social, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção”. (apud WEISZ, 2000, p. 17)

Se o conhecimento se dá através da interação social do educando, da inserção do objeto de conhecimento na realidade do aluno, percebe-se, então, que o ato da escrita no primeiro segmento do Ensino Fundamental deve ser trabalhado sempre aliado ao lúdico, pois a realidade e a vivência social da criança ocorrem basicamente na

brincadeira, seu cotidiano é repleto de ludicidade e a escola não pode mais negligenciar esse fato.

Quando a criança brinca reproduz idéias e conceitos sobre o mundo adulto. Já está se preparando para colocar essas ações em prática posteriormente.

[...] podemos citar os meninos que se reúnem para jogar futebol. As regras são fixadas por eles próprios e devem ser acatadas por todos. No jogo, aprenderão que a norma não é um constrangimento, mas a condição de cooperação, bem como que as regras são convenções conjunturais nascidas das necessidades das relações mútuas. (ROSA e NISIO, 1998, p. 24)

Para que a criança possa através da escola aprender a cidadania e a vida em sociedade, e, para que o educando possa ter desenvolvido o seu aprendizado em relação à produção de textos, é necessário que ele seja incentivado a escrever, saiba *por que, pra que e para quem* está escrevendo, e principalmente, esteja em contanto com atividades e ações que façam parte da sua realidade - a ludicidade -, compreendendo assim, a necessidade e importância da escrita para uma concretização da sua vida social e cidadã, tornando-o um agente transformador de sua própria história.

Conclusão

A fragmentação entre escola, o que se aprende nela e vida real, reflete na produção de textos de forma prejudicial, fazendo com que a escrita se transforme em mais uma forma de avaliação que não contribui para o aprendizado do educando e ainda possibilita a alienação e manipulação de seus pensamentos.

É notório que as escolas não estão formando escritores e sim

decodificadores e desenhistas de símbolos, negligenciando o seu principal papel: formar cidadãos preparados para viver em sociedade.

Através da utilização de atividades lúdicas na produção de textos, os educadores do primeiro segmento do Ensino Fundamental levarão para dentro da sala de aula o cotidiano do aluno,

ajudando-o a compreender *como, por que e para quem escreve*, propiciando a compreensão acerca da importância da escrita e possibilitando sua aplicação no contexto escolar e em sociedade, evitando, assim, o formalismo do currículo e possibilitando a internalização de habilidades imprescindíveis para que possa desenvolver raciocínios e comunicá-los de maneira escrita e oral.

Referências bibliográficas

- BIANCHETTI, Lucídio (org.). **Trama & texto**. São Paulo: Plexus, 1997, Volume II.
- CHIAPPINI, Ligia. **Aprender e ensinar com textos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DINORAH, Maria. **O livro infantil e a formação do leitor**. Petrópolis, 1996.
- FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre, 1996.
- FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- JÚNIOR, Cícero Silva (coord.). **Educação de Jovens e Adultos**. Salto para o Futuro, Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil**. São Paulo: Papirus, 2000.
- PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. 17.ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSA, Adriana P. NISIO, Josiane de. **Atividades Lúdicas: Sua importância na alfabetização**. Curitiba: Juruá, 1998.
- SANTOS, Marli Pires dos (org.). **O lúdico na formação do educador**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SILVA, Ezequiel Theodoro. **O ato de ler: Fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**. 9.ed. Campinas: Cortez, 2000.
- S.O.S. sala de aula. **Caligrafia com criatividade: qual a importância dos exercícios de caligrafia? Eles são coisas do passado?**. Nova Escola. São Paulo, ano 18, p. 16, novembro, 2003.
- TRINDADE, Maria de Nazaré. **Literacia: teoria e Prática: Orientações metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ZACCUR, Edwiges (org.). **A magia da linguagem**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À ANDRAGOGIA

Weverson Munir Almeida de Souza²⁰

Resumo

Este artigo tem por finalidade conceituar a utilização de novas tecnologias, enfocando, principalmente, a sua utilização em sala de aula, bem como as dificuldades encontradas. Será enfatizada a prática do ensino voltada para adultos, o que caracteriza a andragogia, a qual deve ser aplicada de forma diferenciada à pedagogia tradicional, uma vez que as idéias e experiências já vividas pelos adultos ao longo da vida têm nesses, uma visão mais crítica e objetiva acerca de seus propósitos.

Palavras chave: dificuldades, ensino, andragogia e experiências.

Abstract

This article has for purpose to appraise the use of new technologies, focusing, mainly, its use in classroom, as well as the joined difficulties. The practical one of the education directed toward adults will be emphasized, what it characterizes the adult education, which must be applied of form differentiated to the traditional pedagogy, a time that the ideas and experiences already lived by the adults to the long one of the life have in these, a more critical and objective vision concerning its intentions.

Words key: Difficulties, education, adult education and experiences

Introdução

A prática de educação de adultos é fato tão antiga quanto a história da raça humana, ainda que só recentemente ela tem sido objeto de pesquisa científica.

A herança cristã, por exemplo, com cerca de dois mil anos, apresenta no Livro Sagrado (Bíblia), fartos exemplos de relacionamento educacional adulto

através dos patriarcas, sacerdotes e o próprio Jesus Cristo que foi, por excelência, e é considerado o maior educador de adultos de todos os tempos, pois conseguia reunir pessoas de diferentes classes sociais e transmitir seus conhecimentos de forma que seus discípulos eram obrigados a raciocinar para entenderem o significado da mensagem que ele estava tentando

²⁰ Professor Especialista em Administração e Planejamento para Docentes, do curso de graduação em Pedagogia da faculdade UNICENTRO – Jaru – Rondônia. wmunir@unicentro.edu.br

passar, ocasionando assim um processo de aprendizagem natural.

Outros transmissores de conhecimento na antiguidade, como Confúcio e Lao Tse na China; Aristóteles, Sócrates e Platão na Grécia antiga; Cícero, Evelid e Quintillian na antiga Roma, foram também exclusivos educadores de adultos.

A percepção desses grandes pensadores quanto à aprendizagem, era de que ela é um processo de ativa indagação e não de passiva recepção de conteúdos transmitidos. Por isso suas técnicas educacionais desafiavam o aprendiz para a indagação.

A educação de adultos sempre esteve e sempre estará presente, e a esta prática, dá-se o nome de andragogia, a qual tende a ser um tanto quanto diferente da educação voltada para crianças, denominada pedagogia, uma vez que os mesmos já possuem experiência de vida própria, idéias e conceitos formados.

Outro fator que existe na andragogia é o fato da dificuldade encontrada pelos alunos em conciliar demais tarefas, tais como trabalho, família, etc.; com a indisponibilidade de tempo para estudar ou comparecer a um estabelecimento de ensino, tornando o processo de aprendizagem dificultoso.

Atualmente, observa-se uma tendência cada vez maior de novas tecnologias no mercado. Tecnologias estas que estão cada vez mais avançadas, acessíveis, e principalmente, estão sendo utilizadas como ferramentas de apoio no processo ensino-aprendizagem, pois possuem um alto potencial a ser utilizado como ferramentas de apoio à andragogia.

Apesar de todos os esforços por parte das instituições de ensino para atender a uma grande faixa de adultos, a presença das novas tecnologias, principalmente do computador, requer dessas instituições de ensino e do professor novas posturas frente ao processo de ensino e de aprendizagem, tornando ambas as partes competentes o suficiente para lidar com esses novos métodos de ensino e/ou aprendizagem.

Assim sendo, este é o propósito deste trabalho, que tende a abordar alguns conceitos a respeito da andragogia, tais como características, vantagens e dificuldades encontradas pelos docentes e discentes nesta prática de ensino, bem como demonstrar como as tecnologias existentes hoje no mercado podem contribuir de forma bastante eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

1. Histórico da Andragogia

Segundo Ari Batista, andragogia é uma prática educacional que já era realizada desde a Antiguidade, muito mesmo antes da existência de escolas ou de centros educacionais modernos, onde o homem sempre procurou expandir seus conhecimentos e levá-los a outras pessoas.

Apesar de ser uma prática um tanto quanto remota, apenas nos últimos anos a Andragogia começou a ganhar uma importância maior, uma vez que embasados na idéia de ter ou manter um lugar no mercado, os adultos passaram a se dedicar cada vez mais aos estudos, buscando aprimorar ou adquirir conhecimentos.

Lindermam faz a seguinte afirmação com relação às experiências vividas por adultos ao longo de sua vida:

A fonte de maior valor na educação de adulto é a experiência do aprendiz. Se educação é vida, vida é educação. Aprendizagem consiste na substituição da experiência e conhecimento da pessoa. A psicologia nos ensina que, ainda que aprendemos o que fazemos, a genuína educação manterá o fazer e o pensar juntos.... A experiência é o livro vivo do aprendiz adulto. (LINDERMAN, 1926, p. 9-10)

Embora a origem da andragogia seja mencionada, principalmente na antiguidade, sua principal origem advém da pedagogia, que tem por significado a prática educacional voltada para a criança. (A etimologia da palavra é grega: "paído", que significa *criança*, e "agogus" que significa *educar*).

Analisando as pesquisas feitas por Kelvin Miller, temos que, estudantes adultos retém apenas 10% do que ouvem, após 72 horas. Entretanto serão capazes de lembrar de 85% do que ouvem, vêem e fazem após o mesmo prazo.

Ele observou ainda que as informações mais lembradas são aquelas recebidas nos primeiros 15 minutos de uma aula ou palestra.

A formação já não é mais pensada como algo que se adquire apenas na fase escolar, ou acadêmica. Inclusive pensa-se também em adolescentes e jovens como públicos que merecem ser tratados em suas particularidades, diferentemente do infantil. (CAVALCANTI, 1999)

2. Dificuldades no ensino para adultos

Para trabalhar com o ensino de adultos, os educadores acostumados a trabalhar com jovens ou crianças devem ter em mente uma concepção diferente sobre o que e como ensinar ou transmitir conhecimentos, uma vez que os adultos são pessoas altamente críticas acerca do

que lhes é ensinado ou da mensagem que se deseja passar para os mesmos, talvez por terem uma gama variada de experiências de vida, conceitos já firmados, talvez pela indagação de como e quando irão utilizar no dia-a-dia o que estão aprendendo ou o que o professor está tentando ensinar-lhes.

Enfim, muito diferente de uma criança, os adultos são questionadores em potencial, sendo portanto necessário analisar criteriosamente esses fatos existentes de modo que seja possível sanar as dificuldades e obter o aproveitamento desejado dos alunos.

Como a maioria dos adultos trabalham, cerca de 8, 10, 12 ou até mais horas por dia, existe o fato da impossibilidade de conciliação do estudo ao trabalho, uma vez que, pela questão de ficarem o dia inteiro lidando com obrigações corriqueiras do trabalho, conversando, indo de um lado para o outro, muitos vão para a sala de aula estressados ou fadigados, dificultando muito o progresso do aprendizado.

Assim sendo, em muitos casos ocorre a não compreensão por parte do professor em relação ao cansaço do aluno em sala de aula durante a aprendizagem, criando algumas vezes até atritos interpessoais, pois de acordo com os preceitos do professor tradicional, o aluno que estiver presente em sala de aula, obrigatoriamente deverá estar disposto a aprender tudo o que lhe for passado ou ensinado pelo professor, não importando seu estado físico, psicológico ou emocional atual.

Além desses fatos, existe ainda um outro, o que a maioria das vezes aliado ao fator apresentado no parágrafo anterior, e o que mais dificulta o processo de aprendizagem de um adulto: a questão familiar.

Torna-se muito difícil para uma pessoa, com família, esposa e filhos, ausentar-se do lar para ir a uma instituição de ensino e lá permanecer por cerca de 4 a 5 horas. Isto porque sobra muito pouco tempo para ser vivenciado com a família, uma vez que durante o dia o adulto é obrigado a trabalhar e o único tempo que tem para ficar com a família é o período noturno, e nesse momento, ainda deve ir à sala de aula.

Além disso, como o estudo em instituições de ensino buscam extrair o máximo do aluno, este vê-se obrigado a comprometer também o final de semana com estudos, trabalhos e até mesmo reforços, agravando ainda mais (em alguns casos) o relacionamento familiar.

3. Corpo docente

O objetivo principal de todo professor é promover a aprendizagem no aluno. Contudo, para atingir este objetivo não basta o professor dar uma boa aula, trabalhar bem os conteúdos; ele deve ter bem claras as concepções teóricas que fundamentam a sua prática, de modo que os alunos possam compreender o assunto que está sendo transmitido pelo professor. Grigoli, com referência à prática dos professores faz o seguinte enunciado:

O professor, via de regra, vai intuitivamente e empiricamente construindo a sua própria didática calcada nos modelos que conheceu como aluno e no bom senso que ajuda a filtrar os procedimentos que 'funcionam'. Desse processo resulta, com o passar do tempo, um 'jeito' de organizar e conduzir o ensino que, geralmente não chega a ser tomado com reflexão nem pelo professor individualmente e, menos ainda, pelo conjunto de professores que lecionam um dado curso. (GRIGOLI, 1990).

4. Novas Tecnologias no auxílio à andragogia

O ambiente sócio-cultural de um indivíduo, neste início de século, está fundamentado em novas maneiras de pensar e de conviver individualmente e socialmente, a partir das tecnologias interativas, surgidas com o avanço das telecomunicações e, principalmente, da informática.

Com tudo isso, surgem novas formas de ensinar e aprender, tendo o computador como um dos principais recursos, que representa a possibilidade de dinamização das práticas educacionais, através de ambientes de ensino-aprendizagem com esquemas poderosos, onde a cooperação virtual vem apoiar o processo de desenvolvimento cognitivo e social dos educandos, com vistas à construção coletiva de conhecimentos pelo tratamento de informações que são compartilhadas, processadas e distribuídas em tempo real ou não, ficando à critério de ambas as partes.

O núcleo fundamental que sustenta o processo de educação é a inclusão do homem que se educa, porque tem consciência que é um ser inacabado que se encontra numa busca constante de ser mais. (FREIRE, 1985).

Isto vem de encontro às práticas educacionais normalmente adotadas hoje em sala de aula convencional, onde os recursos utilizados ainda são o giz, quadro-negro e retro-projetor, e o professor continua sendo aquele que transmite conhecimentos aos alunos de forma tradicional.

Já nos anos 60, Marshall Mc Luhan afirmou que as novas tecnologias são sempre utilizadas para fazer trabalhos velhos, até que alguma atitude redirecione essa situação. Podemos dizer que essa vem sendo a atual experiência

com a utilização dos computadores. (Marshall, 1960).

Na escola, essa revolução tecnológica requer do professor uma nova forma de interagir: conteúdo, sala de aula, aluno, professor. Houve uma inversão de valores, onde o professor deixou de ser o ponto fundamental da aprendizagem do aluno para ser um referencial facilitador na construção do aprendizado.

Esta nova forma de educar, faz com que o professor re-avalie toda a sua atuação desde a preparação das aulas até a conclusão de cada conceito trabalhado.

Acompanhar as mudanças ou fazer retórica a respeito de modernidade não é suficiente, pois a evolução acontece, até mesmo independentemente da vontade individual, mas como parte de um processo de desenvolvimento em que todos estão envolvidos, e as novas gerações são incluídas nesse processo no estágio onde se encontra, não necessitando retomar ou reviver os estágios já percorridos pelas gerações anteriores. Partindo desse princípio, considerando as transformações do mundo, do conhecimento, das questões sociais, evolução tecnológica e o aprendizado necessário para o século XXI, preocupa-nos as instituições de ensino e os profissionais de educação.

5. Ensino e aprendizagem - bases teóricas

A concepção de ambientes de aprendizagem por computador requer a necessidade de considerar o vasto conjunto de princípios e concepções que abordam os processos de aprendizagem. Sabe-se hoje, que a aprendizagem processa-se por meio de relações entre

os conhecimentos já adquiridos e os novos.

A utilização de novas tecnologias, sem mudança de paradigmas das concepções de ensino e de aprendizagem, poderá não ser tão significativa quanto se espera, por exemplo, a participação dos alunos tem maior probabilidade de sucesso nas salas de aula que enfatizam o uso de programas que permitem a experimentação e exploração, aplicação de hipermídia e softwares de autoria; e menor com o uso de software de exercícios de repetição e prática, podendo levar ao tédio e frustração por parte dos alunos.

A tecnologia dá uma dimensão adicional na criação de mundos artificiais e, com isso, o ser humano se depara com situações onde acontecem coisas não programadas, mas que precisam ser lidadas, desenvolvendo-se a habilidade de trabalhar com o inesperado. Contudo, a construção do conhecimento pelo aprendiz não é um processo simples e imediato, mas complexo e de longo prazo, não se devendo confundir aprender com ser ensinado.

Pensando em formar pessoas para a vida em sociedade, surgem os estudos sobre construção de competências, com o objetivo de levar em conta um problema antigo, que é o de transferir conhecimento, passar conteúdos disciplinares, geralmente justificados pelas exigências de escolaridade, mercado de trabalho ou seleções pelas quais os alunos poderão submeter-se.

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, sejam eles saberes ou informações, para resolver situações que lhe sejam solicitadas. Essas competências são de escolha da sociedade, baseada em um conhecimento amplo e atualizado das práticas sociais. (PERRENOUD, 1999).

Para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar com problematizações e projetos, propor tarefas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos. Isso pressupõe uma pedagogia ativa, cooperativa e professores percebendo-se como organizadores de situações didáticas, envolvendo os alunos para gerar aprendizagens.

Além de preparo técnico, o professor deve ser capaz de identificar e de valorizar suas próprias competências, sejam elas de cunho profissional ou social. Isso exige um trabalho sobre sua própria relação com o saber, em que seu principal recurso é a mudança de postura com ações voltadas à reflexão, observação, inovação e aprendizado.

Porém, ao serem tratados todos os aprendizes, como iguais em direitos e deveres e, praticada a indiferença para com as diferenças, permite-se que os favorecidos aprendam mais rápido do que os outros, acentuando as desigualdades de aprendizagem.

Diferenciar o ensino é fazer com que cada aprendiz vivencie, tão freqüentemente quanto possível, situações fecundas de aprendizagem. (PERRENOUD,2000).

O resgate das relações estéticas das diversas formas de linguagem, que são um dos sistemas expressivos da emoção humana, é uma das formas para o professor mudar seu jeito de ensinar. Lima faz a seguinte afirmação:

O professor não pode perder a dimensão de que a escola é o lugar da ampliação da experiência humana, onde se constrói conhecimentos com o uso de diversas linguagens e imaginação. (LIMA,1997).

6. Educação na era da Internet

Com a chegada da Internet surgem novas possibilidades, desafios e incertezas. Não é possível, contudo, esperar das redes eletrônicas a solução para modificar profundamente a relação educacional.

Com a Internet, o professor pode ampliar a forma de preparar a aula, pois lhe permite o acesso às mais recentes informações e materiais (imagens, sons, programas), lembrando que o papel do professor não é somente coletar informações, mas trabalhá-las, buscando melhores resultados em aula, tornando-as espaço de interação, de troca, discussão entre alunos e professores, pois com a ajuda da internet, os professores podem buscar exemplos para a explicação de determinados assuntos para os alunos, e principalmente, notícias em tempo quase real, para transmitir aos jovens e principalmente aos adultos, uma vez que estes, por se tratarem de pessoas mais maduras, gostam de estar sempre bem informados sobre todos os assuntos, não só de caráter regional ou nacional, mas também internacional.

Segundo Heide, o uso do modelo de aula expositiva, resposta oral e trabalho individual tende a diminuir, propondo-se maior ênfase ao trabalho colaborativo, pois além de estimular os adultos a trabalharem de uma forma colaborada, em equipe, ajudará os mesmos, a desenvolverem ou aprimorarem o espírito colaborativo, o qual é muito requisitado e pouco utilizado em pequenas, médias e grandes empresas.

A exploração de alunos adultos nos computadores (hardware, software ou Internet) pode ser conflitante com o plano de aula: totalmente envolvidos na pesquisa, exploração, resolução de problemas, podem recusar-se a interromper o que estão fazendo,

comprometendo os planos do professor e este, por sua vez pode ter reações diferentes: considerar como problema significativo ou como oportunidade para aprendizagem, reorganizando o cronograma e combinando com os alunos a forma mais adequada de encaminhar essas situações.

Professores mais dedicados, atentos às novidades, com desejo de atualização constante de seus conhecimentos, que buscam novas maneiras e técnicas para o repasse de conhecimento, terão maior facilidade na utilização de tecnologias com objetivos, principalmente educacionais, já aqueles que se limitam com aulas preparadas sempre da mesma forma, talvez saiam à procura de roteiros de aula para serem aplicadas, conforme o conteúdo curricular que esteja trabalhando.

O processo de ensino e aprendizagem nos dias atuais, exige menos conteúdos e tempos fixos e mais processos de pesquisa e comunicação, porém um cuidado a ser tomado é com a extensão das oportunidades de informação e comunicação e as diversas fontes de acesso, sem perder de vista os objetivos estabelecidos e o aprofundamento na compreensão de conceitos, para não correr riscos de ficar apenas na superficialidade.

Da mesma forma, a tecnologia é, além de um signo que cresce rapidamente e nos envolve nos seus longos tentáculos pegajosos e firmes, a tecnologia faz parte de nossa vida diária ontem, hoje e a manhã, queira-se ou não, assim como move os processos, procedimentos e modo de ser de uma organização seja ela qual for.

O Brasil caminha rapidamente para a realidade cultural-tecnológica-global: do ponto de vista de treinamento, foco da pesquisa, haverá um modelo misto de ensino presencial e EAD (Educação à

Distância), respeitando a cultura latina local, promovendo a integração da cadeia de valores; aumentando produtividade, diminuindo *turn over* das empresas e criando o comprometimento voltado para resultados; tudo isso através de um entendimento amplo da bases filosóficas que compõem mudanças culturais e o impacto que a tecnologia tem na empresa e em cada negócio em si. Negligenciar as tendências mundiais, ou pacificar a realidade, ou ainda, subestimar a capacidade do ser humano de absorver e ser o agente transformador dessa nova carga genética seria uma decisão inadequada para a saúde e sobrevivência empresarial nos dias de hoje. (Heide, 2000)

6.1- Andragogia Virtual

Numa época quando se vem experimentando novas formas de interação entre os homens, sociedades e culturas; quando se é possível manter contatos em tempo real, a milhares de quilômetros de distância; quando dados e informações parecem, aos olhos dos contemporâneos, circular em quantidade e velocidade crescente, como moeda forte que circula por todo o planeta; etc se imaginam novas possibilidades de realizar práticas, ações e movimentos cotidianos com maior flexibilidade, em vários aspectos, apoiados, como via de regra, na tecnologia.

Talvez as novas tecnologias eletrônicas e digitais estejam servindo para tornar mais visível a teia que forma sociedades. Como representação da forma como o homem entende seu mundo, computadores, suas redes e ambientes virtuais representam formas como indivíduos e coletividades interagem, como se deslocam pelo espaço, seus valores, sua cultura, já existentes muito antes dos zeros e uns dos digitais.

A inovação que estes artefatos trazem é a oportunidade de flexibilizar

certas relações sociais. Negócios, comércio, transações financeiras, consultas médicas, jogos eletrônicos, etc. podem se dar entre pontos geográficos diferentes, de forma síncrona (ou assíncrona), com baixo custo monetário, unindo ou formando grupos de pessoas, muitas vezes possíveis somente por haver tais tecnologias para tanto.

Acredita-se que diante destas novas possibilidades, a Educação também se transforma, também se flexibiliza. Hoje em dia, é impossível não se ouvir com frequência a frase "Educação a Distância", por exemplo, a qual pode ser dividida em duas épocas: antes e depois do surgimento da Internet.

A Internet, computadores, novos softwares, mesmo que sejam ainda para poucos e havendo muito que sofisticar (em termos ergonômicos, em capacidade de transmissão e em preços acessíveis) vêm criando novas oportunidades em todos os tipos de setores, mas principalmente em termos educacionais.

Adiciona-se a este contexto novos atores e valores à Educação. Nas últimas décadas a valorização da Educação Continuada, a busca por profissionais especializados e atualizados, a preocupação com o treinamento de funcionários dentro das empresas, etc tornam os adultos um grande e específico público a se atender. Portanto, logicamente, mudam-se os padrões, os formatos, as metodologias e papéis são relativizados.

6.2- Aprendizagem *on-line*

A aprendizagem é um processo interno inerente a cada indivíduo. Para criar ambientes propícios que facilitem a aprendizagem em indivíduos adultos é fundamental conhecer suas peculiaridades, cognitivas e culturais.

Interesses econômicos, sociais, corporativos formam novas demandas baseadas nas necessidades e nas novas possibilidades tecnológicas conhecidas. Cada vez mais se procura e se precisa de flexibilidade de tempo, de distância, de custos, etc. desde um programa de treinamento corporativo até um programa público de formação de professores de ensino básico.

Todas estas novas necessidades acabaram criando novos conceitos e realidades. Além de, hoje, existir uma maior consciência das especificidades na forma como os adultos aprendem, o que desencadeou no surgimento da andragogia, também é possível contar com novos espaços para a construção de ambientes para o aprendizado. Espaços estes não necessariamente físicos, materiais, que ocupem lugar no espaço, mas, ao contrário, virtuais.

Com o advento dos computadores e de suas redes, que podem ligar pessoas dentro de uma empresa ou pelo mundo novas possibilidades de ambientes mais flexíveis (em tempo, lugar e em formação de coletividades) se tornaram viáveis.

Os atributos-chaves de experiências educacionais *on-line* são a independência do tempo e espaço e, também a possibilidade de interações de "muitos para muitos", ou seja, é possível contar com uma maior equivalência, uma horizontalidade que dá oportunidade igualitária de participação entre os envolvidos. A aprendizagem colaborativa *on-line*, escreve a autora, pressupõe posturas de aprendizagem ativa. (HARASIN, 1989)

Vindo de encontro ao que diz Harasin, Souza enumera componentes-chaves do aprendizado em ambientes virtuais:

- a) socialização e colaboração,

- b) meio e contexto e
- c) construção e significado.

Segundo este autor, a aprendizagem colaborativa é uma atividade na qual os participantes constroem cooperativamente um modelo explícito de conhecimento", contando com a possibilidade dos participantes exporem suas suposições e conhecimentos aos demais. Em contextos de ambientes virtuais *on-line*, onde o tempo é maleável é possível um melhor preparo e maior reflexão sobre aquilo que se expõe, é possível redigir um mesmo texto várias vezes antes de colocá-lo aos demais.

Souza coloca que o mais importante na aprendizagem é o que o indivíduo já sabe, pois com base no que conhece é que ele significa o novo e constrói seus novos conhecimentos. (Souza, 2001, pp. 16)

Quando é dado início a construção de um ambiente virtual de aprendizagem, deve-se levar em consideração que conhecimentos são bens coletivos e, portanto, são obtidos nas relações sociais através da formação de comunidades.

6.3- Ambientes virtuais de aprendizagem *on-line*

Ambientes Virtuais são aqueles que estão "dentro" das máquinas, pode-se dizer que são digitais pois cada ponto de cor luz (*pixel*), cada função de botões, cada interpretação de comandos são traduzidos em milhões de zeros e uns.

São ambientes virtuais: softwares, *cd-rooms*, sistemas operacionais, sites da Internet. Neste artigo está se tratando de pensar em questões importantes para a construção destes ambientes em redes de computadores, por tanto, está se

falando de ambientes *on-line* que podem ser acessados ao mesmo tempo por vários indivíduos que não precisam estar fisicamente juntos para que o diálogo, a formação de comunidades e a aprendizagem aconteçam.

Para a construção de ambientes virtuais de aprendizagem, sejam eles para cursos completos e formais ou para Gestão do Conhecimento nas corporações, é preciso levar em consideração vários aspectos teóricos, metodológicos e técnicos. É preciso conhecer os perfis dos atores envolvidos, suas demandas e interesses, as formalidades (se há necessidade de certificação e de que espécie), objetivos, recursos financeiros, prazos. Portanto, é preciso, antes de tudo, de um planejamento rigoroso.

Em cursos à distância, segundo Bittencourt, são base do planejamento os itens: conteúdo, forma, abordagem pedagógica, mídias e distribuição. (Bittencourt, 1999)

Esses dois últimos, no caso da aprendizagem *on-line* podem ser pensados como as ferramentas (*sites, e-mails, chats, fóruns, etc*) e o acesso (restrições por senhas, características técnicas da transmissão dos dados, largura de banda).

Em casos menos formais, onde não se constroem cursos com transmissão programada de conteúdos, tem-se o exemplo dos sistemas de Gestão do Conhecimento, que também devem ser criteriosamente estruturados. A formação desses sistemas dentro das organizações vem tentar atender demandas por um maior compartilhamento de conhecimentos particulares por todo o grande grupo da empresa, que sejam interessantes à melhoria no trabalho de todos da corporação.

É comum encontrar textos que definem o termo como forma de compartilhar e transformar tipos de conhecimentos, de conhecimentos tácitos (altamente pessoais) para explícitos (formais e sistemáticos), ou vice-versa. A conversão do conhecimento individual em recurso disponível para outras pessoas é atividade central da empresa criadora de conhecimento. Esse processo de transformação ocorre continuamente em todos os níveis da organização. (NONAKA, 2001, pp. 32)

Apesar de bastante discutível, esta divisão aponta para a existência de conhecimentos particulares que não são facilmente reconhecidos, apreendidos ou objetivados e que se assim fossem poderiam enriquecer uma estrutura de trabalho. Talvez seja impossível apreender objetivamente tais conhecimentos "tácitos", porém deslocando o enfoque do indivíduo e colocando sobre o conhecimento coletivo, enxergando a corporação como organismo, pode-se imaginar algumas possibilidades. Petzinger faz a seguinte analogia com relação à gestão do conhecimento:

Em sistemas de Gestão do Conhecimento, opera-se com formação de comunidades "presenciais virtuais" (lembrando que seus membros podem conviver ou não a distância, num mesmo departamento, ou em países distintos). Para Petzinger, num sistema para Gestão do Conhecimento "quando bem estruturado, seus membros formam um forte vínculo que contribui ao clima de abertura para novas idéias e para a aprendizagem. A influência motivacional de ser um 'membro' da comunidade ajuda na formação de uma forte identidade entre pares, e com a firma inteira. (PETZINGER, 2001, pp. 80)

Para que o envolvimento e motivação se efetivem, não basta o planejamento rigoroso, o design impecável, conteúdos e informações abundantes, de ótimas fontes e bem organizados. É preciso haver a presença

constante de agentes facilitadores, ou seja, pessoas envolvidas no projeto com objetivo de fomentar o engajamento e constante participação do público ao qual estes ambientes virtuais de aprendizagem se dedicam.

6.4- E-learning

Como via de regra, não basta colocar alguém plugado na internet, ou a frente de um computador recebendo informação. A educação *on-line* requer uma série de cuidados e posturas para gerar resultados, de modo que haja uma perfeita sincronia entre o que está sendo ensinado e o que está sendo aprendido.

Em várias reportagens, entrevistas e discussões com várias empresas ou instituições de ensino, sobre o segmento de educação *on-line*, muitas pessoas tentam entender esse setor e investidores do mercado, e conseqüentemente têm várias questões em mente. A primeira é quase sempre "Afinal, o que é *e-learning*?". No entanto, quando fica efetivamente claro como a internet vai revolucionar o processo de aprendizagem, brotam perguntas como: "Mas se é tudo isso, por que o *e-learning* não decola na minha empresa, universidade, setor ou região?"

Para tanto, segundo vários e recentes estudos, o *e-learning* já decolou em 20% das empresas brasileiras, principalmente no setor financeiro - com exemplos como a Universidade da Caixa Econômica Federal, que já realiza em torno de 68% de todos os seus cursos de forma *on-line* - e no setor de telecomunicações.

Conclusão

A mera aquisição de tecnologias por parte da escola, para o simples

repassa de conteúdos por um meio diferente, sem alterar a forma de relacionamento tanto com o professor, como com o aprendiz, com o conhecimento e com a sociedade, causa inquietude e apreensão, uma vez que não basta termos uma instituição educacional voltada para jovens ou adultos, dotada de equipamentos de última geração, se na mesma não existir um planejamento bem definido de como serão empregados esses equipamentos no auxílio à educação, bem como investimento no corpo docente para que este possa pegar afinidades e, conseqüentemente, dominar essas tecnologias de forma que possa utilizá-las em benefício próprio como forma de extensão para ministrar suas aulas.

A utilização de novas tecnologias, entre elas o computador, vai muito além do uso de novas ferramentas de ensino, pois estamos imersos numa nova ordem sistêmica, com lógicas e princípios próprios, levando a questionamentos e pesquisas, como: Os canais de aprendizagem são modificados com a inclusão desse novo sistema de comunicação? Na instituição escolar com sua lógica curricular e didática, deve ser mantida ou revista? Em quê?

Deve-se rever os referenciais teóricos, pois cada ação educacional revela uma concepção do ser humano e uma compreensão sobre o modo como se aprende, parece-nos pertinente, mas também são necessárias pesquisas para saber quem é o novo "sujeito da educação", a partir de uma nova relação com o mundo: um novo estilo de humanidade está sendo inventado.

Vale a pena trabalhar no sentido de buscar e abrir novas possibilidades para o futuro, caso contrário, podem ser engolidos pelo processo. Parece ser um ambicioso desafio querer construir novos espaços, novos valores e novas

metodologias para maiores oportunidades de que adultos aprendam de forma colaborativa, formando grupos de interesses; desvinculando-se da idéia da auto-suficiência, da eficácia da auto-didática; e "transferindo" parte do mundo material para o virtual.

Talvez seja mesmo um grande desafio, mas está se realizando em vários lugares do mundo, sob várias óticas, obtendo resultados diversos e reconhecendo as dificuldades e as necessidades de erguer sofisticados projetos.

Este reconhecimento ainda parece lento ou equivocado. É fácil perceber, através de relatos de experiências de profissionais que desenvolvem projetos do gênero, ingenuidades e tecnicismos que levam grandes construções ao fracasso, ou a resultados muito aquém do esperado.

Ainda se observa um certo deslumbre sobre as novas tecnologias e usos de modelos prontos para atender às necessidades educacionais para adultos, que obtiveram sucesso em casos específicos, sendo incorporados junto a universos de culturas diferentes.

Contudo, os esforços são válidos, talvez este seja um período de transição em que grandes dificuldades, que forem hoje superadas, sejam incorporadas, um futuro breve, como obviedades já aprendidas.

Assim sendo, este foi o objetivo deste trabalho, que procurou enfatizar as principais características da andragogia, principalmente enfocando as dificuldades encontradas em vários meios da educação, tais como corpo discente, docente, institucional e social; bem como quais são os meios tecnológicos disponíveis, como computador, internet e

softwares que podem ser utilizados para a prática da andragogia, fornecendo a ambas as partes meios mais modernos e

dinâmicos de se difundir e processar o conhecimento de uma forma geral.

Referências bibliográficas

- BECKER, Fernando, MARQUES, Tania B. Iwaszko. **Aprendizagem Humana: Processo de construção**. ano 4, n.15, nov.2000 / jan.2001. Porto Alegre. Pátio.
- BELLONI, M. L. (1999). **Educação a distância**. Campinas, SP. Autores Associados.
- BITTENCOURT, Dênia Falcão de. **A Construção de um Modelo de Curso "Lato sensu" Via Internet – A Experiência com o Curso de Especialização para Gestores de Instituições de Ensino Técnico UFSC/Senai**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, junho 1999.
- CASTORINA, J. A. Piaget e Vygotsky. **Novos Argumentos para uma Controvérsia**. Cadernos de Pesquisa, n.105, nov.1998, pp.160-183.
- CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque. **Andragogia: A Aprendizagem nos Adultos**. Texto publicado na Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba. No. 6, Ano 4, (Julho de 1999).
- FRAWLWY, William. Vygotsky e a Ciência Cognitiva. **Linguagem e integração das mentes social e computacional**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000. pp. 288.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GRIGOLI, J. **A Sala de Aula na Universidade na Visão de seus Alunos – Um Estudo sobre a Prática Pedagógica na Universidade**. São Paulo, Tese de Doutorado, PUC-SP, 1990.
- HARASIN, Linda. **On-line Education: A New Domain**. In: Mason, Robin and Kaye, Anthony (eds.) *Mindweave: Communication, Computers and Distance Education*. 1989. Pergamon Press, Oxford.
- HEIDE, Ann, STILBORNE, Linda. **Guia do professor para a Internet: completo e fácil**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, cap. 1.
- KESSELRING, Thomas. **Os quatro níveis de conhecimento em Jean Piaget**. São Paulo, Educação e Realidade, v.15, n.1, pp. 3-22, jan/jun.1990.
- LIMA, Elvira Souza. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos**. São Paulo, GEDH – Grupo de Estudos do Desenvolvimento Humano, 1997.
- LIMA, Teófilo Lourenço de. **Manual básico para elaboração de monografia**. Canoas. ED. Ulbra, 1999.
- MEADOWS, A. J. **A Comunicação Científica**. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 1999. pp. 268.
- MORAN, J.M. **Mudanças na Comunicação Pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- NONAKA, Ikujiro. **A Empresa Criadora de Conhecimento**. Rio de Janeiro. Campus, , 2001, pp. 27-49.
- OLIVEIRA, Ari Batista de. 1999. **Andragogia, facilitando a aprendizagem. Educação do Trabalhador**, v. 3, CNI-SESI.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PETZINGER, Tom. **Knowledge Management: When Information is Better than Instruction**. McGraw-Hill, USA, 2001.

- ROBREDO, Jaime. **Indexação e Recuperação da Informação na Era das Publicações Virtuais**. Comunicação e Informação, v.2, n. 1, pp. 83-97, jan./jun. 1999.
- SOUZA, Renato Rocha. **Aprendizagem Colaborativa em Comunidades Virtuais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, junho 2001.
- VYGOTSKY, Lev S.. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. pp. 190.

TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sorrraila Maria Abdo Faris Campos²¹

Resumo

O presente estudo pretende justificar a necessidade da exploração das inteligências múltiplas para desenvolver os conteúdos na área de Ciências no Ensino Fundamental, para tanto foram desenvolvidas atividades com acadêmicos do Curso de Pedagogia, onde a autora leciona a disciplina de Biologia Educacional, para análise da viabilidade dos procedimentos, para o estudo foi necessário verificar a conceituação de inteligência no seu contexto histórico e suas aplicações. O resultado da prática servirá para a composição dos dados visando como uma contribuição para uma melhor qualidade no ensino de Ciências.

Palavras-Chave: inteligências múltiplas; metodologia do ensino de ciências.

Abstract

The present study it intends to justify the necessity of the exploration of multiple intelligences to develop the contents in the area of Sciences in Basic Education, for had been in such a way developed activities with academics of the Course of Pedagogy, where the author teach disciplines it of Educational Biology, for analysis of the viability of the procedures, for the study it was necessary to verify the conceptualization of intelligence in its historical context and its applications. The result of the practical one will serve for the composition of the data aiming at as a contribution for one better quality in the education of Sciences.

Key-Words: multiple intelligences; methodology of the education of sciences.

Introdução

Vive-se um momento histórico na área da educação, pois de uma maneira ainda tímida as Inteligências Múltiplas já começam a ser discutidas nos meios

acadêmicos e, por conseqüência, velhos paradigmas começam a ser repensados. A inteligência, os testes de QI, a grande ênfase ao foco lingüístico e lógico matemático nos meios acadêmicos começam a ser mais questionados,

²¹ Graduada em Ciências do Ensino Fundamental – UNIR – Vilhena – RO. Graduada em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional – ILES/ULBRA – Ji-Paraná – RO. Pós-Graduada em Metodologia do Ensino superior – AVEC – Vilhena – RO e Pós-Graduada em Métodos e Técnicas de Ensino – Salgado de Oliveira – Rio de Janeiro – RJ. sorrraila@unicentroro.edu.br

possibilitando agora um repensar na pluralidade das inteligências e, por conseqüência, na formação de um sujeito mais integral.

Com o objetivo de auxiliar os professores na sistematização de suas atividades em sua práxis e realizando uma leitura das pistas mencionadas por Gardner, sobre as Inteligências Múltiplas e transportando-as à realidade do sistema educacional brasileiro e desacreditando no modismo, crê-se ser esta uma teoria mais aberta e abrangente sobre a inteligência, já que Gardner propõe uma teoria com fatos tangíveis sobre as Múltiplas Inteligências, diferentes do ranço dos vários métodos já propostos por alguns pesquisadores educacionais.

De uma forma muito simples, demonstra-nos a existência de um sujeito mais completo e integral, diferente do ser racional e mecânico que até então conhecia-se e preocupava-se em formar, treinando e ensinando conceitos por nós há muito assimilado.

É claro que, como qualquer nova teoria esta também será contestada e, principalmente, declarada como uma releitura de algo já existente. O que se pretende é questionar que, na prática escolar, não se percebe o ecoar destes conhecimentos e teorias que, se existentes, ficaram muito bem guardados ou então não foram práticas suficientes para fazer parte do dia-a-dia do professor. Na teoria proposta por Gardner são visíveis as pistas com as quais o professor poderá trabalhar e, principalmente, colocar em prática seu rol de conhecimentos a favor da mediação do desenvolvimento das múltiplas competências nos seus alunos.

Portanto, a tentativa de construir caminhos, de tal sorte que se coloque a

teoria das Múltiplas Inteligências na práxis escolar. Considera-se não ter a idéia de elaborar uma “receita de bolo” pois sabe-se que ela não existe, mas simplesmente, demonstrar como se concebe e imagina-se algumas das centenas de possibilidades de colocar em prática esta Teoria. Espera-se que essas idéias não sejam encaradas como receitas, mas sim como possibilidades, entre tantas outras.

Pretende-se apresentar este trabalho em quatro partes distintas. A primeira refere-se a uma breve dissertação sobre os conceitos que irão permeá-lo na qual Gardner e suas concepções irão nortear; a segunda parte irá expor a realidade educacional, a prática escolar e os Problemas de Aprendizagem em que traçará um paralelo com a Teoria das Múltiplas Inteligências, para então, na terceira parte refletir sobre as possibilidades de ação na práxis escolar e a quarta e última parte propõe sugestões periféricas que dependerão muito da “vontade política”, pois elas não dependem dos alunos e sim dos elementos do Sistema Educacional que, para alcançar o sucesso, terá de romper com velhos paradigmas, enfrentando e aceitando novas posturas e propostas.

Mas não só o processo avaliativo em si, mas também principalmente, a interferência do professor em auxiliar no processo de desenvolvimento, pois mais técnicas, métodos, teorias e ferramental tecnológico que possam existir, o professor é peça fundamental em todo o processo educacional, desde que este se posicione realmente como um educador que é.

1. Desenvolvimento

Ao contextualizar um pouco da história sobre a Teoria das Múltiplas

Inteligências, dois estudos merecem destaque quando se pretende fazer um histórico da evolução das pesquisas relativas à estrutura da mente e da inteligência.

O primeiro refere-se a Franz Joseph Gall, criador da frenologia no final do século XVIII que segundo Damásio 1996, p. 35) “[...] era uma curiosa mistura de psicologia primitiva, neurociência e filosofia prática”.

Gall desenvolve um estudo em que uma de suas fases referia-se à craniometria, ou seja, o tamanho do crânio daria a noção do tamanho do cérebro que, quanto maior, poderia relacionar-se a maior inteligência e vice-versa. Embora a frenologia tenha conseguido vários adeptos e caminhado de vento em popa pelo século XIX, não demora muito para ser contestada em face da evolução dos estudos da psicologia e da neurologia.

O segundo estudo, de grande importância histórica e de conseqüências marcantes, data do início do século XX, quando foi solicitado para Alfred Binet, psicólogo francês, algum tipo de teste que pudesse medir a inteligência das crianças francesas, e por conseqüência, seus destinos nos bancos escolares.

Binet, juntamente com seu colega Théodore Simon, preocupou-se em desenvolver testes que relacionassem a idade cronológica com a mental e não queria, com isto, predeterminar os destinos destas crianças, rotulando-as e determinando para o resto da vida seus caminhos.

Por volta de 1912, o alemão W. Stern, resolve dividir a idade mental (IM) pela cronológica(IC) multiplicando este coeficiente por 100, donde tirou que: $QI = IM/IC \cdot 100$.

Desta forma o teste de QI começa a ser desvirtuado de sua idéia inicial, pois agora começa a mensurar, taxar e rotular o sujeito testado, com índice.

Os americanos Goddard, Terman e Yerkes deturpam o trabalho inicial de Binet, chegando inclusive a encara-lo como farto material para comercialização, como testagem classificatória. Utilizado pelas Forças Armadas Americanas, ganha fama e começa a ser difundido por todo o mundo. Aparentemente seus resultados são visíveis e satisfatórios pois, por exemplo, aplicado aos alunos candidatos ao ingresso nas universidades americanas, indica quem possui alto QI dando passe livre aos bancos universitários e desclassificando os de baixo QI.

Aqueles que apresentaram alto QI, cursam as melhores universidades e se saem muito bem nas avaliações, demonstrando desta forma a veracidade do teste de QI.

Em uma análise mais profunda, Gardner e sua equipe de pesquisadores da Universidade de Harvard notam que os Testes de QI privilegiam basicamente duas áreas, a lingüística e a lógico-matemática, e as Escolas em geral também as privilegiam, donde se conclui ser óbvio os excelentes resultados nas avaliações decorrentes do curso.

Refletindo sobre que algo além da lógica e da lingüística deveria existir pois, caso contrário, os grupos de baixo QI não teriam sucesso profissional, social e emocional.

Em busca de respostas, Gardner e sua equipe começaram um trabalho de pesquisa, em que chegam à conclusão de que um sujeito possui um espectro de inteligências, e não só a inteligência como sendo algo único, determinada pelo QI e norteadas pela lógica e lingüística.

Gardner (1994 p. 38) propõem então a teoria da Inteligências Múltiplas, em que agora, a inteligência passa a ser encarada como um espectro de competências, algo multifacetado, assim como um cristal e que, tal qual ele poderá sofrer polimentos intensificando cada vez mais o seu brilho. Com uma visão pluralista da inteligência, define-a então como:

“A capacidade de resolver problemas ou de criar produtos que sejam valorizados dentro de um ou mais cenários culturais”.

Em nossa prática educacional, do que mais ouvimos falar são os problemas relacionados à aprendizagem, à falta de interesses dos alunos, à desmotivação, ao fracasso, à evasão, etc.

Em paralelo também ouvimos os constantes estudos e recordamos a todo momento as teorias sobre o desenvolvimento e a cognição, porém, parece que os dois pontos (problemas e teorias) nunca convergem para uma prática em busca de resultados.

Vale portanto questionarmos qual o papel da escola, compartilhando com Weiss (1994, p.5) quando ela faz a citação de Blenger (1960 p 78):

Qualquer escola precisa ser organizada sempre em função da melhor possibilidade de ensino a ser permanentemente questionada para que seus próprios conflitos, não resolvidos, não apareçam nas salas de aula sob a forma de distorções do próprio ensino. Nessas situações fica o aluno (o aprendiz) como depositário desses conflitos e, conseqüentemente, apresentando perturbações em seu processo de aprendizagem.

Quanto mais refletimos nosso papel enquanto escola, mais avançaremos nos resultados para o aprimoramento do processo de desenvolvimento das múltiplas inteligências como um fator que influencia todo o processo educativo.

É através da análise e reflexão que gostaríamos de provocar, para buscar novos caminhos e formas mais personalizadas de atendimento e mediação no processo de aprendizagem e assim, juntos, poderemos compartilhar com Fonseca (1995, p.250) em sua citação:

[...] devemos pensar na escola para a criança e não o contrário. Isso exige o abandono do ensino despersonalizado e normalizado, com base em programas-tipo e sugestões-tipo para a criança-tipo.

A personalização no processo de aprendizagem nos leva a realizar uma leitura de um sujeito mais completo e de necessidades específicas na sua formação integral, preocupação também expressa por Fonseca, ao falar sobre a criança aprendiz:

[...] o professor deve munir-se de meios que permitam observá-la no plano da compreensão auditiva, da linguagem falada, da percepção e orientação do espaço, da coordenação motora global e da sociabilidade. Só nesta dimensão de variáveis de comportamento o professor pode organizar o perfil de integridade e de necessidades da criança. (1995, p.250)

A LDB 9394/96 contempla no Artigo 2º sobre formar o cidadão integral, quando descreve: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Que sujeito integral é este que recebe centenas de informações compartimentalizadas? Como formar integralmente um sujeito que recebe passivamente uma infinidade de conteúdos, muitos dos quais totalmente descontextualizados de seu dia-a-dia?

Para responder a estas indagações, referencio em Nogueira quando descreve que:

Queremos crer que a Teoria das Inteligências Múltiplas possa dar conta deste todo, colocando a aprendizagem num plano mais amplo, privilegiando todo o espectro. (1998, p.27)

E complementa:

Que nosso aluno possa colocar o cérebro, o corpo, o coração e a alma na resolução de problemas. Só desta forma poderemos então acreditar na formação de um sujeito integral. (1998, p.27).

Celso Antunes também reforça a utilização das Múltiplas Inteligências como uma proposta pedagógica mostrando ao professor diferentes idéias e sugestões para desenvolver conteúdos curriculares habituais, empregando estratégias criativas e estimulando as Inteligências lingüística ou verbal, lógico-matemática, visuo-espacial, sonora ou musical, cinestésico-corporal, naturalista e pessoais de seus alunos.

[...] a utilização das múltiplas inteligências. Ao contrário, esta tendência estimuladora da escola pode mais ser vista como um novo paradigma de compreensão do ser humano que abandona sua avaliação através de sistemas limitados e o percebe com acentuada amplitude lingüística, lógico-matemática, criativa, sonora, cinestésica, naturalista e, principalmente, emocional. (ANTUNES, 2001, p. 13).

Para melhor visualizar a realidade educacional, a prática escolar e os problemas de aprendizagem, os dados referenciados na Avaliação Internacional

de PISA leva a reflexão da importância do repensar de como abordar os conteúdos:

Com uma nota média de 396, numa escala de zero a 800, os estudantes brasileiros ficaram em 37ª posição na prova de leitura do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o Pisa, aplicado a uma amostra de adolescentes com 15 anos de idade de 41 países.

Nos resultados do teste de 2000, o Brasil havia ficado em último lugar entre 31 países participantes, mas, com o ingresso de mais dez nações, o chamado "Pisa Ampliado", com provas aplicadas em 2001, o patamar de colocação do País mudou.

Na prova de leitura, o Brasil fica à frente de quatro nações: Macedônia, Indonésia, Albânia e Peru. Nas provas de matemática, com média de 334, e ciências, em que obteve pontuação de 375, o País é o penúltimo, ficando apenas em melhor posição que o Peru. Na média das três áreas avaliadas, o desempenho brasileiro também ficou em penúltimo lugar.

"Os dados revelados pelo Pisa vêm confirmar o que já era do conhecimento do Ministério da Educação", afirma Maria José Féres, secretária de Educação Fundamental do MEC. Ela lembra que, recentemente, o Ministério divulgou uma pesquisa apontando a grave crise pela qual passa a educação brasileira.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) constatou que 59% dos estudantes da quarta série do ensino fundamental ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura.

Para a secretária, o grande desafio na gestão do ministro Cristovam Buarque será trabalhar para reverter esta "tragédia brasileira". Segundo ela, as primeiras providências já foram tomadas com o lançamento do Programa Toda Criança Aprendendo que apresentou alternativas para o resgate da qualidade do ensino por meio da implantação de uma política nacional de valorização e formação de professores, a ampliação do atendimento escolar, o apoio à construção de Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica e Programas de Apoio ao Letramento.

A preocupação desta avaliação é detectar o atraso escolar, é verificar como as escolas estão preparando os jovens para os desafios futuros e detectar até que ponto os estudantes adquiriram conhecimentos e desenvolveram habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade.

A Finlândia, país vencedor, conforme depoimentos de alunos e professores a aprendizagem ocorre porque ela é prazerosa e leva em conta o desenvolvimento de todas as inteligências, o que nos faz reafirmar a importância do desenvolvimento dos conteúdos explorando as inteligências múltiplas, principalmente na área de Ciências.

Para confirmar as possibilidades da ação da práxis escolar e propor sugestões de como desenvolver os conteúdos explorando as inteligências múltiplas, foi proposto para os acadêmicos do 2º período de Pedagogia na disciplina de Biologia Educacional para desenvolverem um projeto na área de Ciências com turmas de 7ª série do Ensino Fundamental sobre o tema *O corpo Humano*, explorando as múltiplas inteligências para desenvolver o conteúdo.

Verificou-se, o que a princípio deveria ser apenas um projeto hipotético, que empolgou os acadêmicos a voluntariamente por em prática o projeto por perceberem o ganho de aprendizagem para o ser integral, o resultado foi a participação dos alunos de forma ativa, diagnosticando que em cada turma sugeriram novos líderes conforme cada inteligência era apresentada e, assim, demonstrando a pluralidade do conhecimento que cada um possuía, provocando a interdisciplinaridade e valorização pessoal, pois, todos tiveram acesso ao domínio e desenvolvimento do conhecimento conforme suas habilidades e competências.

Confirmando esta percepção, Rogers em seu livro *Liberdade para Aprender* (apud ANTUNES, 2001, p. 8), quando descreve: "As crianças de quem se espera menos podem aprender rapidamente se todos simplesmente lhes derem os meios de aprender e se evitar instruí-las".

Conclusão

Percebeu-se que as inteligências múltiplas enunciadas por Gardner tem uma significativa importância para conceituar a realidade educacional, a prática escolar e seus problemas de aprendizagem, para possibilitar uma ação na práxis escolar e propor sugestões principalmente na área do ensino de Ciências, que a muito tem sido explorado como apenas uma disciplina memorizadora de conceitos.

Porém, hoje, percebe-se a necessidade de uma retomada para o seu verdadeiro significado que é a construção científica, onde a criatividade é proposta para tornar melhor a qualidade das relações do ser e seu ambiente, tornando ele um ser integral e integralizante.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Celso. **Alfabetização Emocional**. São Paulo: Editora Terra, 1997.
- _____. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 2001
- _____. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- DAMÁSIO, Antonio R. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Artes, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB (Lei n. 9.394). Lei nº 9.394, de 20-12-96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1997.
- FONSECA, Victor. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- _____. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Como trabalhar com a Educação Emocional de nossos filhos e alunos**. São Paulo: Ed. Érica, 1999.
- NOT, Louis. **Ensinando a aprender: elementos de psicodidática geral**. São Paulo: Summus, 1993.
- PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

EVASÃO ESCOLAR NOTURNO

Débora Messias da Silva²² Adalgiza do Nascimento²³ e
Reni Lopes de Carvalho Mazzioli²⁴

C

Neste artigo objetivo dissertar sobre Evasão Escolar do turno noturno do Ensino Fundamental da Escola Monteiro Lobato de Ouro Preto do Oeste – RO. A escola atende alunos de todas as camadas sociais, oriundos das zonas urbana e rural. Para tanto, utilizamos dados levantados por questionário e censo escolar que evidenciaram as causas da evasão: Escola, família e social – Analisamos e descrevemos sobre o projeto que neste ano de 2002 foi implantado na escola, permitindo superar os problemas e alcançar resultados concretos.

Palavras-Chave: Evasão, escolar, família.

Abstract

This article has the objective of to dissertate the school Evasion of the nocturnal turn of Basic Education of the School Monteiro Lobato of Ouro Preto do Oeste - RO. The school takes care of pupils of all social classes deriving of the zones urban and agricultural. For in such a way we use, given raised for questionnaire and pertaining to school census that had evidenced the causes of the evasion: School, social family and - We analyze and we describe on the project that in this year of 2002 was implanted in the school, allowing to surpass the problems and to reach resulted concrete.

Key-Words: Evasion, Education, family.

Introdução

A educação escolar segundo estabelece a Constituição Art. 206 e 208 é um direito Público subjetivo que deve ser assegurado a todos, através de

ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade.

Dentro desse contexto, verifica-se que entre os vários problemas que

²² Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em orientação Educacional desde 2000 pela ULBRA – Pós-graduada em Visão Interdisciplinar em educação com especialização em Orientação Educacional, Supervisão, Administração e Inspeção Escolar desde 2001 pela FEC;

²³ Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar desde 1995 pela UNIR;

²⁴ Licenciatura Plena em Pedagogia em Habilitação em Administração Escolar, desde 1993 pela FEC, Pós-Graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior desde 1994 pela FEC.

afligem nossa escola a evasão noturna apresenta-se como um desafio para as gestões e todos os envolvidos no processo.

São várias e as mais diversas causas da evasão escolar. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes de ocorrência de fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as da seguinte forma:

- Escola: Não atrativa; Ausência de Motivação;
- Aluno: Desinteressado;
- Família: Não cumprindo o Pátrio Poder;
- Social: Trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos.

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de uma especificante. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno objetivo do aluno à escola.

Este artigo torna-se complexo posto que, para detectar tais causas, há diversos interesses que camuflam a real situação a ser enfrentada. Com efeito, ao colher informação junto aos professores, muitos apontaram como causa da evasão as questões envolvendo os alunos. Estes, por sua vez, apontam como motivo, a própria escola, quando não os professores diretamente entre, outras causas.

Segundo levantamento realizado na escola pelos gestores em novembro de 2001, para elaboração do Projeto de Ensino Fundamental Seriado Noturno. 1999 a 2000 com 150 alunos evadidos, 38% afirmaram que se evadiram da escola porque não gostavam de estudar

e não gostavam da escola; 18% porque não estão trabalhando e não dá pra estudar; 8% por causa de gravidez, casamento, ou porque precisam cuidar dos filhos; 6% porque moram longe da escola ou por mudança; 4% porque não têm transporte; 4% porque estão com problemas de saúde, 4% por medo de serem agredidos por alunos de gangues; 2% saíram para cuidar da casa ou dos irmãos e 16% por motivos variados.

Há uma troca de “acusação”, quanto aos motivos determinantes da evasão. O importante é diagnosticar o problema para buscar solução, já que cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado.

1. Evasão escolar no ensino fundamental noturno

A Evasão Escolar nestes últimos três anos na Escola de Ensino Fundamental no município de Ouro Preto do Oeste – RO é objeto de estudos dos gestores atuantes.

A escola é situada no Bairro Liberdade, classe social Média, centralizadas casas residenciais/comerciais e Igrejas. Consta, hoje, de 1394 alunos. A maioria da sua clientela é composta por alunos de classes sociais menos favorecidas, principalmente no período noturno de alunos trabalhadores, alunos das zonas urbana rural e periférica, também aqueles que estão fora da escola há algum tempo. Existem outros fatores externos que implicam na evasão destes alunos.

Constatado o fato, procuramos verificar o que tem sido causa desta evasão. Em nossas investigações detectamos vários aspectos relevantes, que consideramos, a saber: desarticulação do currículo, trabalhar para contribuir com o sustento da família

(formas de avaliação), reprovação, dificuldade na aprendizagem, distribuição familiar, relação professor aluno, horário de trabalho desfavorável, entre outros.

Diante dos fatos surge o fracasso escolar que é um problema histórico da realidade educacional brasileira e caracteriza-se pelas repetências sucessivas e pela evasão escolar.

Nos estudos pedagógicos de grupos com o corpo docente da escola refletimos que o grande número de alunos evadidos deve-se ao ambiente pouco acolhedor que estes jovens encontram no âmbito escolar, pois o currículo real desenvolvido não estimula os interesses do educando, muitos alunos argumentavam ter desistido por motivo de trabalho e também há uma certa dificuldade na relação professor/aluno.

Grandes partes dos conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas não apresentavam qualquer significado para o aluno. Para ele, não há relação daquilo que está sendo ensinado com sua vida presente.

O professor, muitas vezes, diz que determinado assunto servirá no futuro, para um vestibular ou concurso público, mas para o aluno isso é muito pouco, pois para o jovem a realidade de presente possui importância primordial e não aprender para usar no futuro.

Os conteúdos e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola se realizam, é preciso que os conteúdos sejam analisados e abordados de modo a formarem uma rede de significados, serem considerados numa perspectiva ampla. (PCN 2001 – p. 74 - 75).

Um outro aspecto preocupante seria a desistência por trabalho. Muitos

alunos em seus depoimentos informaram que desistiram por não conciliarem o horário de trabalho com o da escola, e complementaram, afirmando que chegavam atrasados às aulas e não encontravam a compreensão nem a solidariedade de muitos professores que, ao contrário, apenas os alertavam quanto à reprovação por falta, o que os desestimulava e destruía qualquer esperança em progredir os estudos.

Há também um contingente significativo de educandos que não apresentavam boa relação com alguns professores. Diversos alegam dificuldades na aprendizagem por não se sentirem acolhidos em sala, quando solicitam orientações não são atendidos e sim repreendidos.

O currículo escolar desarticulado com a realidade dos alunos é um dos fatores que mais contribuem para evasão escolar.

Mudanças no currículo, adequando-o à realidade local, assegurando-se da formação básica, ao mesmo tempo, o respeito aos valores culturais e ao cotidiano da comunidade. Segundo Libâneo (2001 p.158),

é preciso que as escolas busquem formas de superação do currículo pluridisciplinar, favorecendo a integração interdisciplinar a partir da especificidade das disciplinas. O currículo pluridisciplinar é aquele em que as disciplinas encontram-se justapostas e isoladas entre si. Há que se pensar numa estrutura curricular em que vários campos do conhecimento se articulem num todo orgânico e se integra horizontal e verticalmente.

Uma vez formulados os objetivos do projeto pedagógico curricular e as capacidades e competências desejadas, definem-se os objetivos e conteúdos das disciplinas e as possibilidades de articulação com as demais disciplinas de uma mesma série de modo a atender os

objetivos, capacidades e competências pelo conjunto dos professores. A interdisciplinaridade como forma de compreensão do processo de construção do conhecimento é ao mesmo tempo, uma integração entre as disciplinas e envolvimento projetos comuns do desenvolvimento do currículo.

O currículo escolar deve propiciar no processo educativo a articulação entre as dimensões cognitivas, social e afetiva da aprendizagem.

Essas dimensões estão presentes no comportamento dos sujeitos que aprendem, mas no desenvolvimento é preciso especial atenção para ao fato de que aos alunos são sujeitos concertos condicionados por culturas particulares da sua origem social, portadores de saber decorrentes de suas experiências vividas. Isso implica em conhecer e compreender motivações, interesses necessidades de alunos diferentes entre si, ajuda-los na capacidade de comunicação com o mundo do outro, ter sensibilidade para atuar a relação docente no contexto físico, social e cultural. (LIBÂNEO, 2001 p.160).

Implica, também, mobilizar procedimentos, técnicas, meios de tornar as experiências de sala de aula mais agradáveis, mais prazerosas, que possibilitem aos professores conversar mais com os alunos, deixá-los, expor seus sentimentos, seus desejos, de forma organizada. A busca da articulação entre o cognitivo, o social e o afetivo possibilitam compreender o papel da escola e da equipe docente em ajudar os alunos a construir suas subjetividade como pessoa humana e como sujeitos portadores de uma identidade cultural e pertencente à humanidade.

Com relação à prática reflexiva por parte do professor afim de que este possa propiciar o desejo do aluno de permanecer na escola. Outorga-nos a profunda necessidade de hoje refletirmos

com cuidado e consciência sobre nossos procedimentos e nossa postura diante das situações educacionais quanto à evasão escolar noturna em nossa escola.

Muitas vezes, as situações criadas em sala promovem a mera reprodução de conteúdos e não uma verdadeira aprendizagem. Tal situação desmotiva o aluno a permanecer um longo tempo na escola, visto que existem outras prioridades momentâneas.

Perrenoud (2002) propõe a individualização e a diversificação dos percursos de formação. Trata-se de pensar em novas estratégias que favoreçam o desenvolvimento do aluno de suas próprias necessidades alinhadas a referências básicas e estruturantes relativas à ideologia educacional brasileira.

Nesta visão, é dever da escola desenvolver o sentido da individualidade e a diversificação, o que se faz por meio da participação no processo social, na assimilação cultural e no desenvolvimento de valores e atitudes. Nós nos construímos como pessoas iguais e, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. É preciso ampliar conhecimento nas diferentes áreas para que a aprendizagem do aluno seja plena e o mesmo possa exercer com dignidade sua cidadania.

A atuação do professor deve acontecer no sentido da construção de uma nova consciência consolidando uma cidadania ética e solidária. Nessa perspectiva, os valores humanos re-encontram um espaço fundamental no desenvolvimento dessa consciência direcionando a conduta cooperativa a ser construída por cada pessoa, criança, adolescente, jovem e adulto.

2. Implantação do projeto seriado semestral noturno

Para o enfrentamento do problema, os gestores escolares junto a Secretaria de Estado da Educação, implantaram neste ano, um projeto Ensino Fundamental Seriado Semestral noturno, destinado a adolescentes, jovens e adultos com defasagem idade-série. Visto que o Ministério da Educação criou uma política nacional de aceleração de aprendizagem que apóia a implantação, de acordo com a realidade escolar e propostas pedagógicas da escola.

Além disso, busca manter os adolescentes em idade compatível, inseri-los no contexto escolar, acompanhar a assiduidade do aluno e produtividade em sala de aula como forma de avaliação contínua.

Isto faz com que o aluno perceba a importância da educação formal, e assim faz da relação aluno-escola uma relação de amizade e não de obrigação. Nisto, cria na família o senso de responsabilidade em relação à educação de adolescentes formar cidadãos críticos e conscientes da responsabilidade.

Este é um dos objetivos do projeto: a redução dos índices de marginalização juvenil e do índice de analfabetismo.

Um projeto revolucionário como é o da aceleração, mexe com antigas concepções e estruturas de ensino, mas prova que pode dar certo porque, em primeiro lugar, é o professor e não o aluno o principal responsável pelo sucesso ou insucesso escolar.

Depois, porque a aceleração que deixará de ter caráter emergencial, à medida que o êxito cresce nas classes regulares, obedece a uma metodologia

que promove com os professores dispostos a superar limites pedagógicos e se desfrutar da via de colaboração da família.

Em termos de procedimentos, o projeto de ensino seriado semestral, objetiva o combate à evasão escolar e interage com outros projetos pedagógicos desenvolvidos na escola como o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) conduzido pela Secretaria de Estado da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em parceria com o Banco Mundial. Tal plano sistematiza o planejamento e os registros das ações pedagógicas da escola, visando a eficácia escolar.

Neste projeto, o conteúdo disciplinar trabalhado com os alunos tem como referência a realidade social estimulando adolescentes, jovens e adultos a continuarem seus estudos formais de maneira acelerada e assim combater a evasão causada por repetência e desestímulo.

Dessa forma, o projeto seriado semestral do Ensino Fundamental implantado na escola, será utilizado como ponto de partida para futuras investigações e levantamentos de propostas que superem, ou pelo menos, minimizem os efeitos da evasão escolar no estabelecimento.

Ao final, no entanto, o mérito está com o professor. Ele é a principal figura do processo. Ao lado dele, porém, toda a equipe tem a chance de repensar o currículo e o sistema de acompanhamento e avaliação. A aceleração possibilita a todos aperfeiçoar o ofício de bem ensinar que é um procedimento em consonância com os princípios da universalização do ensino com equidade e qualidade.

3. Intervenções externas

Como afirmado, dependendo de cada uma das situações detectadas, ocorrerá a intervenção daquelas pessoas que estão diretamente obrigadas com a educação por força da Constituição ou Órgão competentes devem atuar dentro dos limites de sua competência.

Quando a evasão dos alunos ocorre em razão da escola (incluindo a parte pedagógica pessoal e material) devem atuar diretamente para solucionar o problema, a própria escola, junto a Secretaria de Educação, visando a melhoria do ensino para torná-lo mais atraente ao aluno evadido.

Indiretamente, deve a escola buscar parcerias com o Conselho Tutelar, Universidades, estabelecendo uma política de melhoria do ensino e criando alternativas para o problema com vistas a uma escola democrática emancipadora, autônoma e de qualidade.

ALUNO: quando o problema da evasão estiver centrado no comportamento do próprio aluno a intervenção direta deve ocorrer pela família, escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e poder judiciário, a atuação da família e da escola é a mais ampla possível, sendo que os demais atuam com base no que diz a legislação menorista (ECA) ou da educação (LDB).

Indiretamente atuam Secretaria de Assistência Social e Saúde, dentro das políticas Públicas que visam o regresso do aluno, incluindo programas específicos para a área.

PAIS/RESPONSÁVEIS: No caso do aluno deixar de freqüentar a escola em razão de comportamento dos pais ou responsáveis, a intervenção ocorrerá

diretamente pela escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e poder Judiciário.

SOCIAL: Por fim, quando se constata que a evasão escolar se verifica por questão social, trabalho, falta de transporte, medo de violência, etc. devem atuar diretamente para solucionar o problema a FAMÍLIA, ESCOLA, CONSELHO TUTELAR, MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO, indiretamente a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR e CIVIL.

Conclusão

Pretende-se neste artigo evidenciar de forma considerada e fatos comprovados da evasão escolar noturno no Ensino Fundamental histórico da realidade educacional brasileira e vários fatores que contribuem para tal e a profunda desigualdade social brasileira também está na origem do problema.

Quando se trata de projeto de aceleração, especialistas chamam atenção para que não seja encarada como solução do problema. Porque tal realidade exige políticas que incitam na organização dos sistemas educacionais e das escolas, entre elas, a dissériação em função de uma concepção de ciclos de aprendizagem que já vêm sendo adotadas por redes de ensino.

Para enfrentar a evasão escolar, além de rever a forma de avaliação, organização pedagógica curricular da escola, é preciso encarar os sérios problemas sociais que impedem milhões de famílias brasileiras de colocarem seus filhos na escola e nelas permanecerem.

Neste sentido, vários governos estaduais têm implantado iniciativas que

estimulem famílias de baixa renda a deixar seus filhos adolescentes na escola.

Quando a educação passa a ser analisada com base no edário da lei, constata-se que há uma grande distância em relação a realidade. “De um lado a lei; educação, direito de todos”, de outro lado, a realidade que conduz à lógica da exclusão. Desigualdades dramáticas; políticas públicas direcionadas a conveniências e oportunidades; famílias desestruturadas, escola inerte frente ao fracasso, repetidos quase que de uma forma programada.

É preciso lutar pela permanência dos alunos na escola, que estes se sintam acolhidos. O corpo docente e a equipe técnica pedagógica precisam estar atentos se sensíveis ao problema da evasão e não aceitar a realidade de forma passiva. Todos precisam ter voz, sem ignorar as inquietações do educando.

Finalmente, diante deste quadro, fica patente a necessidade de todos aqueles que estão ligados à educação, ao combate a evasão escolar; a fim de garantir a formação do cidadão e a inserção na sociedade, de modo a contribuir para sua formação.

Referências bibliográficas

ALBERGARIA, J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: AIDE, 1991.

ENSINAR E APRENDER: **Reflexão e criação** Vol.01. Material produzido pelo o CENPEC. Para Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

MÓDULO IV. PROGESTÃO. **Como promover o sucesso do aluno e a sua permanência na escola?** CONSED. Brasília-2001.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental/Secretaria da Educação Fundamenta Brasília: MEC/SEF, 1998.

TERCEIRO SETOR: A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E PARCERIA INSTITUCIONAL NA GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Luiz Ibanor Souza Nunes²⁵

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre a importância da responsabilidade social empresarial e das parcerias institucionais na gestão, execução e implementação de projetos sociais no terceiro setor. Expressão pouco utilizada no Brasil, o terceiro setor é hoje um dos setores da economia que vem buscando consolidar-se. Suas iniciativas e ações em parceria com a iniciativa privada, são percebidas a partir do início da década de 90, onde grupos de indivíduos se organizaram em prol de um bem comum e buscaram junto as empresas os recursos necessários para a execução de seus projetos. Este envolvimento da iniciativa privada nas discussões dos problemas sociais passou a ser conhecido como responsabilidade social, corporativa ou empresarial, que, por meio das parcerias e alianças institucionais, com várias organizações da sociedade civil, passaram a atuar neste novo setor da economia - o chamado terceiro setor.

Palavras-chave: terceiro setor, projetos sociais, responsabilidade social empresarial, parceria institucional.

Abstract

The present article searches to reflect on the importance of the enterprise social responsibility and the institution partnerships in the management, execution and implementation of social projects in the third sector. Expression little used in Brazil, the third sector is today one of the sectors of the economy that comes searching to consolidate itself. Its initiatives and actions in partnership with the private initiative, are perceived from the beginning of the decade of 90, where groups of individuals if had organized in favor of a common good and had searched the companies together the necessary resources for the execution of its projects. To get involved of the private initiative in the quarrels of the social problems passed to be known as social, corporative responsibility or enterprise, that, by means of the institution partnerships and alliances with some organizations of the civil society had started to act in this new sector of the economy - the call third sector.

Key words: third sector, social projects, social responsibility enterprise, institution partnership.

²⁵ É Administrador de Empresas, formado pela Universidade Federal de Rondônia – UFRO, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Coordenador do Curso de Administração do Instituto Luterano de Ensino Superior/ILES/ULBRA de Porto Velho, Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO e da União das Escolas Superiores de Porto Velho – UNIPEC, Consultor do Instituto Euvaldo Lodi, no Projeto Empreendedorismo no Ensino Médio e Coordenador Geral do Projeto Ensinar a Ensinar, cooperação institucional da Universidade Federal de Rondônia, Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, Raytheon Company Systems, United Way International, CPPT Cuniã e Fundação Rio Madeira. luizibanor@ibest.com.br luizibanor@unicentroro.edu.br

Introdução

As constantes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira têm levado muitos empresários a repensarem as formas de organização e atuação de suas empresas. Parte dessas mudanças acontece em razão do processo de globalização que ocorre no mundo.

Na era da globalização, percebe-se o enfraquecimento político dos Estados-Nações e uma reestruturação econômica, tecnológica, social e cultural, principalmente dos países do chamado terceiro mundo ou em desenvolvimento. A participação social das empresas nas discussões e soluções dos problemas sociais é um tema que está na pauta de discussão nas organizações.

Segundo Uris (1981), por volta do ano 2000, os valores sociais iriam florescer no mundo dos negócios. “A crescente consciência social do executivo, não apenas influenciará a operação das companhias, mas traduzirá em participação muito mais intensa dos administradores de empresas no mundo social e político.” Não como um profeta, mas como um bom observador das mudanças que vinham ocorrendo, Uris chama atenção para o importante papel do Administrador diante de tais ocorrências.

Sendo a Administração uma atividade essencial a todo esforço humano coletivo, em qualquer atividade, seja no comércio, na indústria, nos serviços públicos ou privados ou ainda nas chamadas organizações sociais. O homem cada vez mais necessita cooperar uns com os outros para atingir seus objetivos e a Administração tem grande influência nos resultados e objetivos alcançados através da melhoria nos processos de gestão e atividades em

equipes ou grupos nas organizações e fora dela.

Nessa perspectiva, os conhecimentos teóricos da Administração e a importância da pesquisa para implementação de novas tecnologias e métodos de Administração no cotidiano das empresas e ainda nas oportunidades que se apresentam como é o caso do fortalecimento das relações sociais das empresas privadas com o terceiro setor²⁶ e da construção dos processos e melhorias na gestão dos projetos sociais, tem sido oportuno e atual o estudo do tema.

As universidades sempre tiveram importante e significativa contribuição na execução de projetos, mais precisamente no campo da pesquisa científica em várias áreas do conhecimento. Assim a universidade moderna pode ser caracterizada pela existência de setores onde a prática científica produz conhecimentos dotados de valor não apenas para o mercado de bens econômicos mas também para o mercado social.

Para dar conta dessa nova demanda, é possível tomar como exemplo as fundações de apoio, criadas junto às universidades, em particular as federais.

Entidades de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa, atuando como interface junto às agências nacionais e internacionais de financiamento e fomento, bem como junto às empresas privadas e públicas, na captação de recursos extra-orçamentário para o desenvolvimento de projetos, com o objetivo de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de prestar serviços de desenvolvimento científico e tecnológico no campo da

²⁶ O setor de atuação das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos que atuam na área social, visando à solução de problemas sociais.

produtividade e qualidade empresarial, visando à integração universidade-empresa-estado e os mais variados segmentos da sociedade.

1. Origens do terceiro setor no Brasil

As origens das atividades filantrópicas e sociais no Brasil está diretamente ligada à presença da Igreja Católica, que junto com os primeiros colonizadores portugueses, chegaram no país em 1500. Criando as primeiras redes de serviços assistenciais conhecidas como as santas casas de misericórdia e as ordens e irmandades, com seus trabalhos sociais paralelos à organização do estado.

Apesar de na época não existir a separação formal entre Estado e Igreja, essas organizações tiveram importante contribuição na formação da base atual do terceiro setor.

Conforme *Falconer e Vilela (2001)*, a organização da sociedade apresentava-se de forma tradicional, onde o *Primeiro Setor* estava representado pelo Estado (governo) e o *Segundo Setor* pelas empresas e mercado.

Diante desta organização tradicional, Estado (*primeiro setor*) e Empresa (*segundo setor*) era difícil de imaginar outra forma de organização ou setor, ainda mais na condição de entidade civil de interesse público e que não visasse lucro.

Foi a luta contra o regime de ditadura militar em 1964, que deu início as primeiras possibilidades da criação de uma entidade comum de “terceira esfera”, independente do Estado e das empresas privadas no Brasil.

Nos anos 70, surgiram as primeiras Organizações Não

Governamentais – ONG’s, entidades provenientes dos movimentos sociais cristãos e organizações ecumênicas nacionais que lutavam em defesa dos direitos políticos, civis e humanos, ameaçados pelo regime de ditadura militar instalado.

O termo terceiro setor é utilizado para designar um conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, que atendem a finalidade públicas ou coletivas, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, visando a solução de problemas sociais²⁷.

Para Peter Drucker (1989), foi a incapacidade, cada vez maior do governo de atacar eficazmente as necessidades da sociedade contemporânea que ofereceu a grande oportunidade para as instituições não governamentais de atuarem em áreas anteriormente de domínio governamental.

O Crescente, *Terceiro Setor*, nasceu representado pelas entidades da sociedade civil, com interesses públicos sem fins lucrativos e busca ser reconhecido como mais um setor dinâmico da sociedade, prestador de serviços com vista a encontrar soluções efetivas aos problemas sociais.

Busca ainda, construir sua identidade como um conjunto de organizações que atuam no desenvolvimento social, no resgate da cidadania e no estabelecimento de relações éticas em todas as atividades humanas, sejam na esfera pública ou privada.

²⁷ Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar plano de negócios para organizações sociais/Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc. – São Paulo: Peirópolis, 2001.

2. Responsabilidade social empresarial e parceria Institucional

A partir do início da década de 90, o compromisso e a preocupação com os problemas sociais levou as empresas privadas a ir além da sua responsabilidade principal perante a sociedade, que é fazer produtos.

Este envolvimento das empresas privadas nas discussões dos problemas sociais passou a ser conhecido como responsabilidade social corporativa ou empresarial, que juntamente com várias organizações da sociedade civil passaram a atuar neste novo setor da economia, o chamado terceiro setor.

De acordo Chiavenato (1996), para acompanhar as mudanças e se manterem competitivas as organizações privadas, baseadas numa visão e prática de intervenção pública, começaram a desenvolver iniciativas de ações sociais, na perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial, se envolvendo direta ou indiretamente em atividades e ações na comunidade e em questões ditas sócio-ambiental.

Nessa perspectiva, os conhecimentos teóricos da Administração e a importância da pesquisa para implementação de novas tecnologias e métodos de Administração no cotidiano das empresas e ainda nas oportunidades que se apresentam como é o caso do fortalecimento das relações sociais das empresas privadas com o terceiro setor²⁸ e da construção dos processos e melhorias na gestão dos projetos sociais, tem sido oportuno e atual o estudo do tema.

Para Bateman/Snell (1998), a responsabilidade social da empresa é a

²⁸ O setor de atuação das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos que atuam na área social, visando à solução de problemas sociais.

extensão do papel empresarial além de seus objetivos econômicos. Seus defensores argumentam que as organizações têm amplo espectro de responsabilidades que vai além de produção de bens e serviços para obter lucro.

Uma cultura corporativa deve estar estruturada em torno de valores sociais em prol do desenvolvimento do ser humano; de um ambiente de trabalho produtivo e participativo; zelando pelo meio ambiente e desenvolvendo ações que possam melhorar a qualidade de vida da comunidade e conseqüentemente ajudando na sedimentação da idéia de filantropia, comprometimento ético e responsabilidade social entre outros empresários.

Diante deste novo contexto de atuação social, as empresas privadas, além de financiar projetos sociais, estão aprendendo a trabalhar em conjunto com outras empresas, universidades, entidades não governamentais, governo e fundações.

A palavra é responsabilidade social e trabalho em parceria, compartilhando as potencialidades e conhecimentos individuais de cada organização, além de recursos financeiros e humanos, onde cada parceiro oferece aquilo que domina, faz melhor e pode participar.

Esta nova forma integrada de atuar é muito mais eficaz e eficiente, pois as soluções e os resultados marcam pelo seu aspecto dinamizador.

Conforme Grajaw²⁹ (2002), o movimento pela responsabilidade social

²⁹ Oded Grajaw é Diretor - Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Artigo: A arte do trabalho em grupo, publicado na revista Exame – Edição Especial/Guia de Boa Cidadania Corporativa - 2002

deveria ter no setor empresarial um importante aliado. As empresas, pelo poder econômico que possuem e pela quantidade de pessoas que influenciam, são um parceiro fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

As práticas socialmente responsáveis geradas por iniciativas das empresas em parceria com diversos atores sociais são referências que podem estimular políticas públicas e beneficiar outros cidadãos.

Atualmente os investimentos em projetos e ações sociais no Brasil têm crescido muito, visto que a demanda por esses serviços é grande e tendem a crescer. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA, que realizou em 2001, a pesquisa Ação Social das Empresas, com empresários do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. De acordo com a pesquisa, 423 mil empresas atuam na área social, os dados mostram que 67% das empresas pesquisadas do Sudeste, 55% do Nordeste e 46% do Sul, têm ações sociais voltadas para a comunidade, os recursos aplicados em 2000, foram mais de R\$ 4 bilhões. Quem não tem dinheiro, doa tempo.

O Brasil tem presenciado nos dez últimos anos a emergência desse novo modelo de enfrentamento dos problemas sociais. O que se percebe é que a responsabilidade com os problemas ditos sociais não se concentra mais nas mãos de um agente provedor, seja ele Estado, igrejas, empresas ou pessoas.

3. Considerações Gerais

O estudo e análise de gestão de projetos sociais no Brasil, representa um importante tema para pesquisas acadêmicas, sendo a Administração área importante na consolidação e

incorporação de novos conceitos, modelos e técnicas de gestão e administração no terceiro setor.

A oportunidade proporcionada pelo estudo, pesquisa e vivência no desenvolvimento e execução de um projeto social, possibilita o acesso a leituras e discussões de temas como: responsabilidade social, parcerias institucionais, alianças, organização não governamental, projetos sociais, sustentabilidade e avaliação de projetos sociais, na perspectiva do terceiro setor. Contribuindo de forma significativa no interesse e na busca de informações e conhecimentos sobre este novo setor da economia, que tem proporcionado, por meio de investimentos privados uma atuação e intervenção nos problemas sociais.

Para os Administradores são várias as oportunidades que se apresentam no terceiro setor, a primeira delas é a necessidade de reestruturação organizacional das entidades não governamentais a fim de atingir a excelência na gestão administrativa, através de uma estrutura gerencial eficiente.

A segunda é a necessidade de construção de indicadores de avaliação e estratégias de comunicação e sustentabilidade para os projetos sociais e para as entidades, uma vez que a relação com o setor privado tem levado as entidades não governamentais a uma necessidade de profissionalização de suas atividades, a fim de acompanhar de forma eficiente as parcerias com as empresas privadas, por meio de instrumentos de gestão e planejamento, antes utilizados apenas na área empresarial.

Sair dos muros da academia, deixando o debate meramente teórico e conceitual e partindo para a prática,

criando uma horizontalização da relação Universidade x Comunidade é o grande desafio da Universidade do século XXI, e o trabalho em cooperação com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada é uma grande oportunidade para que isso se torne realidade.

A chegada do novo milênio tem proporcionado novas oportunidades às empresas privadas e entidades públicas e não governamentais de realizarem

atividades em parcerias com intuito do fortalecimento de uma convivência pacífica entre os povos e nações, do respeito pelo ser humano e pelo meio ambiente, na busca da construção de uma cidadania planetária.

Referências bibliográficas

- BATEMAN, Thomas S. SNELL, Scott A. – **Administração: Construindo Vantagem Competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto – **Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas** – São Paulo: Atlas, 1996.
- DIAS, Expedito G. Porpino – **Relações Intergovernamentais e atendimento de necessidades básicas**. Brasília, IPEA/SEMOR, 1978.
- DRUCKER, P. **As Fronteiras da Administração: Onde as decisões do amanhã estão sendo determinadas hoje**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FALCONER, A. e VILELA, R. **Recursos Privados Para Fins Públicos** - São Paulo: GIFE, Peirópolis, 2001.
- GONÇALVES, Helenice Maia – Rio de Janeiro e Pará: duas experiências articulando o público e o privado. Artigo enviado ao Projeto Ensinar a Ensinar por e-mail pela autora em fevereiro de 2003.
- GRAJAW, Oded - A arte do trabalho em grupo. **Exame** – Edição Especial/Guia de Boa Cidadania Corporativa - 2002
- URIS, Auren – **Novos Rumos em Administração de empresas** – São Paulo: Cultrix, 1981.
- Pesquisa Ação Social das Empresas: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/2001- Site: www.ipea.gov.br/asocial., acessado em 16.05.2003
- _____. Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar plano de negócios para organizações sociais/Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc. – São Paulo: Peirópolis, 2001.
- _____. Projeto Ensinar a Ensinar, 1999, 200, 2001, 2002, 2003, 2004.

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Científica Painel Acadêmico publica artigos inéditos de natureza empírica e/ou teórica relacionados às questões atuais das ciências, das artes e da tecnologia, resenhas críticas e informes científicos.
2. A seleção dos textos para publicação terá como parâmetro a contribuição às áreas envolvidas e a linha editorial da revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, a consistência e o rigor da abordagem teórica.
3. Os originais recebidos serão examinados pelo Conselho Editorial ou por especialistas *ad hoc*.
4. Os autores serão comunicados por E-mail da aceitação ou da recusa dos trabalhos. Estes, se aceitos, serão submetidos à revisão editorial; qualquer mudança substancial no texto será submetida aos autores.
5. Em caso de aceitação, os autores receberão três exemplares do número em que o material for publicado.

Apresentação dos originais

1. Os artigos originais devem ser encaminhados por E-mail e/ou em disquete, com o texto digitado em software compatível com o ambiente Windows. Devem ser apresentados em língua portuguesa, espaço 1,5. Se impressos, em uma só face da folha de papel branca, formato A4, com margem de 3 cm nos quatro lados da folha, contendo no mínimo 5 e no máximo 20 laudas. Resenhas e informes poderão ter uma extensão máxima de 5 laudas.
2. Os trabalhos devem ser precedidos de uma folha de identificação contendo as seguintes informações: *título do trabalho; nome do autor; instituição à qual se vincula; cargo ou função que exerce; título e/ou formação acadêmica; endereço, telefone e/ou outras formas de contato.*
3. Todo artigo deve ser acompanhado de um resumo com no máximo 250 palavras, em português, com tradução em inglês ou espanhol. Ao final do resumo, devem ser indicadas no máximo seis palavras-chaves (descritores) do conteúdo do texto, igualmente em português e em inglês.
4. Toda e qualquer citação, tabelas, quadros, gráficos e/ou qualquer forma de ilustração, indicação das fontes e referências bibliográficas, deverá seguir as orientações da ABNT. As referências bibliográficas deverão constar no final do texto, devendo ser elaboradas conforme a NBR 6023 de ago. 2000.
5. Os artigos, resenhas e comunicações deverão ser encaminhados para o seguinte endereço:

Faculdade de Educação de Jarú – UNICENTRO

Av. Vereador Otaviano Pereira Neto s/n° Gleba 53-A – Jarú – Rondônia – Cep.78940-000

(xx69) 521-5084 – E-mail: pedagogia@unicentroro.edu.br

Permutas poderão ser feitas através da Biblioteca da UNICENTRO

Faculdade de Educação de Jarú – UNICENTRO, no endereço acima.

